

# Relatório e Contas 2015

 **MAPFRE** | SEGUROS

MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.

A SEGURADORA GLOBAL DE CONFIANÇA

# Índice

---

<b>1</b>	<b>ÓRGÃOS SOCIAIS</b>	<b>3</b>
<hr/>		
<b>2</b>	<b>RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>6</b>
<hr/>		
<b>3</b>	<b>CONTAS ANUAIS 2015</b>	<b>29</b>
<hr/>		
<b>4</b>	<b>NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS</b>	<b>38</b>
<hr/>		
<b>5</b>	<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>	<b>121</b>
<hr/>		

# 1. Órgãos sociais



# Conselho de Administração (2013-2016)

## **PRESIDENTE**

---

António Manuel Cardoso Belo

## **VICE-PRESIDENTE**

---

Vítor Manuel da Silva Reis

## **SECRETÁRIO**

---

Pedro Ribeiro e Silva

## **VOGAIS**

---

Juan Fernández Palacios  
Pedro Ribeiro e Silva

## Mesa da Assembleia Geral (2013-2016)

### **PRESIDENTE**

---

Pedro de Macedo Coutinho de Almeida

### **SECRETÁRIO**

---

Pedro Ribeiro e Silva

## Conselho Fiscal (2015-2017)

### **PRESIDENTE**

---

José Vieira Bernardo

### **VOGAIS**

---

Pedro Manuel Travassos de Carvalho  
Filipe Quintas de Oliveira da Palma Carlos

### **SUPLENTE**

---

José Emílio Cordeiro Fernandes

## Sociedade Revisora Oficial de Contas (2015-2017)

**KPMG&ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A., representada por:**

---

Fernando Gustavo Duarte Antunes

### **SUPLENTE**

---

Ana Cristina Soares Valente Dourado

## 2. Relatório de gestão



# 1. Conjuntura económica

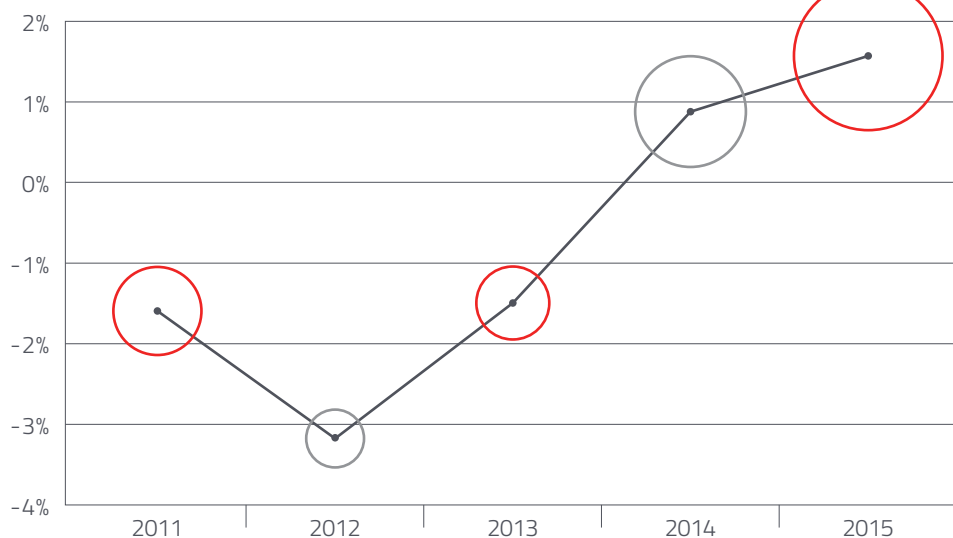
Em Portugal, o ano 2015 fica marcado por uma evolução positiva da generalidade das variáveis económicas ainda que continuem a pairar algumas ameaças sobre o conjunto da economia.

Suportada no crescimento das exportações, bem como do consumo privado e beneficiando da queda acentuada da cotação do preço do petróleo que se tem verificado desde 2013, a evolução do PIB parece ter consolidado a tendência que tinha começado a desenhar-se no ano anterior, situando-se em terreno positivo.

Embora deva reconhecer-se que a taxa de crescimento alcançada – 1,6% – revela uma certa debilidade e está ainda longe dos *standards* consensualmente aceites como mínimos representativos de um desenvolvimento económico robusto, tal evolução não pode deixar de ser assinalada positivamente tendo em conta o histórico de recessão nos anos mais recentes.

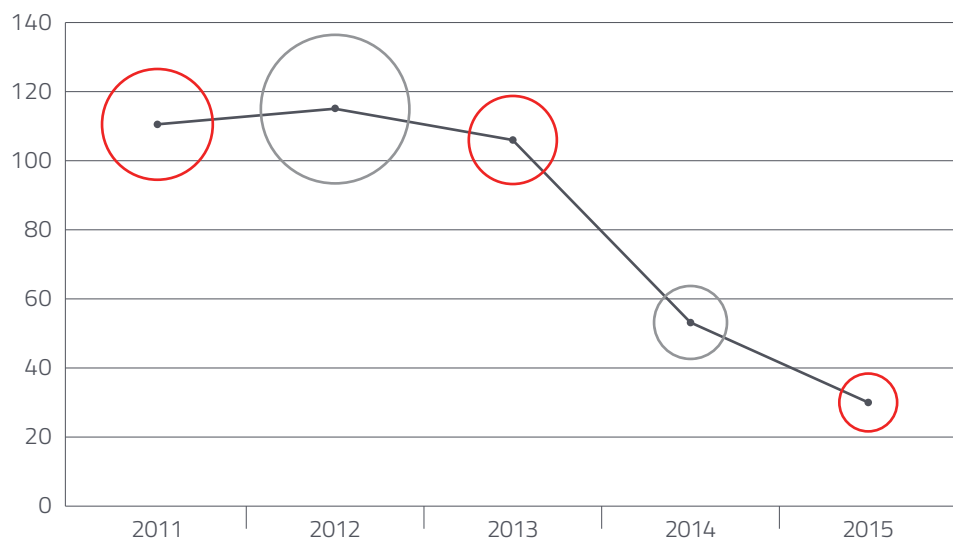
O ano 2015 voltou a colocar grandes desafios ao setor segurador, que se refletiram no comportamento das principais variáveis – vendas, sinistralidade e rendimentos financeiros – e, por consequência, nos resultados de exploração.

Gráfico 1 – TAXA DE VARIAÇÃO DO PIB



Fonte: Banco de Portugal

Gráfico 2 – COTAÇÃO DO PETRÓLEO (USD)



Fonte: Investing.com

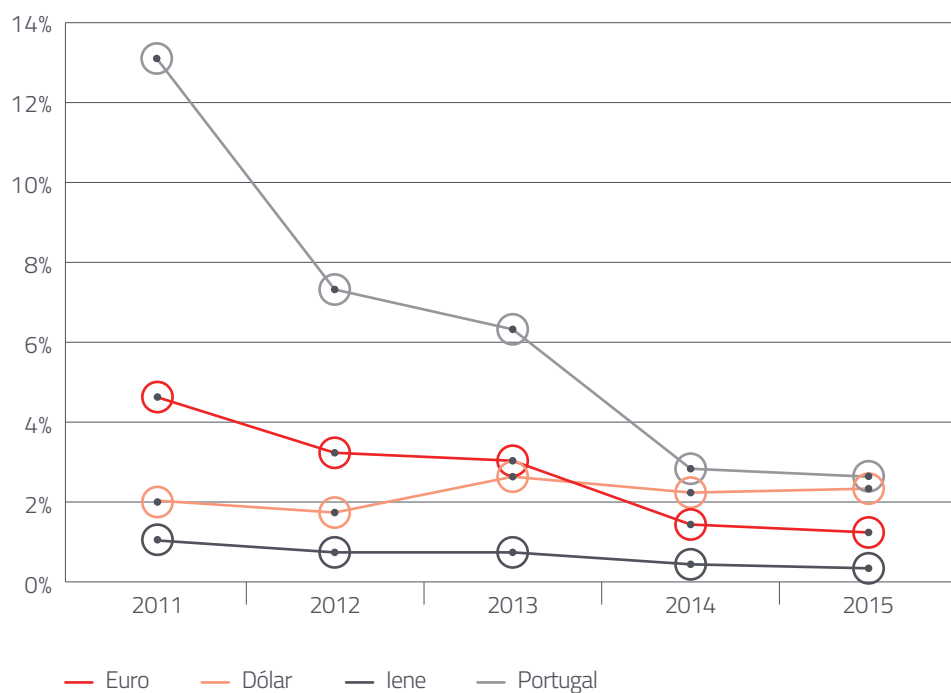
Por sua vez, o mercado de financiamento continuou a caracterizar-se por níveis historicamente baixos das taxas de juro, algo de que beneficiou o setor público, conseguindo captar fundos sem grandes dificuldades e em condições bastante mais atrativas do que no período pré-crise dos mercados, não obstante o nível da dívida continuar bastante elevado e serem evidentes as dificuldades de redução do *deficit* estrutural.

Mas este enquadramento também se constituiu num facilitador de financiamento do setor privado, concorrendo para impulsionar o crescimento do PIB, em especial por via do consumo, conforme já referenciado. Com efeito, os dados do Banco de Portugal revelam que apesar da taxa de variação do crédito concedido às empresas em 2015 ter sido negativa, tal variação foi muito menos acentuada que nos anos transatos, situando-se já ao nível de 2010 e muito perto de entrar em terreno positivo, ao passo que, por sua vez, o crédito ao consumo concedido às famílias apresentou mesmo um crescimento, algo que se verificou pela primeira vez nos últimos cinco anos.

Já na vertente da poupança, o período prolongado de baixas taxas de juro tem funcionado como um desincentivo, contribuindo para a diminuição continuada da taxa de poupança das famílias, a qual, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), se situava em 4% no final do 3.º trimestre de 2015, a mais baixa desde 1999.

Funcionando simultaneamente como causa e efeito da melhoria do nível de confiança na economia, a taxa de desemprego continuou a seguir uma trajetória descendente, embora menos acentuada que no ano anterior, acabando por se situar nos 12,3%, cerca de cinco pontos abaixo do pico atingido há dois anos.

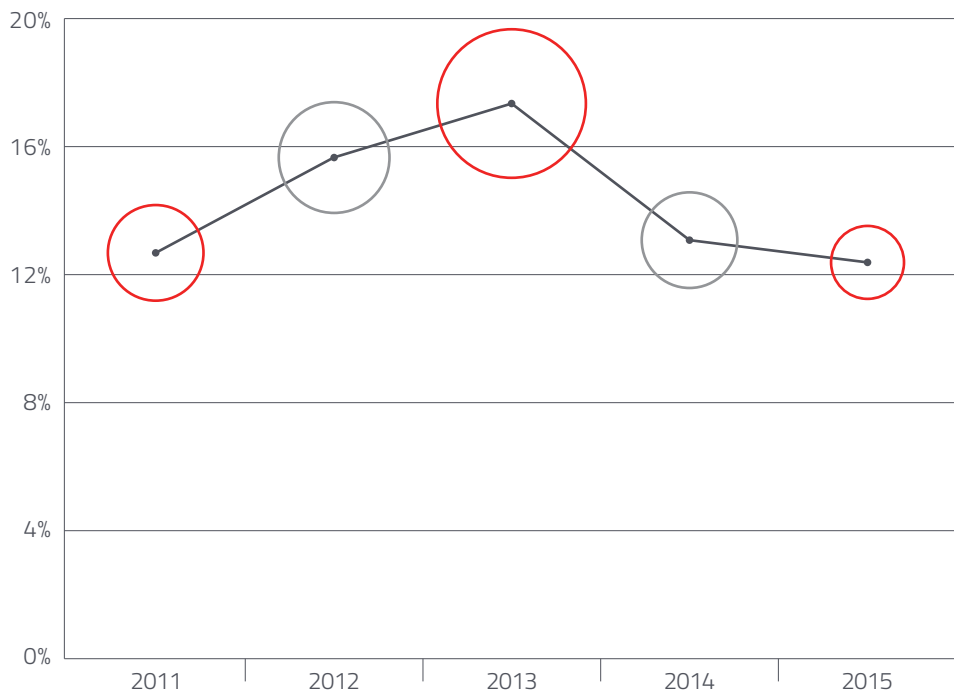
Gráfico 3 – TAXAS DE JURO DA DÍVIDA PÚBLICA A 10 ANOS



Fonte: APS



Gráfico 4 – TAXA DE DESEMPREGO



Fonte: Banco de Portugal

Cabe também fazer uma referência às vendas de veículos automóveis, outra variável típica na caracterização do ambiente económico, em relação à qual se verificou novamente uma recuperação, com um crescimento de 24% e um número de unidades vendidas já superior ao ano de 2011 facto que, naturalmente, se refletiu num aumento da circulação e do consumo de combustíveis.

Contudo, não obstante a melhoria da maior parte dos indicadores, o final do ano ficou ensombrado por dois novos acontecimentos associados a dificuldades do setor financeiro. Foram eles a resolução do BANIF e a transferência para o “banco mau” de algumas classes de obrigações emitidas pelo antigo BES que tinham sido inicialmente incluídas na esfera do Novo Banco.

Tais eventos voltaram a trazer para a ordem do dia uma eventual falta de solidez do sistema bancário português e constituíram uma ameaça à confiança dos diversos agentes económicos, nomeadamente os investidores, com efeitos diretos negativos na tão desejada e ainda incipiente recuperação da economia.

Por outro lado, o propalado abrandamento da economia mundial, em grande parte derivado do arrefecimento da economia chinesa, levou a uma queda muito acentuada das bolsas mundiais já no início do ano 2016, cujas ondas de choque se estenderam aos juros dos títulos da dívida soberana, especialmente fortes no caso concreto de Portugal onde, em associação com o elevado nível de endividamento já anteriormente referenciado e com o facto de se estar ainda a preparar o Orçamento do Estado para o ano 2016 em função das vicissitudes da conjuntura política, levaram a taxa de juro dos títulos a dez anos a superar os 4,5%, fazendo temer o regresso às dificuldades de financiamento do Estado.

É certo que o Banco Central Europeu ajudou a reduzir os juros da dívida reafirmando o seu compromisso de manutenção do programa de cedência de liquidez, e que, desse ponto de vista, tal programa tem-se revelado eficaz. Mas o mesmo já não será possível afirmar no que à dinamização da economia diz respeito, na medida em que os seus efeitos têm sido bastante limitados.

Assim, a economia em geral, tanto a portuguesa como a europeia e mesmo a mundial, encontra-se numa encruzilhada onde é difícil vislumbrar uma tendência bem definida, induzindo os agentes económicos a seguirem uma estratégia de *stop and go* que retira força ao ritmo de desenvolvimento da atividade, pelo que não surpreende que os diversos organismos avancem com previsões macroeconómicas relativamente modestas para o ano 2016.

Indicadores económicos	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB	-1,6	-3,2	-1,5	0,9	1,6	1,7
Consumo privado	-3,6	-5,5	-2,0	2,2	2,7	1,8
Consumo público	-3,2	-4,5	-1,5	-0,5	0,1	0,3
Investimento	-11,2	-14,4	-8,4	2,2	4,8	4,1
Exportações	7,3	4,1	5,9	2,6	5,3	3,3
Importações	-4,3	-6,9	2,7	6,3	7,3	3,6
Taxa de desemprego	12,7	15,7	17,4	13,1	12,3	11,3
Índice preços consumidor	3,6	2,8	0,5	-0,1	0,6	1,1
Deficit contas públicas	5,9	5,0	5,5	4,8	4,2	2,2
Taxa juro Euribor 6 meses	1,638	0,324	0,389	0,169	-0,041	n.d.

Fontes: Banco Portugal, INE, Ministério Finanças.  
Dados em percentagem. Dados de 2015 e 2016 são estimativas.



## 2. Evolução da atividade seguradora

### 2.1. Contexto

O ano 2015, na senda dos anteriores, voltou a colocar grandes desafios ao setor segurador.

Como parte integrante da economia, esteve, como sempre, sujeito aos impactos da conjuntura, alguns deles positivos, outros nem tanto, que naturalmente se refletiram no comportamento das principais variáveis – vendas, sinistralidade e rendimentos financeiros – e, por consequência, nos resultados de exploração.

Por outro lado, e da mesma forma que no ano anterior, esteve sob influência de uma conjuntura específica da própria atividade, nomeadamente relacionada com os ajustamentos necessários à correção dos desequilíbrios de exploração do ramo de Acidentes de Trabalho e com a cada vez mais próxima entrada em vigor do novo quadro regulatório de solvência, conhecido como Solvência II, a qual exigiu não só a implementação de diversas medidas como também uma forte capacidade de adaptação.

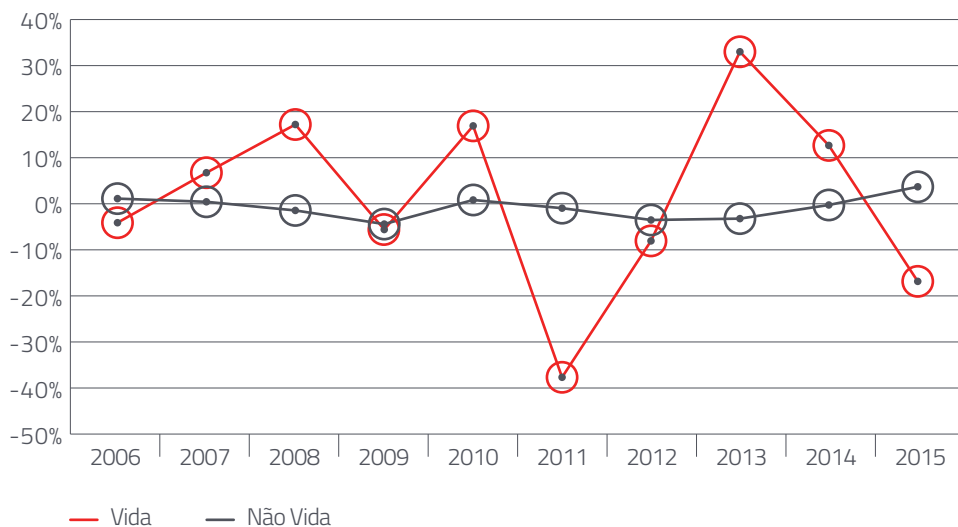
Além disso, são ainda de destacar os movimentos de concentração de mercado, decorrentes de transformações em dois importantes operadores de mercado, em concreto a AXA e a Açoreana, no primeiro caso por decisão estratégica dos seus acionistas e no segundo em consequência da medida de resolução adotada pelo Banco de Portugal em relação ao BANIF.

Estas movimentações vieram juntar-se às alterações do quadro de acionistas ocorrida em anos anteriores na Fidelidade e na Tranquilidade, fazendo com que o mercado segurador apresente atualmente uma estrutura significativamente diferente da de há alguns anos a esta parte.

### 2.2. Vendas

No que respeita às vendas (entendidas como o somatório dos prémios de contratos de seguro e das entregas para apólices consideradas contabilisticamente como contratos de investimento), em função do contexto macroeconómico caracterizado anteriormente e desde uma perspetiva teórica, seriam expectáveis impactos potenciais de sentido oposto no volume de vendas no setor segurador, em concreto, positivos no caso dos ramos Não Vida e negativos no respeitante ao ramo Vida, o que acabou por realmente acontecer, segundo os dados da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), conforme ilustra o gráfico 5.

Gráfico 5 – TAXA DE CRESCIMENTO NOMINAL DE VENDAS



Fonte: APS

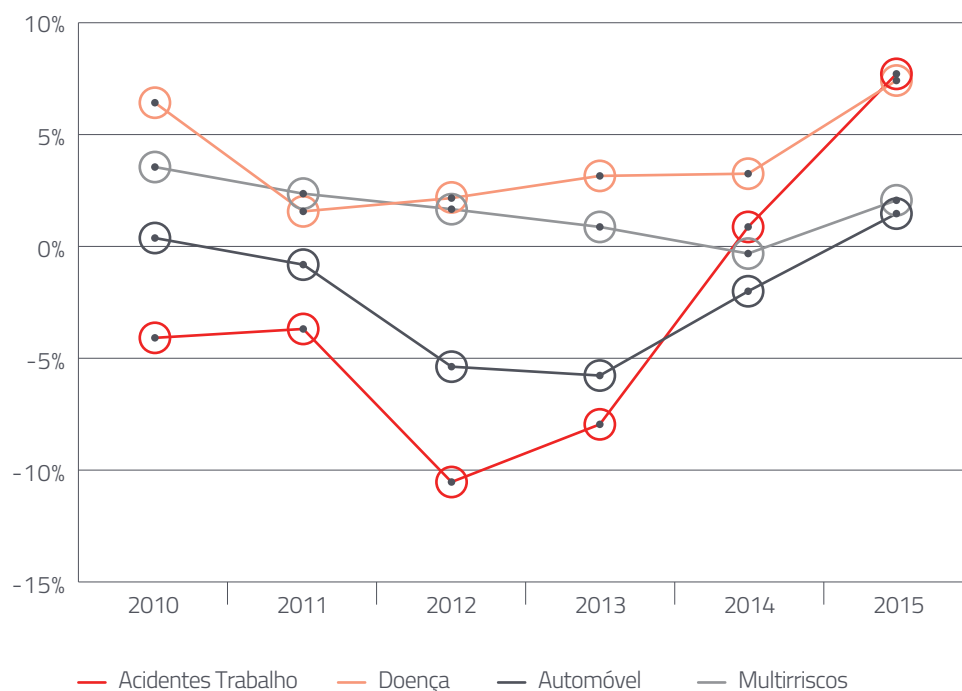
O segmento Não Vida apresentou um crescimento nominal de 3,8%, o maior dos últimos dez anos, comportamento este que estará essencialmente associado a três aspetos:

- A evolução favorável experimentada pelo PIB, com o qual o segmento Não Vida apresenta uma elevada correlação e que explica o crescimento verificado na generalidade dos ramos;
- A implementação de correções tarifárias no ramo de Acidentes de Trabalho, em resposta às necessidades de reequilíbrio de exploração deste ramo, amplamente referenciadas ao longo dos últimos anos, que suportaram um crescimento de 7,8%, o maior de entre os ramos que compõem o segmento;
- O crescimento de 7,5% no ramo de Doença, o qual acentuou mesmo a evolução positiva que vem apresentando recorrentemente, talvez pela consolidação da consciência social da necessidade de assegurar uma proteção complementar aos serviços públicos. Cabe notar que, fruto desse crescimento continuado ao longo dos anos, este ramo representa já 16% do total Não Vida, superior ao de Acidentes de Trabalho (14%) e muito próximo do conjunto dos ramos Multirriscos (17%).

O ramo Automóvel, que continua a ser o mais representativo com um peso de 37%, cresceu 1,7%, uma evolução moderada mas que inverteu a tendência negativa que se verificava há quatro anos consecutivos, muito provavelmente em consequência da subida do número de veículos comercializados e da interrupção do ciclo de degradação do prémio médio.

O conjunto dos ramos Multirriscos situou-se também em terreno positivo, apresentando um crescimento de 2,1% e recuperando do decréscimo que havia observado no ano anterior.

Gráfico 6 – TAXA DE CRESCIMENTO RAMOS NÃO VIDA



Fonte: APS

O segmento de Vida tem caracterizado a sua evolução ao longo do tempo por alguma inconsistência com fortes crescimentos em alguns anos, seguidos de outros com decréscimos e vice-versa, conforme demonstra o gráfico 5.

Seguindo esse mesmo padrão, apresentou em 2015 um decréscimo de 17%, após ter crescido 33,5% em 2013 e 12,9% em 2014.

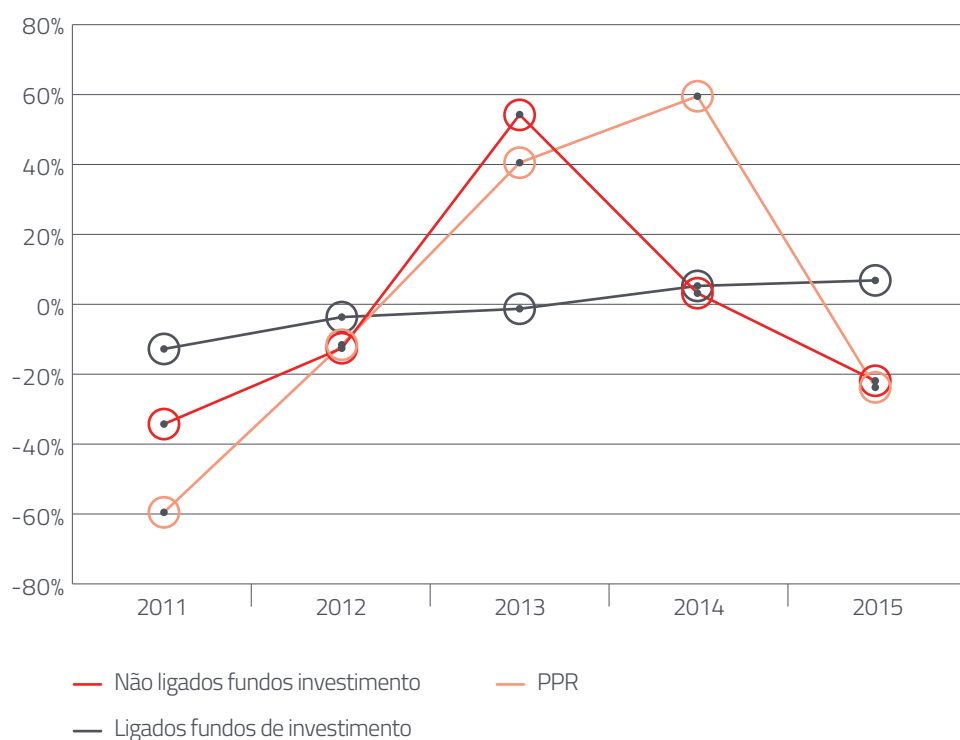
Este desempenho parece radicar em três razões fundamentais:

- O período prolongado de baixas taxas de juro e o desincentivo à poupança que atingiu mínimos históricos, tal como fizemos referência a propósito da conjuntura económica;
- O novo contexto regulatório de solvência, conhecido como Solvência II, especialmente exigente em relação aos riscos inerentes a produtos com garantias financeiras que induziram a maiores cautelas por parte das seguradoras na oferta de produtos desta índole;
- As especificidades decorrentes das opções estratégicas de alguns operadores de mercado no seio dos grupos financeiros a que pertencem.

Neste enquadramento, verificou-se uma queda muito acentuada nos PPR e nos seguros de poupança não ligados a fundos de investimento, em ambos os casos tipicamente comercializados com taxas de rendimento e capitais garantidos.

Já os seguros ligados a fundos de investimento, em que a sensibilidade ao nível das taxas de juro e as exigências decorrentes do regime de Solvência são bastante menores, apresentaram mesmo um crescimento de praticamente 7%.

Gráfico 7 – TAXA DE CRESCIMENTO VIDA

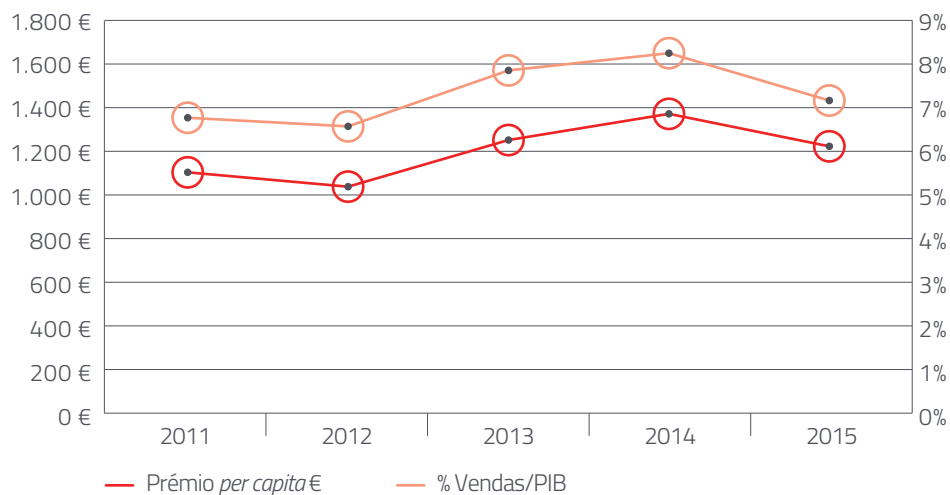


Fonte: APS

Da evolução descrita dos segmentos Não Vida e Vida resultou um saldo global negativo, com um decréscimo de 11,4%, uma vez que o comportamento mais favorável em Não Vida não foi suficiente para compensar a descida mais pronunciada em Vida.

O volume global de vendas desceu para os 12.664 milhões de euros, arrastando consigo um decréscimo no prémio por habitante e na taxa de penetração (medida através do rácio Vendas sobre PIB), os quais recuaram para níveis inferiores aos do ano 2013.

Gráfico 8 – INDICADORES DE VENDAS



Fonte: APS

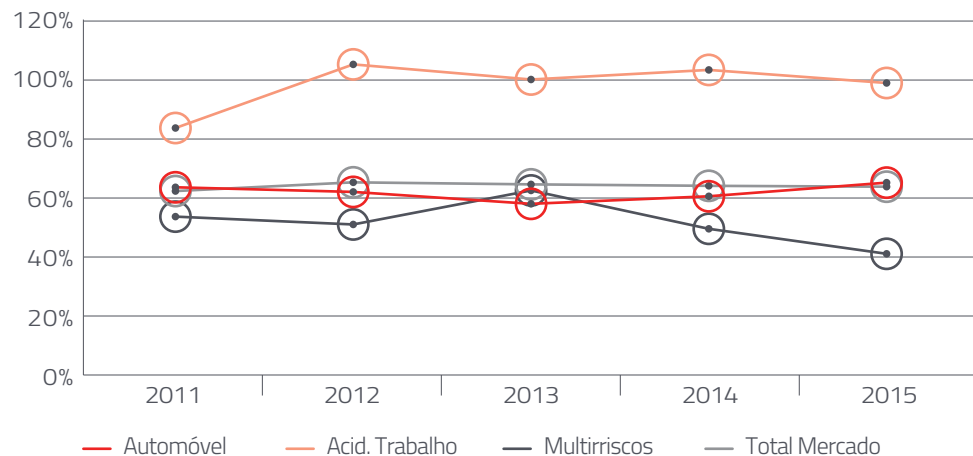
### 2.3. Sinistralidade

Segundo os dados disponibilizados pela APS, a sinistralidade Não Vida, medida a prémios emitidos brutos de resseguro, apresentou um decréscimo marginal de 0,3 pontos percentuais, contudo, uma análise mais detalhada por ramos revela que este comportamento não foi homogéneo entre eles.

Pelo lado positivo, regista-se o decréscimo de praticamente nove pontos percentuais em Multirriscos, que poderá ser explicado pela ausência de fenómenos climatéricos extremos, enquanto no ramo de Acidentes de Trabalho houve uma redução de 4,5 pontos, certamente em resultado dos esforços das seguradoras no sentido de convergir para o equilíbrio técnico do ramo, embora deva reconhecer-se que a melhoria lograda está muito aquém do necessário para atingir tal objetivo pois o rácio continua a tocar os 100%.

A estas melhorias contrapõe-se a degradação no rácio do ramo Automóvel, que experimentou uma subida de quase cinco pontos percentuais para 65,3%, a percentagem mais alta dos últimos cinco anos, provavelmente em consequência do aumento de circulação em função da melhoria da atividade económica.

Gráfico 9 – TAXA DE SINISTRALIDADE NÃO VIDA (S/ PRÉMIOS EMITIDOS)



Fonte: APS

Nota: Sinistralidade não inclui gastos por natureza imputados à função sinistros.

Importa deixar também uma referência à sinistralidade dos produtos de risco puro do ramo Vida, para notar que se quedou nos 30,6%, um nível bastante interessante e mesmo ligeiramente inferior ao ano anterior.

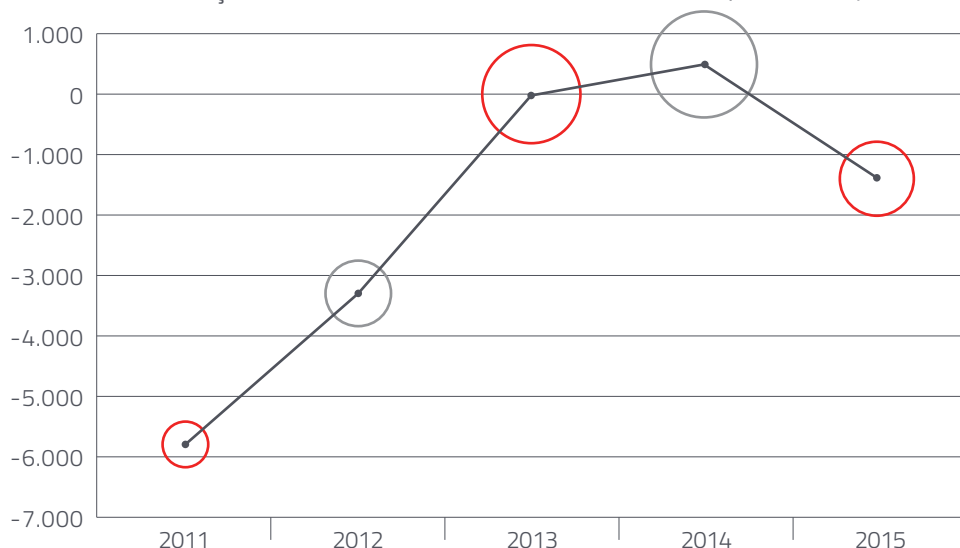
## 2.4. Fluxo técnico do ramo Vida

Após ter tocado mínimos no pico da crise económica ocorrido em 2011, a qual acarretou em simultâneo uma queda das vendas e um aumento dos resgates, o fluxo técnico encetou uma trajetória de recuperação, entrando mesmo em terreno positivo no ano 2014.

Porém, em 2015, voltou a uma tendência negativa, desta vez não tanto por influência dos resgates que até deverão ter diminuído em virtude do desincentivo exercido pela conjuntura de baixas taxas de juro, mas sim pela queda no volume de vendas que tivemos oportunidade de referenciar no ponto anterior.

Esta evolução negativa é sinónimo de uma redução da massa de provisões matemáticas sob gestão das seguradoras, as quais veem assim reduzido o potencial de geração de rendimentos no futuro.

Gráfico 10 – EVOLUÇÃO DO FLUXO TÉCNICO DO RAMO VIDA 2015 (MILHÕES €)



Fonte: APS

## 2.5. Investimentos financeiros

De acordo com os dados preliminares da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) a composição das carteiras de investimentos não sofreu alterações deveras significativas durante o ano 2015, continuando a verificar-se o predomínio dos títulos de rendimento fixo, desde há muito uma característica marcante dos investimentos do setor.

No segmento Não Vida assistiu-se a um pequeno aumento do peso dos títulos de rendimento fixo, de 54% em 2014 para 57% em 2015, compensado com ligeiras reduções em ações e fundos de investimento.

Já no caso de Vida, houve um movimento de sentido contrário, isto é, um pequeno decréscimo de títulos de rendimento fixo de 75% para 72%, compensado com um aumento em ações de 3% para 7% que, ainda assim continuam a representar um valor residual das aplicações financeiras das seguradoras.

Não se dispõe ainda de dados setoriais referentes à rentabilidade obtida destes investimentos, mas é expectável uma redução dos rendimentos correntes em função do já amplamente aludido período prolongado de baixas taxas de juro, sendo possível que alguns operadores tenham aproveitado essa conjuntura para compensar tal redução através da realização de alguma parcela de mais-valias.

## 2.6. Resultados

Mais uma vez de acordo com os dados preliminares divulgados pela ASF, estima-se que os resultados líquidos do setor tenham atingido os 378 milhões de euros.

A confirmar-se este valor, ele representa um aumento importante em relação a 2014, ano em que os resultados foram apenas marginalmente positivos. Contudo, significa que houve uma descida da rentabilidade na segunda metade do ano, tendo em conta que os dados da APS disponíveis ao fecho do primeiro semestre apresentavam um resultado superior a 400 milhões de euros já nessa data.

Face ao comportamento da sinistralidade e à previsão em relação aos rendimentos financeiros correntes, comentados anteriormente, e não sendo expectável que tenha existido qualquer alteração significativa na estrutura de gastos das companhias, o aumento do resultado perspectivado poderá estar associado à realização de proveitos extraordinários, nomeadamente, mais-valias de investimentos.

## 2.7. Solvência

Já a propósito da evolução dos investimentos demos conta da predominância dos títulos de rendimento fixo nas carteiras das seguradoras.

Ora, o entorno de baixas taxas de juro, embora seja um constrangimento ao nível da rentabilidade financeira e da oferta de produtos de poupança, é uma fonte de geração de mais-valias potenciais, cuja grande parte acaba por afetar positivamente os balanços, em concreto os fundos próprios na rubrica de reservas de reavaliação.

Neste fator radicará muito provavelmente o crescimento de 32 pontos percentuais no rácio de solvência do conjunto das seguradoras que é apontado pela ASF, o qual se deverá situar em torno dos 238%.

Pese embora se estar perante uma evolução positiva, não deve ser ignorado o facto de a partir de 2016 entrar em vigor o novo regime Solvência II, muito mais exigente em termos de requisitos de capital, que poderá obrigar alguns operadores a aporções de reforço dos seus fundos próprios.



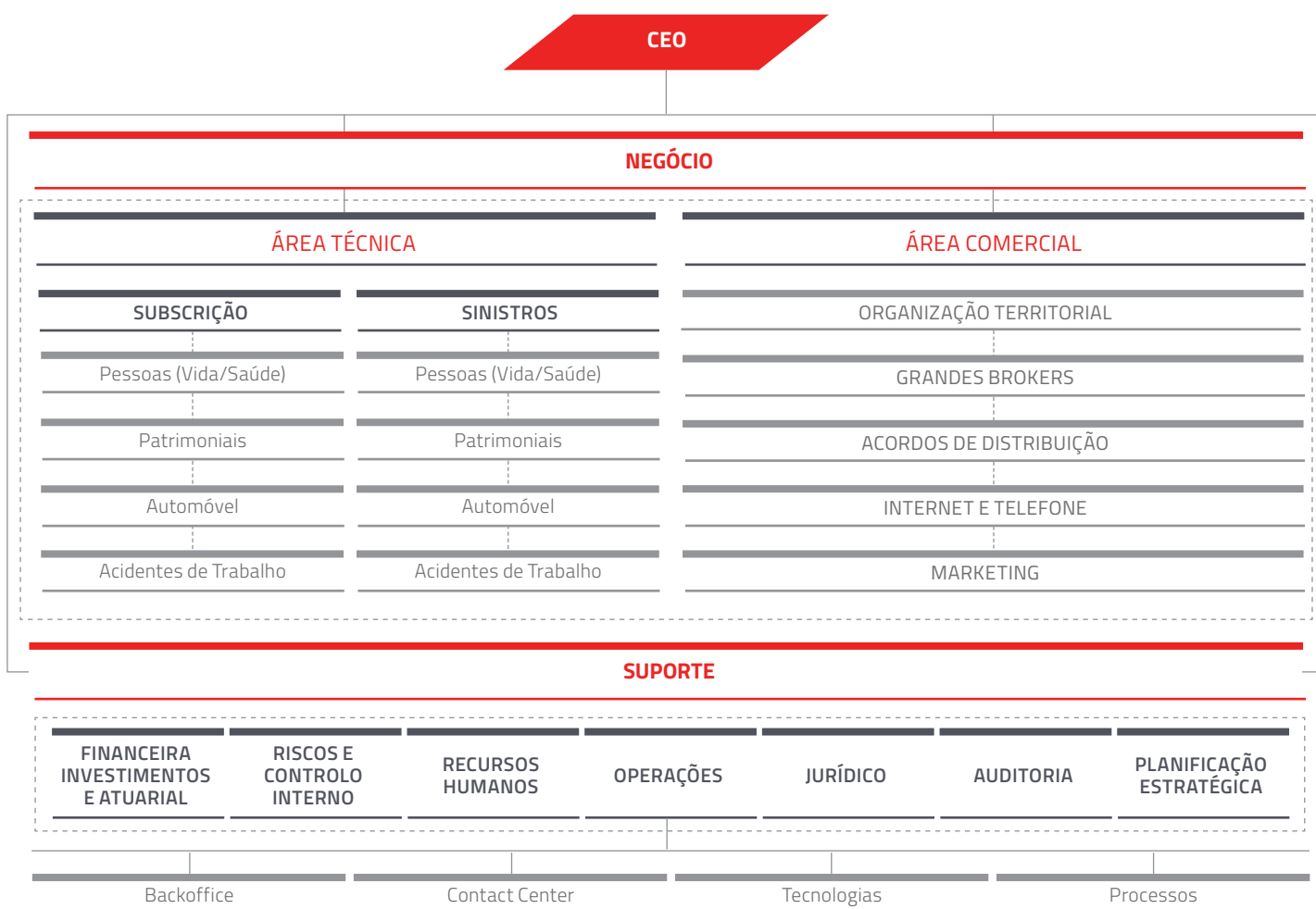
# 3. Atividade da MAPFRE

## 3.1. Organização e aspetos qualitativos

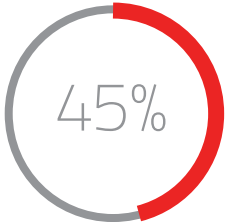
Desde há alguns anos, na prossecução de uma estratégia de gestão integrada dos clientes e de obtenção de sinergias aos mais diversos níveis, o desenvolvimento da atividade da MAPFRE tem seguido o princípio de dispor de uma estrutura organizacional comum aos segmentos de negócio Não Vida e Vida, apesar de para cada um existir uma sociedade juridicamente autónoma.

Em meados do ano, sem colocar em causa a manutenção desse princípio, entendeu-se introduzir um ajustamento a essa estrutura organizacional de forma a aumentar a eficiência global e a interligação entre as distintas áreas com o objetivo de conseguir uma maior consistência e eficácia perante a cada vez mais exigente realidade com que nos defrontamos diariamente.

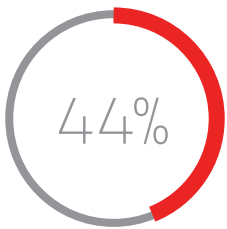
Assim, o novo organigrama organizacional passou a ser o seguinte:



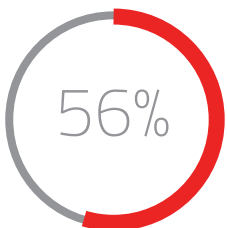
## QUADRO DE COLABORADORES 62 PESSOAS



Grau acadêmico igual ou superior à licenciatura



Mulheres



Homens

A igualdade dos géneros tem vindo a ser potenciada ao longo dos anos

Para levar a cabo a atividade ao longo do ano a coberto desta estrutura, a MAPFRE contou com dedicação e o empenho de um quadro de 62 colaboradores (mais quatro que no ano anterior), com uma idade média de 42 anos e razoavelmente experientes, como revelam os 13 anos de antiguidade média na empresa. Manteve-se um razoável equilíbrio entre sexos, com os homens a representarem 56% e as mulheres 44%. Em relação à formação académica, manteve-se a percentagem de 45% de empregados com grau superior (45% no ano anterior). Em termos de formação proporcionada pela empresa, foram despendidas quase 3.800 horas, o que representa uma média superior a 60 horas por empregado, mais uma vez um rácio elevado e demonstrativo da aposta no desenvolvimento do talento.

Com o impulso destas pessoas, levou-se a cabo um vasto e abrangente leque de iniciativas para implementação da estratégia definida, coordenada pela nova Área de Planeamento Estratégico, desde ações dirigidas tanto ao desenvolvimento comercial, como à sustentabilidade técnica, à eficiência operativa e à modernização tecnológica.

Do ponto de vista do desenvolvimento comercial, as ações focaram-se no incremento da quantidade e qualidade da rede de distribuição, mediante a prospeção de novos mediadores e acordos de distribuição especiais, a dinamização da rede já existente e a introdução de métodos e hábitos de trabalho capazes de alavancar a produtividade. Além disso, deram-se os primeiros passos na implementação de um plano de negócio específico e estruturado para o canal digital.

Na vertente técnica, a atuação procurou conciliar as demandas de produtos pelos clientes e o equilíbrio de exploração. A construção dos produtos foi bastante condicionada pela conjuntura de baixas taxas de juro pelo que houve necessidade de explorar nichos mais específicos, como por exemplo os *Unit-Linked*, bem como de introduzir, nos produtos de capitalização lançados a partir do último trimestre do ano, a vinculação dos resgates ao valor de mercado dos ativos subjacentes como forma de proteção em caso de subidas acentuadas das taxas de juro no futuro.

O Marketing passou a integrar a Área Comercial de forma a estreitar a sua relação com o negócio. Em termos de atividade, assegurou os estudos de mercado necessários ao conhecimento das preferências dos clientes e coordenou toda a estratégia de comunicação bem como as respetivas ações junto da rede de distribuição e dos meios institucionais. Além disso, deu um apoio especial ao desenvolvimento do canal digital, atentas as características particulares deste meio de distribuição.

Para uma maior integração e eficiência de processos, as operações foram agrupadas numa área única que passou a ser constituída pelo apoio de *Backoffice*, *Contact Center*, Tecnologias e Processos. Cada uma destas subáreas levou a cabo as suas atividades regulares de suporte, muitas vezes invisíveis mas indispensáveis ao funcionamento diário da companhia. Para além disso, foram dedicados esforços acrescidos ao próprio processo interno de integração e respetiva consolidação, no sentido de assegurar a melhor articulação possível e começar a desenhar processos com a máxima robustez.

No caso concreto de Tecnologias, no ano 2015 foram identificados 45 projetos dos quais se concluíram 17 (cerca de 38%), encontram-se ainda em curso nove (aproximadamente 20%), tendo transitado os restantes 19 para se iniciarem em 2016.

A Área Financeira além de assegurar as tarefas regulares inerentes, esteve envolvida na reformulação do processo de geração e lançamento à cobrança dos recibos de prémio, com o objetivo de o tornar mais ágil e adaptado às reais necessidades do negócio. Por outro lado, esta área assumiu a integração da vertente atuarial, em cujo âmbito se incluiu, entre outras atribuições, a validação das provisões técnicas e o controlo da sua suficiência, bem como todo o cálculo técnico atuarial dos riscos inerentes ao Solvência II.

Em termos de gestão de risco, todas as áreas exerceram o seu papel de primeira linha de defesa, que foi complementado pela atuação da Área de Gestão de Riscos e Controlo Interno, bem como pela de Auditoria Interna.

A Gestão de Risco e Controlo Interno procurou assegurar a implementação transversal da cultura de gestão de riscos e responsabilizou-se pela adaptação à organização interna de todos os requisitos associados ao novo regime Solvência II. Nesse sentido, coordenou e participou ativamente na adoção e aprovação das políticas de atuação aos mais diversos âmbitos, na produção dos novos modelos de reporte ao supervisor (QRT), nos cálculos da fórmula *standard* e na avaliação prospetiva de riscos.

A Unidade de Auditoria Interna levou a cabo o seu plano independente de atividades, realizando 17 auditorias simultâneas aos negócios Vida e Não Vida, na lógica de uma atuação operativa comum conforme referenciado anteriormente, das quais resultaram cinco recomendações de implementação classificadas com grau alto e 64 com grau médio. Reconhecendo o valor acrescentado destas recomendações, o grau de implementação tem sido elevado ano após ano, situando-se a percentagem acumulada ao final de 2015 em 78%.

A Área Jurídica, além do apoio especializado a todas as restantes áreas da Companhia, assegurou a função de *compliance*, garantindo as condições para o cumprimento adequado da governação.

Importa também deixar uma referência às atividades de cariz social que tradicionalmente são levadas a cabo no âmbito da Fundação MAPFRE. De entre as várias ações destacamos:

- A já tradicional “Caravana de Educação Rodoviária”, através da qual se formaram e sensibilizaram centenas de crianças para as regras-chave de uma circulação segura;
- A campanha “Vai uma voltinha”, no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade, constituída por atividades de sensibilização *outdoor* sobre segurança rodoviária e utilização de transportes alternativos ao automóvel, e que teve mais de 200.000 visualizações nas redes sociais;
- A campanha “Bebês, crianças e jovens” dirigida à correta utilização dos meios de retenção para transporte desta faixa etária;
- O lançamento do 4.º e 5.º volumes da coleção “História Contemporânea de Portugal”;
- O lançamento da aplicação CPR11, que explica como agir durante os primeiros minutos de uma paragem cardiorrespiratória de um jogador. Foi complementado com o evento “Joga seguro” que reuniu nomes do panorama futebolístico português.

## 3.2. Indicadores

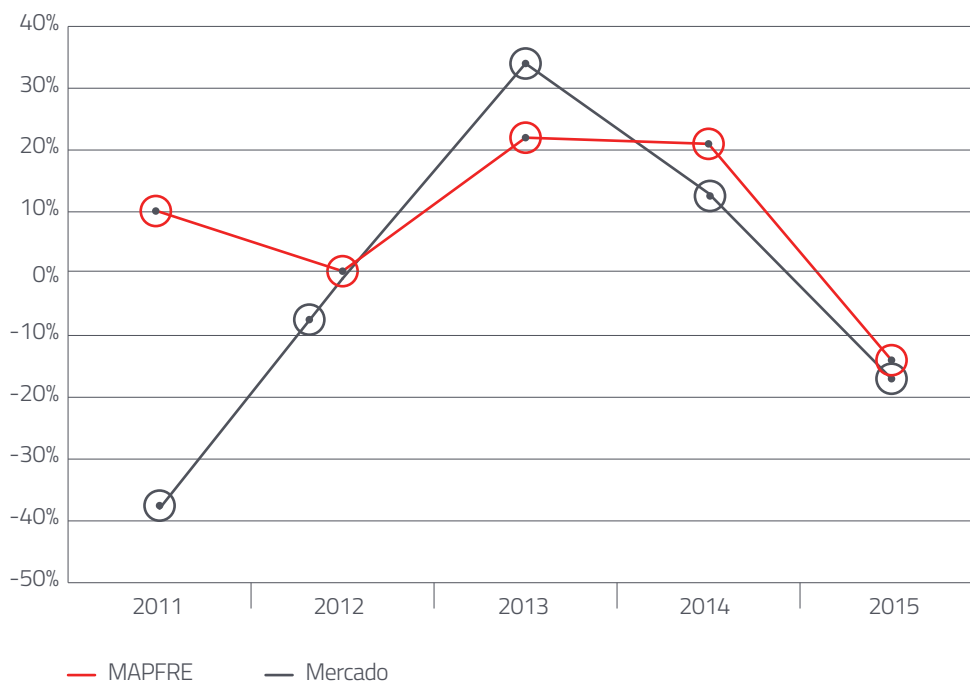
Os comentários que aqui serão realizados sobre as variáveis mais representativas da atividade ao longo do ano 2015 podem ser complementados pela consulta e análise das Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas, as quais, tal como este relatório de gestão, são parte integrante do dossiê de contas do exercício.

### 3.2.1. VENDAS

À semelhança do que aconteceu no conjunto do mercado, o volume de vendas (entendido como o somatório dos prémios de seguros e das entregas para apólices classificadas contabilisticamente como contratos de investimento) foi afetado pelas contingências decorrentes do já comentado período prolongado de baixas taxas de juro.

Atingiu os 64,06 milhões de euros, o que representa uma descida de 13,5% em relação ao ano anterior, mas sendo de destacar ter sido menos pronunciada do que a verificada pelo mercado. Aliás, este comportamento mais favorável, em praticamente todos os anos dos últimos cinco, tem permitido um aumento da quota de mercado, a qual acabou por se cifrar em 0,74% no final do de 2015, a percentagem mais elevada desde que a Companhia se encontra a operar.

Gráfico 11 – TAXA DE CRESCIMENTO VENDAS VIDA



Fonte: APS

Devido à natureza dos PPR, cujas características típicas são capital e rendimento garantido, este tipo de produtos foram os mais penalizados pela conjuntura pelo que apresentaram um decréscimo nas vendas bastante mais expressivo e foram a causa do decréscimo no valor global.

Com efeito, deve realçar-se que as restantes classes de produtos tiveram uma *performance* muito positiva, destacando-se os crescimentos de 31,7% nos de Risco Puro, 19,1% nas Rendas Vitalícias, 15,9% nos de Capitalização e 1,1% no conjunto dos Mistos e Universal Life.

Os PPR, produtos tipicamente de taxas de juro e capitais garantidos, foram os mais atingidos pela conjuntura, apresentaram um decréscimo considerável, tornando-se a causa da diminuição global do volume de vendas.

### 3.2.2. PROVISÕES MATEMÁTICAS E PASSIVOS FINANCEIROS

Contando com o contributo das vendas e do comportamento muito favorável dos resgates, que foi capaz de compensar o aumento dos vencimentos, o somatório das provisões matemáticas e dos passivos financeiros cresceu cerca de 33 milhões de euros, elevando-se para aproximadamente 268 milhões de euros, o que permite poder afirmar-se que se atingiu com sucesso o objetivo estratégico de crescimento.

Não obstante, o ritmo de crescimento diminuiu ao longo do ano, devido ao abrandamento das vendas, em virtude do prolongamento da conjuntura desfavorável ao nível das taxas de juro e das opções de poupança dos consumidores.

Gráfico 12 – EVOLUÇÃO PROV. MATEMÁTICAS E PASSIVOS FINANCEIROS (MILHÕES €)

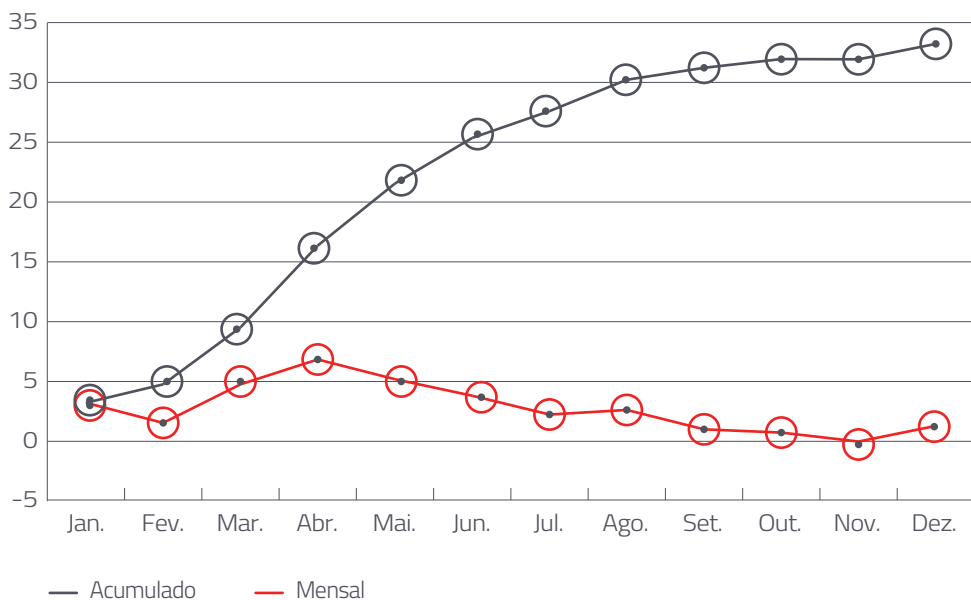
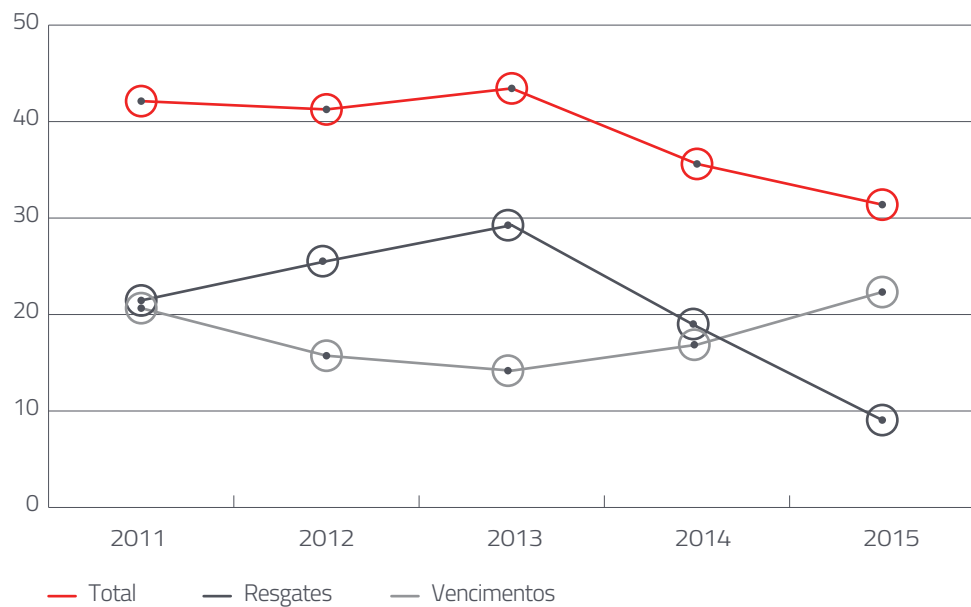


Gráfico 13 – EVOLUÇÃO DOS RESGATES E VENCIMENTOS (MILHÕES €)

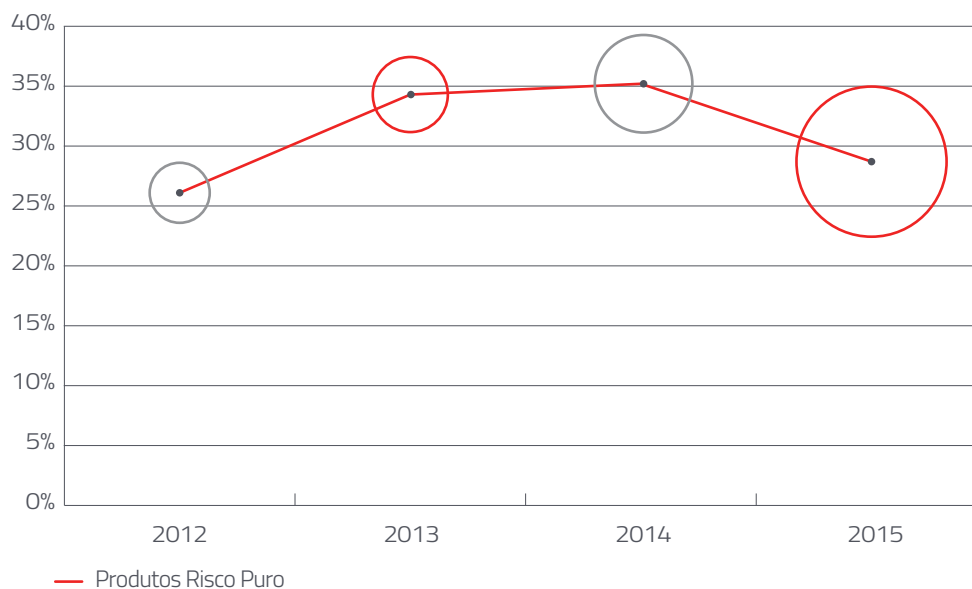


### 3.2.3. SINISTRALIDADE RISCO

A taxa de sinistralidade dos produtos de risco puro encontra-se num nível bastante interessante, em linha com o que se verifica no mercado.

Após uma subida nos dois últimos anos, em 2015, beneficiando do ritmo de crescimento mais forte dos prémios, experimentou mesmo uma descida de 6,5 pontos percentuais que nos apraz registar.

Gráfico 14 – TAXA DE SINISTRALIDADE LÍQUIDA RESSEGURO



Nota: Inclui custos com sinistros sobre prémios adquiridos.

### 3.2.4. INVESTIMENTOS

Não houve qualquer alteração significativa na política de investimentos, continuando esta a subordinar-se ao tradicional princípio de prudência que sempre tem norteado as opções da MAPFRE a todos os níveis.

Assim, a maior fatia dos investimentos continuou a pertencer aos títulos de rendimento fixo, conforme descrito no quadro seguinte:

#### Estrutura da carteira de investimentos

Tipo de investimento	2011	2012	2013	2014	2015
Bens materiais	0%	0%	0%	0%	0%
Ações e fundos de investimento	4%	4%	3%	2%	3%
Títulos de rendimento fixo	94%	94%	95%	96%	95%
Depósitos a prazo	0%	0%	0%	0%	0%
Depósitos à ordem	2%	2%	2%	1%	2%

Investimento médio.

Como já tem sido referido ao longo deste relatório, tem-se vivido num entorno prolongado de baixas taxas de juro, o qual induz, por um lado, a uma descida da rentabilidade financeira corrente e, por outro, à geração de mais-valias potenciais.

Por isso, foi sem surpresa que se assistiu a nova redução da taxa de rentabilidade corrente, a qual se situou nos 3,6%, ainda assim uma rentabilidade algo interessante.

Ao contrário do ano anterior e apesar da valorização dos ativos, não se efetuou a realização de mais-valias significativas.

### Rentabilidade da carteira de investimentos

Tipo de investimento	2011	2012	2013	2014	2015
Rentabilidade total corrente	4,6%	4,7%	4,3%	4,0%	3,6%
Rentabilidade total c/ mais/menos-valias	4,2%	4,7%	4,6%	4,7%	3,7%

Nota: Rentabilidade em função do investimento médio.

Uma vez que existe uma gestão permanente de ALM (Asset Liability Management), a descida da taxa encontra paralelo nas responsabilidades cobertas, adequando-se a estas, pelo que não acarreta qualquer risco associado de magnitude significativa.

### 3.2.5. GASTOS DE GESTÃO

Após alguns anos de expansão, em função dos investimentos no fortalecimento das diversas áreas de negócio, no ano 2015 foi possível iniciar uma trajetória descendente, alinhada com o princípio estratégico de "Crescer com rentabilidade" que se pretende reforçar nos próximos anos.

Assim, enquanto o volume de gastos por natureza a imputar decresceu 1,2%, o rácio sobre o conjunto das provisões matemáticas e dos passivos financeiros desceu para 1,8%, contribuindo para a melhoria da rentabilidade de exploração.

Gráfico 15 – TAXA DE CRESCIMENTO DOS GASTOS POR NATUREZA

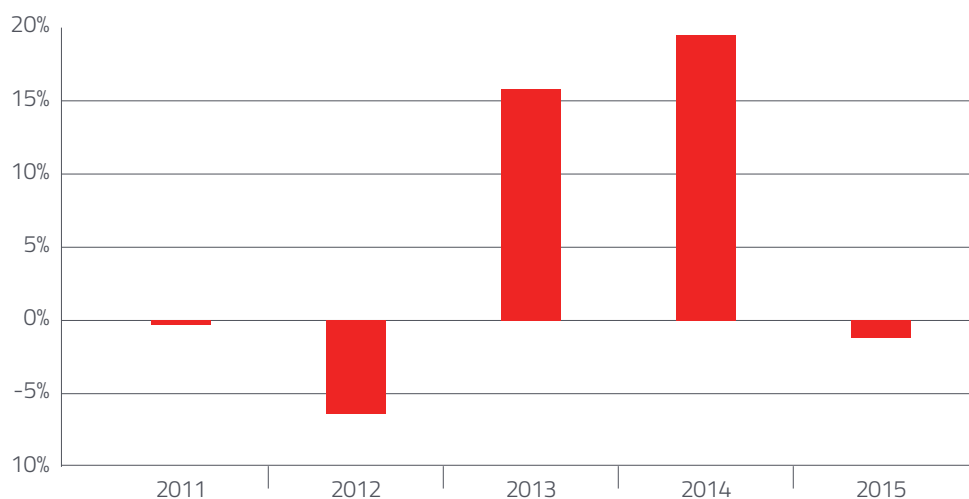
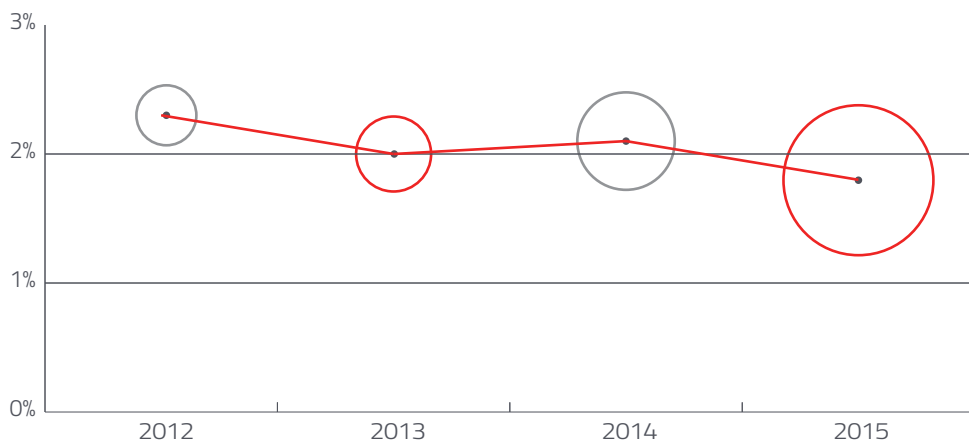


Gráfico 16 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR NATUREZA



Nota: Gastos por Natureza s/ Provisões Matemáticas e Passivos Financeiros

# 64

MILHÕES DE EUROS

de volume de vendas.

# 33

MILHÕES DE EUROS

de crescimento no somatório das provisões matemáticas e dos passivos financeiros.

# 32%

de aumento nos produtos de Risco Puro.

# 0,74%

de quota de mercado, a percentagem mais elevada desde que a Companhia se encontra a operar.

### 3.2.6. RESULTADOS

Como corolário das evoluções das variáveis anteriormente retratadas e após dedução dos impostos devidos, os resultados líquidos do exercício atingiram os 0,43 milhões de euros, valor inferior ao do ano anterior, o qual, porém, foi influenciado pela realização de mais-valias extraordinárias.

### 3.2.7. SOLVÊNCIA E REPRESENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

O rácio de cobertura da Margem de Solvência voltou a ser bastante confortável, situando-se praticamente nos 307%, uma pequena descida em relação aos 350% do ano anterior. Esta diminuição é exclusivamente decorrente do aumento do volume das responsabilidades a cobrir, por sua vez derivada do aumento do volume de negócio, dado que os fundos próprios se mantiveram em linha com os do ano anterior.

No que concerne à Representação das Provisões Técnicas, a taxa de cobertura é de 112,3%, também bastante confortável e apenas ligeiramente abaixo do ano anterior.

Num contexto simulado de aplicação do novo regime Solvência II, os cálculos das provisões matemáticas são bastante penalizados por estas terem de ser descontadas com base na curva de taxas de juro sem risco que atualmente se situam num nível, dir-se-ia, anormalmente baixo, até mesmo negativo em alguns prazos. Nesse sentido, e não obstante a forte capitalização do seu acionista principal que permitiria realizar aportações de capital em caso de necessidade, decidiu-se solicitar à ASF a utilização das medidas transitórias sobre as provisões técnicas previstas no regime.

## 3.3. Modelo de governo

Atentas as exigências legais impostas pelo Código das Sociedades Comerciais, na revisão de 2006, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto, do Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, da Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e da Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas do Instituto de Seguros de Portugal, a estrutura de administração e fiscalização da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. compreende os seguintes órgãos:

- Assembleia Geral – cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário;
- Conselho de Administração – composto por quatro a dez membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designa o seu Presidente e um Vice-Presidente;
- Conselho Fiscal – composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais;
- Revisor Oficial de Contas – função confiada a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

As alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da Sociedade, nomeadamente:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de assembleias-gerais;
- c) Relatórios e contas anuais;



- d) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da Sociedade;
- h) Modificações importantes na organização da Sociedade;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade;
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do Conselho.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre.

### **3.4. Política de remuneração dos órgãos de administração**

A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., segundo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comitê de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

O Código de Ética e Conduta do Grupo MAPFRE prevê expressamente no seu Título II, 2, J) que o Conselho de Administração da MAPFRE, S.A. deve submeter à Assembleia Geral, como ponto separado da ordem do dia, um relatório explicativo da política de remunerações.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez e outras compensações estabelecidas com caráter geral para o pessoal da entidade.

Todavia, no Conselho de Administração da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., dos quatro membros que o integram, excetuando o seu Presidente, que apenas auferem remuneração como Administrador-Delegado da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., dois são trabalhadores dependentes desta Sociedade e um é trabalhador de outra empresa que integra o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

No Conselho Fiscal da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções na sociedade MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos nas Atas n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral desta sociedade, e n.º 1, de 27 de outubro de 2009, da Assembleia Geral da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

### **3.5. Estrutura de capital**

O capital social da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. é de 21.000.000 € constituído por 4.200.000 ações, no valor nominal de 5,00 euros, cada uma, integralmente detidas pela acionista MAPFRE - Seguros Gerais, S.A.

## 4. Perspetivas para o futuro

**O nível de fundos próprios permitirá ultrapassar sem qualquer sobressalto as novas exigências em matéria regulatória de solvência, podendo encarar-se com confiança o desenvolvimento futuro da empresa.**

A MAPFRE continuará a subordinar a sua atividade à ambição de ser uma seguradora de referência pela qualidade dos serviços prestados aos seus clientes e pela sua solvência.

No futuro imediato suportará todas as suas decisões de gestão segundo o princípio de “Crescer com rentabilidade”, o qual encerra em si dois aspetos que se consideram fulcrais para qualquer empresa: por um lado, o crescimento do volume de negócios que aporta a indispensável vitalidade e, por outro, a rentabilidade que assegura a solidez e a capacidade de servir com qualidade.

Para conseguir atingir estes objetivos estão já em marcha alguns planos de ação concretos, de entre os quais destacamos:

- Ampliação e reforço da rede de distribuição numa perspetiva multicanal, isto é, assegurando a presença na rede tradicional, nos grandes *brokers* e corretores, nos acordos especiais e no digital;
- Equilíbrio técnico, capaz de combinar uma saudável margem de exploração com um *pricing* adequado à presença no mercado;
- Construção de produtos simples, inovadores e competitivos;
- Contenção de gastos.

Em paralelo, o labor diário continuará a ser norteado por uma atitude de busca incessante de eficiência, papel que todas as áreas assumirão de uma forma decidida, cabendo aqui um relevo e uma responsabilidade acrescida às áreas de suporte.

Porque para além da infraestrutura material é indispensável contar com uma massa humana altamente qualificada, continuaremos a apostar na formação dos colaboradores mediante programas de formação regulares e de acordo com as necessidades identificadas através do processo de avaliação de desempenho.

Espera-se ainda que a consolidação do modelo organizacional implementado durante o ano 2015 possa incrementar o grau de comunicação e interligação entre as distintas áreas e, por conseguinte, a capacidade de resposta aos desafios que se colocam.

Finalmente, importa referir que o nível de fundos próprios permitirá ultrapassar sem qualquer sobressalto as novas exigências em matéria regulatória de solvência podendo encarar-se com confiança o desenvolvimento futuro da empresa.



# Perspetivas para o futuro

Ampliação e reforço da rede de distribuição



Equilíbrio técnico



Construção de produtos simples, inovadores e competitivos



Contenção de gastos



## 5. Agradecimentos

Parece ser já um lugar comum prestar um agradecimento a todos quantos, de uma forma direta ou indireta, contribuíram para o desenvolvimento da atividade da MAPFRE ao longo do ano, mas a verdade é que estamos especialmente convictos que sem tal colaboração não poderíamos ter conseguido levar a cabo todo o trabalho da forma que o fizemos.

Por isso, queremos deixar aqui expresso o mais sincero reconhecimento:

- A todos os Clientes, em primeiro lugar, por acreditarem em nós e contribuírem com a sua exigência para a melhoria dos nossos serviços;
- Aos Empregados pela dedicação, empenho e qualidade que, em geral, colocaram nas suas tarefas;
- À vasta Rede de Distribuição pelo contributo direto para o crescimento e por assegurar a nossa presença ao longo de todo o território;
- Aos diversos Fornecedores de bens e serviços por nos disponibilizarem soluções adequadas de suporte à atividade;
- Aos Auditores Externos e ao Conselho Fiscal pelo seu trabalho independente e pelas oportunas sugestões que nos endereçaram;
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões por velar ativamente pelo bom funcionamento do setor;
- À Associação Portuguesa de Seguradores pela defesa intransigente das suas associadas.

## 6. Aplicação de resultados

Propomos que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 425.450,53 €, seja aplicado da seguinte forma:

- Incorporação em Reserva Legal de 42.545,05 €, em cumprimento da Lei;
- Incorporação em Reservas Livres de 382.905,48 €, para reforço da solidez.

### O Conselho de Administração

**António Manuel Cardoso Belo**  
(Presidente)

**Vítor Manuel da Silva Reis**  
(Vice-Presidente)

**Juan Fernández Palacios**  
(Vogal)

**Pedro Ribeiro e Silva**  
(Vogal-Secretário)

### 3. Contas anuais 2015



Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício de 2015			Exercício anterior (2014)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
	<b>ATIVO</b>				
7	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	<b>2.388.695,18</b>		<b>2.388.695,18</b>	<b>1.834.190,83</b>
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Ativos financeiros detidos para negociação			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
6	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	<b>2.259.689,56</b>		<b>2.259.689,56</b>	<b>1.623.433,93</b>
	Derivados de cobertura			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
6	Ativos financeiros disponíveis para venda	<b>319.029.727,94</b>		<b>319.029.727,94</b>	<b>290.071.692,33</b>
6	Empréstimos concedidos e contas a receber	<b>294.449,07</b>	<b>0,00</b>	<b>294.449,07</b>	<b>3.499.396,57</b>
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos			0,00	0,00
	Empréstimos concedidos	0,00		0,00	3.000.775,00
	Contas a receber	294.449,07		294.449,07	498.621,57
	Outros			0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Terrenos e edifícios	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Terrenos e edifícios de uso próprio			0,00	0,00
	Terrenos e edifícios de rendimento			0,00	0,00
8	Outros ativos tangíveis	<b>85.985,05</b>	<b>31.788,38</b>	<b>54.196,67</b>	<b>60.918,54</b>
	Inventários			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<i>Goodwill</i>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
10	Outros ativos intangíveis	<b>596.172,65</b>	<b>435.383,19</b>	<b>160.789,46</b>	<b>73.478,53</b>
4.1	Provisões técnicas de resseguro cedido	<b>1.423.412,40</b>		<b>1.423.412,40</b>	<b>1.215.978,08</b>
	Ramo vida				
	Provisão matemática			0,00	0,00
4.1; 4.3	Provisão para sinistros	1.281.665,58		1.281.665,58	1.082.629,15
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
4.1; 4.3	Provisão para prémios não adquiridos	141.746,82		141.746,82	133.348,93
23	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro			0,00	0,00
13	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
20	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	<b>18.689,06</b>		<b>18.689,06</b>	<b>16.693,70</b>
11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	<b>2.389.424,06</b>	<b>15.835,46</b>	<b>2.373.588,60</b>	<b>1.815.904,49</b>
	Contas a receber por operações de seguro direto	2.060.622,52	15.835,46	2.044.787,06	1.472.446,95
4.3.2	Contas a receber por operações de resseguro			0,00	0,00
	Contas a receber por outras operações	328.801,54		328.801,54	343.457,54
	Ativos por impostos e taxas	<b>2.689.896,80</b>		<b>2.689.896,80</b>	<b>1.265.188,94</b>
21.1	Ativos por impostos correntes	2.689.896,80		2.689.896,80	1.265.188,94
21.2	Ativos por impostos diferidos			0,00	0,00
	Acréscimos e diferimentos			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Outros elementos do ativo			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>331.176.141,77</b>	<b>483.007,03</b>	<b>330.693.134,74</b>	<b>301.476.875,94</b>

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício de 2015	Exercício anterior (2014)
	<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		
	<b>PASSIVO</b>		
4.1	Provisões técnicas	<b>273.256.890,66</b>	<b>241.597.518,38</b>
	Ramo vida	<b>273.256.890,66</b>	<b>241.597.518,38</b>
4.1; 4.2	Provisão matemática	251.126.247,28	216.344.838,79
4.1; 4.2	Provisão para sinistros	8.422.064,02	6.261.005,77
4.1; 4.2	Provisão para participação nos resultados	<b>12.323.183,47</b>	<b>17.037.346,23</b>
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	11.794.721,92	15.587.338,27
	Provisão para participação nos resultados atribuída	528.461,55	1.450.007,96
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
4.1; 4.2	Provisão para prémios não adquiridos	745.945,78	727.519,89
	Provisão para riscos em curso		
4.1; 4.2	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	639.450,11	1.226.807,70
	Outras provisões técnicas		
5	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	<b>16.227.989,76</b>	<b>17.202.444,71</b>
	Outros passivos financeiros	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
20	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	<b>12.381,27</b>	<b>14.294,54</b>
11	Outros credores por operações de seguros e outras operações	<b>1.352.232,84</b>	<b>1.364.721,44</b>
	Contas a pagar por operações de seguro direto	1.042.698,23	271.267,76
	Contas a pagar por operações de resseguro	112.275,75	6.507,12
	Contas a pagar por outras operações	197.258,86	1.086.946,56
	Passivos por impostos	<b>3.561.236,10</b>	<b>5.009.619,49</b>
21.1	Passivos por impostos correntes	379.320,73	1.300.399,10
21.2	Passivos por impostos diferidos	3.181.915,37	3.709.220,39
11	Acréscimos e diferimentos	<b>996.323,74</b>	<b>1.122.005,80</b>
	Outras provisões		
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>295.407.054,37</b>	<b>266.310.604,36</b>
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
22	Capital (Ações próprias)	<b>21.000.000,00</b>	<b>21.000.000,00</b>
	Outros instrumentos de capital		
23	Reservas de reavaliação	<b>19.510.545,94</b>	<b>20.344.570,58</b>
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	19.510.545,94	20.344.570,58
23	Reserva por impostos diferidos	<b>-3.181.915,37</b>	<b>-3.709.220,39</b>
23	Outras reservas	<b>-2.468.000,73</b>	<b>-3.957.514,26</b>
	Resultados transitados	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Resultado do exercício	<b>425.450,53</b>	<b>1.488.435,65</b>
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>35.286.080,37</b>	<b>35.166.271,58</b>
	<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>330.693.134,74</b>	<b>301.476.875,94</b>

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício de 2015				Exercício anterior (2014)
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	<b>61.186.880,93</b>	<b>0,00</b>		<b>61.186.880,93</b>	<b>73.107.533,07</b>
4; 12	Prêmios brutos emitidos	62.078.999,38			62.078.999,38	73.959.134,61
4	Prêmios de resseguro cedido	860.861,21			860.861,21	777.511,18
	Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	37.440,34			37.440,34	89.944,81
	Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	6.183,10			6.183,10	15.854,45
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
4	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	<b>31.572.443,64</b>	<b>0,00</b>		<b>31.572.443,64</b>	<b>26.856.835,80</b>
	Montantes pagos	<b>29.610.421,82</b>	<b>0,00</b>		<b>29.610.421,82</b>	<b>28.286.473,12</b>
	Montantes brutos	30.114.307,64			30.114.307,64	28.509.708,77
	Parte dos resseguradores	503.885,82			503.885,82	223.235,65
	Provisão para sinistros (variação)	<b>1.962.021,82</b>	<b>0,00</b>		<b>1.962.021,82</b>	<b>-1.429.637,32</b>
	Montante bruto	2.161.058,25			2.161.058,25	-1.219.533,66
	Parte dos resseguradores	199.036,43			199.036,43	210.103,66
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	<b>33.331.400,53</b>			<b>33.331.400,53</b>	<b>49.837.277,69</b>
	Montante bruto	33.331.400,53			33.331.400,53	49.837.277,69
	Parte dos resseguradores	0,00			0,00	0,00
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	<b>528.461,55</b>			<b>528.461,55</b>	<b>769.830,97</b>
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	<b>-587.357,59</b>			<b>-587.357,59</b>	<b>-796.483,22</b>
	Custos e gastos de exploração líquidos	<b>5.940.850,98</b>	<b>0,00</b>		<b>5.940.850,98</b>	<b>5.294.827,64</b>
13; 16	Custos de aquisição	5.056.368,38			5.056.368,38	4.163.854,46
	Custos de aquisição diferidos (variação)	-19.014,45			-19.014,45	-8.146,63
16	Gastos administrativos	938.443,87			938.443,87	1.174.584,65
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	34.946,82			34.946,82	35.464,84
14	Rendimentos	<b>11.709.604,46</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.709.604,46</b>	<b>10.487.145,20</b>
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	11.705.425,65			11.705.425,65	10.473.161,45
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros	4.178,81			4.178,81	13.983,75
14	Gastos financeiros	<b>2.236.633,32</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.236.633,32</b>	<b>1.470.460,94</b>
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	1.508.761,48			1.508.761,48	680.005,19
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	419.401,86			419.401,86	559.588,32
	Outros	308.469,98			308.469,98	230.867,43

(Continua)



Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício de 2015				Exercício anterior (2014)
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
15	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	<b>311.557,53</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>311.557,53</b>	1.508.691,49
	De ativos disponíveis para venda	311.557,53			311.557,53	1.508.691,49
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
15	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	<b>46.948,42</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>46.948,42</b>	<b>60.751,63</b>
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	46.948,42			46.948,42	60.751,63
	Diferenças de câmbio				<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	De ativos disponíveis para venda				0,00	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	<b>-28,61</b>			<b>-28,61</b>	<b>24.477,51</b>
11	Outras provisões (variação)			<b>6.070,51</b>	<b>6.070,51</b>	<b>-120.720,16</b>
	Outros rendimentos/gastos			<b>376.901,41</b>	<b>376.901,41</b>	<b>202.299,57</b>
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>232.530,30</b>	<b>0,00</b>	<b>370.830,90</b>	<b>603.361,20</b>	<b>2.078.868,81</b>
21.1	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes			177.910,67	177.910,67	590.433,16
21.2	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos					0,00
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>232.530,30</b>	<b>0,00</b>	<b>192.920,23</b>	<b>425.450,53</b>	<b>1.488.435,65</b>

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Reservas de reavaliação			Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
		Capital social	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas				
	<b>Balanço a 31 de dezembro 2014 (balanço de abertura)</b>	21.000.000,00	20.344.570,58	-3.709.220,39	486.831,72	-4.444.345,98		0,00	1.488.435,65	35.166.271,58
	Correcções de erros (IAS 8) – Nota 35									0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IASB) – Nota 35									0,00
	<b>Balanço de abertura alterado</b>	21.000.000,00	20.344.570,58	-3.709.220,39	486.831,72	-4.444.345,98		0,00	1.488.435,65	35.166.271,58
23	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		-834.024,64	527.305,02		1.077,88				-305.641,74
23	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				148.843,57	1.339.592,08		-1.488.435,65		0,00
	<b>Total das variações do capital próprio</b>	0,00	-834.024,64	527.305,02	148.843,57	1.340.669,96		0,00	-1.488.435,65	-305.641,74
	Resultado líquido do exercício							425.450,53		425.450,53
	Distribuição antecipada de lucros									0,00
	<b>Balanço a 31 de dezembro 2015</b>	21.000.000,00	19.510.545,94	-3.181.915,37	635.675,29	-3.103.676,02		0,00	425.450,53	35.286.080,37

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Reservas de reavaliação			Outras reservas				Total
		Capital social	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	
	<b>Balanço a 31 de dezembro 2013 (balanço de abertura)</b>	<b>21.000.000,00</b>	<b>2.532.599,80</b>	<b>101.733,29</b>	<b>419.058,70</b>	<b>-4.613.414,99</b>	<b>65.527,38</b>	<b>677.730,24</b>	<b>20.183.234,42</b>
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35								0,00
	<b>Balanço de abertura alterado</b>	<b>21.000.000,00</b>	<b>2.532.599,80</b>	<b>101.733,29</b>	<b>419.058,70</b>	<b>-4.613.414,99</b>	<b>65.527,38</b>	<b>677.730,24</b>	<b>20.183.234,42</b>
23	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de Ativos financeiros disponíveis para venda		17.811.970,78	-3.810.953,68					14.001.017,10
23	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				67.773,02	609.957,22	-65.527,38	-677.730,24	-65.527,38
23	Outros ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio					-440.888,21			-440.888,21
	<b>Total das variações do capital próprio</b>	<b>0,00</b>	<b>17.811.970,78</b>	<b>-3.810.953,68</b>	<b>67.773,02</b>	<b>169.069,01</b>	<b>-65.527,38</b>	<b>-677.730,24</b>	<b>13.494.601,51</b>
	Resultado líquido do exercício							1.488.435,65	1.488.435,65
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	<b>Balanço a 31 de dezembro 2014</b>	<b>21.000.000,00</b>	<b>20.344.570,58</b>	<b>-3.709.220,39</b>	<b>486.831,72</b>	<b>-4.444.345,98</b>	<b>0,00</b>	<b>1.488.435,65</b>	<b>35.166.271,58</b>

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício de 2015	Exercício anterior (2014)
	<b>ITENS QUE PODERÃO VIR A SER RECLASSIFICADOS PARA A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>(305.641,74)</b>	<b>14.001.017,10</b>
	Varição de da reserva de justo valor dos ativos disponíveis para venda	(834.024,64)	17.811.970,78
	Impostos correntes e diferidos	528.382,90	(3.810.953,68)
	<b>ITENS QUE NÃO IRÃO SER RECLASSIFICADOS PARA A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>00.000,00</b>	<b>00.000,00</b>
	Varição de desvios atuariais reconhecidos nas reservas		
	Impostos correntes e diferidos		
	<b>OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO DEPOIS DE IMPOSTOS</b>	<b>(305.641,74)</b>	<b>14.001.017,10</b>
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>425.450,53</b>	<b>1.488.435,65</b>
	<b>TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>119.808,79</b>	<b>15.489.452,75</b>

Notas do anexo	Fluxo caixa	Exercício de 2015	Exercício anterior (2014)
	<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
	Prémios recebidos*	63.938.262,62	75.246.785,97
	Sinistros pagos	-32.536.677,12	-39.816.484,96
	Pagamentos comissões	-1.696.209,65	-1.131.149,52
	Entradas resseguro	32.975,86	0,00
	Saídas resseguro	-251.450,59	-586.180,23
	Outros recebimentos	424.763,21	426.785,57
	Outros pagamentos	-5.465.355,82	-6.708.546,36
	Imposto sobre o rendimento	-2.620.952,23	-1.410.570,15
	<b>Total fluxos operacionais</b>	<b>21.825.356,28</b>	<b>26.020.640,32</b>
	<b>Atividades de investimento</b>		
	(Aquisições)/Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	-154.244,44	-134.702,88
	Títulos de dívida – compras	-71.648.508,48	-67.796.304,54
	Títulos de dívida – vendas	42.905.875,65	28.535.366,52
	Instrumentos capital e UPs – compras	-7.892.148,18	-6.715.201,84
	Instrumentos capital e UPs – vendas	1.789.406,02	7.719.591,66
	Juros recebidos	10.500.262,01	9.317.466,19
	Dividendos recebidos	227.730,49	152.516,48
	Outros investimentos	3.000.775,00	-3.000.775,00
	<b>TOTAL FLUXOS INVESTIMENTO</b>	<b>-21.270.851,93</b>	<b>-31.922.043,41</b>
	Atividades de financiamento	0,00	0,00
	Pagamento de juros	0,00	0,00
	<b>TOTAL FLUXOS FINANCIAMENTO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Efeito cambial	0,00	0,00
	<b>AUMENTO CAIXA</b>	<b>554.504,35</b>	<b>-5.901.403,09</b>
	<b>CAIXA NO INÍCIO</b>	<b>1.834.190,83</b>	<b>7.735.593,92</b>
7	<b>CAIXA NO FIM</b>	<b>2.388.695,18</b>	<b>1.834.190,83</b>

\* Inclui o prémio puro e impostos/taxas cobradas diretamente ao cliente.

## 4. Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas



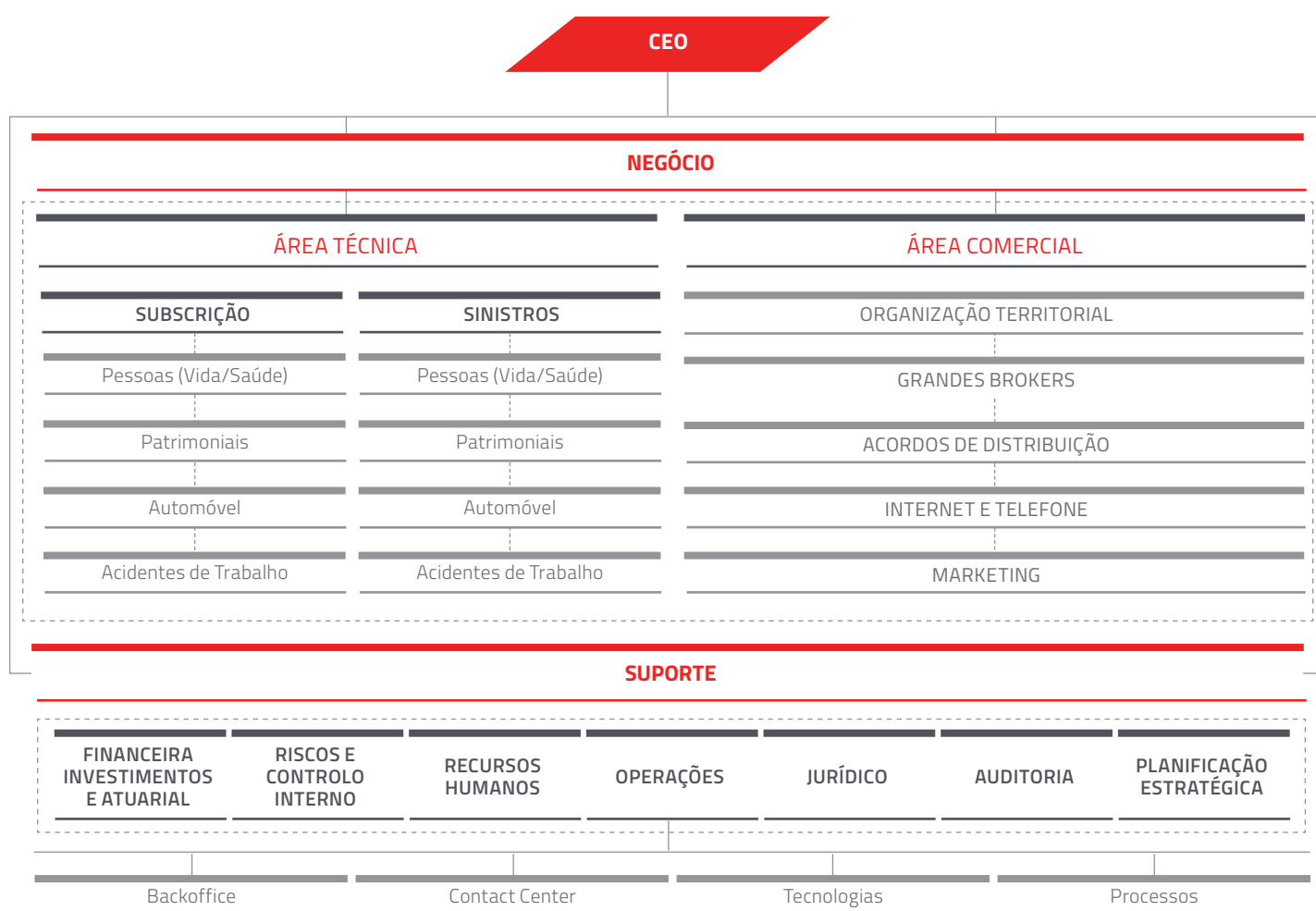
# 1. Informações gerais

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., foi constituída por escritura a 12 de agosto de 2009, com o capital social de 7.500.000 €, posteriormente ampliado para 21.000.000 €, detido na sua totalidade pela MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., formalmente constituída como seguradora através da Norma de Autorização n.º 1/2009-A da ASF.

Iniciou a atividade a 1 de janeiro de 2010 e adquiriu com efeito a 1 de janeiro de 2010, conforme escritura de cessão total, de 19 de julho de 2010, a carteira, os ativos e os passivos da Agência Geral em Portugal da MAPFRE Vida, Compañía de Seguros y Reaseguros sobre la Vida Humana, S.A.

A Sociedade foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Lisboa, na Rua Castilho, 52.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama seguinte:



A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., explora a totalidade dos Seguros de Vida e Seguros Ligados a Fundos de Investimento, definidos no Artigo 124.º do Decreto-Lei 94-B/98, e emitiu no ano de 2015 prémios de contratos de seguros no valor de 62,08 milhões de euros e contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no valor de 1,98 milhões de euros.

No relatório de gestão, elaborado pelos membros da Administração, foram abordadas as conjunturas económica e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2015, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico da Companhia para o ano de 2016, que continua a assentar em três pilares primordiais – Crescimento, Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.

## 2. Informação por segmentos

**2.1.** Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Rendias, Risco, Mistos, Universal Life, Capitalização e PPR.

A definição destes segmentos de negócio foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios de contratos de seguros e de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, apresentavam, no exercício de 2015 e no exercício anterior, a seguinte composição por segmentos reportáveis:

Exercício de 2015						
Tipo de contrato (para efeitos contabilísticos)	Rendias	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR
Contratos de seguro	9%	8%	6%	2%	22%	53%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	94%	6%

Exercício de 2014						
Tipo de contrato (para efeitos contabilísticos)	Rendias	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR
Contratos de seguro	7%	5%	6%	0%	18%	64%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	0%	100%

**2.2.** Apresenta-se de seguida a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia, para os exercícios de 2015 e 2014:

Exercício de 2015				
Conta de ganhos e perdas	Ramos Vida Global	Rendias, Risco, Mistos e U.Life	Capitalização	PPR
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	61.186.880,93	14.989.741,66	13.343.176,92	32.853.962,35
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos com sinistros líquidos de resseguro	31.572.443,64	7.699.005,07	3.393.837,37	20.479.601,20
Provisões matemáticas líquidas de resseguro	33.331.400,53	5.731.324,62	11.277.482,85	16.322.593,06
Participação nos resultados líquidos de resseguro	528.461,55	27.498,70	20.283,50	480.679,35
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-587.357,59	0,00	-587.357,59	0,00
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	5.940.850,98	3.345.113,01	600.695,45	1.995.042,52
Rendimentos financeiros	11.709.604,46	2.857.332,12	1.617.919,47	7.234.352,87
Gastos financeiros	2.236.633,32	270.182,25	368.700,68	1.597.750,39
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	311.557,53	154.182,25	93.255,32	64.119,96
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	46.948,42	0,00	46.948,42	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos gastos técnicos líquidos de resseguro	-28,61	-4,42	-11,24	-12,95
Outras provisões (variação)	6.070,51	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos/gastos	376.901,41	0,00	0,00	0,00
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>603.361,20</b>	<b>928.127,96</b>	<b>27.646,63</b>	<b>-723.244,29</b>
Imposto s/rendimento do exercício – Impostos correntes	177.910,67			
Imposto s/rendimento do exercício – Impostos diferidos	0,00			
<b>RESULTADO DEPOIS DE IMPOSTOS</b>	<b>425.450,53</b>	<b>928.127,96</b>	<b>27.646,63</b>	<b>-723.244,29</b>

Euros



Exercício de 2014				
Conta de ganhos e perdas	Ramos Vida Global	Rendas, Risco, Mistos e U.Life	Capitalização	PPR
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	73.107.533,07	12.858.232,70	13.115.172,80	47.134.127,57
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos com sinistros líquidos de resseguro	26.856.835,80	8.320.603,95	5.317.584,78	13.218.647,07
Provisões matemáticas líquidas de resseguro	49.837.277,69	3.341.303,76	9.111.028,27	37.384.945,66
Participação nos resultados líquida de resseguro	769.830,97	185.597,24	0,00	584.233,73
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-796.483,22	0,00	-796.483,22	0,00
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	5.294.827,64	2.291.089,84	511.425,60	2.492.312,20
Rendimentos financeiros	10.487.145,20	2.761.835,09	1.226.489,71	6.498.820,40
Gastos financeiros	1.470.460,94	196.239,23	212.660,16	1.061.561,55
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.508.691,49	1.096.416,03	5.373,13	406.902,33
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	60.751,63	0,00	60.751,63	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos gastos técnicos líquidos de resseguro	24.477,51	11.620,25	1.910,04	10.947,22
Outras provisões (variação)	-120.720,16	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos/gastos	202.299,57	0,00	0,00	0,00
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>2.078.868,81</b>	<b>2.393.270,05</b>	<b>53.481,72</b>	<b>-690.902,69</b>
Imposto s/ rendimento do exercício – Impostos correntes	590.433,16			
Imposto s/ rendimento do exercício – Impostos diferidos	0,00			
<b>RESULTADO DEPOIS DE IMPOSTOS</b>	<b>1.488.435,65</b>	<b>2.393.270,05</b>	<b>53.481,72</b>	<b>-690.902,69</b>

Nos exercícios de 2015 e de 2014, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

**2.3.** Não se apresenta o relato por segmentos das rubricas de balanço, dado que esta informação não é alvo de análise por parte da Companhia e nesse sentido não é regularmente preparada.

# 3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

## 3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCEs 07), emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de dezembro e n.º 22/2010-R de 16 de dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pela ASF.

Este novo Plano de Contas introduziu os International Financial Reporting Standards (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 – Contratos de Seguro.



Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

No exercício de 2015, as demonstrações financeiras foram preparadas em euros, exceto em algumas situações expressamente indicadas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico exceto no que respeita aos ativos financeiros, que foram mensurados ao justo valor, pressupondo a continuação da atividade da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em [www.mapfre.com](http://www.mapfre.com).

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 8 de março de 2016.

As notas que se seguem respeitam a ordem definida no Plano de Contas, sendo de referir que os números não incluídos neste Anexo não têm aplicação, por irrelevância dos valores ou por inexistência de situações a reportar.

## **3.2. Bases de mensuração e políticas contabilísticas**

### **3.2.1. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM**

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco insignificante de alteração de valor onde se incluem a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

### **3.2.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

#### **3.2.2.1. Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento de instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas”, “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Empréstimos concedidos e contas a receber”.

#### **Ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas**

Esta categoria inclui:

- Os ativos financeiros de negociação que são os adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

#### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

### **Empréstimos concedidos e contas a receber**

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

As aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, de ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; e quando a Companhia tenha transferido o controle sobre os ativos.

### **3.2.2. Mensuração subsequente de instrumentos financeiros**

#### **3.2.2.1. Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas**

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos afetos a produtos em que o risco é suportado pelos tomadores de seguro, estão considerados ao justo valor na categoria de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas.

#### **3.2.2.2. Ativos financeiros disponíveis para venda**

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica "Reservas de reavaliação" até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda".

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos desses reajustamentos são diretamente registados em resultados, nas rubricas de "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas" ou de "Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica "Outros rendimentos", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda”.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa, o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na nota 6 detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

#### **3.2.2.2.3. Empréstimos concedidos e contas a receber/outros depósitos**

Os empréstimos concedidos e contas a receber são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

#### **3.2.2.2.4. Reconhecimento de juros**

Os resultados referentes a juros de títulos de dívida são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo, opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

#### **3.2.2.2.5. Imparidade dos ativos financeiros**

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital valorizado ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”.

A valorização é corrigida, com efeito, em resultado quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

**Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:**  
Nos títulos de rendimento fixo

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência; e
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos;

Nos títulos de rendimento variável

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses, ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui “um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo”, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e
- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia;

A MAPFRE decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2015 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- Não ser oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

### 3.2.3. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis, exceto terrenos e edifícios, estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os elementos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

### 3.2.4. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

### 3.2.5. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham na alínea 3.2.8. e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na nota 4.

### 3.2.6. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

#### 3.2.6.1. Benefícios pós-emprego – responsabilidades com pensões:

##### a) Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano todos os trabalhadores que aderiram ao Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/01/2012.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 48.ª do referido contrato, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

##### b) Planos de benefício definido

Encontram-se abrangidos por este plano os trabalhadores não aderentes ao Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/01/2012 e que, naquela data, cumpriam as condições previstas no Capítulo V do Contrato Coletivo de Trabalho que esteve em vigor até aí.

O valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados derivadas desse plano obedece ao estipulado na cláusula 56.ª do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que esteve em vigor até 14/1/2012, sendo o valor atual dessas responsabilidades determinado anualmente nos termos da IAS 19, pelo método de valoração atuarial da Unidade de Crédito Projetada e tendo por base pressupostos atuariais considerados adequados, que se detalham na nota 20.

Esse valor encontra-se garantido através de apólices cujos contratos foram efetuados na própria Companhia e consideradas não elegíveis nos termos da IAS 19. Em consequência, o valor atual das responsabilidades é refletido no passivo e o justo valor dos ativos é refletido no ativo.

Os ganhos e perdas decorrentes das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores reais, no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado das apólices, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são anualmente reconhecidos em Outras Variações de Capital Próprio. De igual forma, o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos, é refletido na conta de ganhos e perdas do exercício.

#### 3.2.6.2. Prémio de permanência

As responsabilidades decorrentes do n.º 2 da cláusula 41.ª do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora em vigor desde 15/01/2012 são calculadas anualmente utilizando o método *pro rata temporis*, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

#### 3.2.6.3. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

### 3.2.7. AJUSTAMENTOS DE RECIBOS POR COBRAR E DE CRÉDITOS PARA COBRANÇA DUVIDOSA

Os montantes destes ajustamentos são calculados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

No que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 16/2006-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

### 3.2.8. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRETO

#### 3.2.8.1. Provisão matemática

A provisão matemática é calculada, apólice por apólice, segundo o método atuarial prospetivo que, tendo em atenção os prémios futuros a receber, tem em consideração todas as obrigações futuras, de acordo com as condições de cada um dos contratos. Desta forma, a provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades.

A base de cálculo é o prémio de inventário correspondente ao exercício, constituído pelo prémio puro mais os encargos de gestão, ambos determinados utilizando as melhores estimativas de mortalidade, rendimentos dos investimentos e gastos de gestão no momento da emissão dos contratos. Estas bases técnicas são divulgadas nos prospectos dos produtos e mantêm-se inalteráveis durante todo o período de vigência do contrato.

Os cálculos da provisão matemática são efetuados com base em pressupostos atuariais aprovados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

### 3.2.8.2. Provisão para sinistros

#### 3.2.8.2.1. Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

Esta provisão corresponde ao valor dos sinistros ocorridos e ainda por liquidar. Estão incluídos nesta provisão, nomeadamente, os valores correspondentes aos vencimentos de contratos já vencidos mas não liquidados e aos sinistros de morte ou invalidez, enquanto decorre a tramitação processual do sinistro.

#### 3.2.8.2.2. Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

O valor das responsabilidades provenientes de sinistros já ocorridos mas não declarados à data de encerramento das contas com recurso a métodos estatísticos e histórico da Companhia.

### 3.2.8.3. Provisão para participação nos resultados

#### 3.2.8.3.1. Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados, para distribuição posterior.

#### 3.2.8.3.2. Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de Vida com participação nos resultados, na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato.

#### 3.2.8.4. Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão é apurada de acordo com o método *pro rata temporis* e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no balanço, encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios e até ao limite de 20% do montante dos prémios diferidos por cada um dos ramos.

#### 3.2.8.5. Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro

As provisões dos seguros de Vida em que contratualmente se estipulou que o risco do investimento é suportado integralmente pelo tomador do seguro, são calculadas apólice por apólice e o seu valor é encontrado em função dos ativos especificamente afetos para determinar o valor dos direitos.

### 3.2.9. PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.



A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

#### **3.2.10. OUTROS CREDITORES**

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

#### **3.2.11. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS**

O princípio geral de reconhecimento de ganhos e gastos é o critério económico, segundo o qual a imputação de ganhos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja receita só se obtém em exercícios posteriores, bem como as despesas contabilizadas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se os rendimentos obtidos no exercício, mas imputáveis a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas despesas terão lugar em exercícios posteriores.

#### **3.2.12. OUTRAS PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES**

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

#### **3.2.13. IMPUTAÇÃO DE GASTOS POR FUNÇÕES E POR SEGMENTOS**

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções e adicionalmente imputados, também, por grupos de ramos.

As funções consideradas no âmbito desta imputação são a função de gestão dos sinistros, a função de aquisição de negócios, a função de administração e a função de gestão de investimentos.

São apresentados na nota 16 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

#### **3.2.14. RECONHECIMENTO DE GANHOS E PERDAS EM CONTRATOS DE SEGUROS**

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

#### **3.2.14.1. Prêmios**

Os prêmios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os de resseguro cedido são registrados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

#### **3.2.14.2. Custos de aquisição**

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

#### **3.2.14.3. Custos com sinistros**

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos nas alíneas 3.2.10. e 3.2.7., são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

### **3.2.15. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS**

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

#### **3.2.15.1. Impostos correntes**

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada. A determinação dos impostos sobre os lucros, requer um conjunto de interpretações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, a Autoridade Tributária tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registrados nas demonstrações financeiras.

#### **3.2.15.2. Impostos diferidos**

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registrados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registrados ativos por impostos diferidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais.

Não são registrados ativos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

### **3.2.16. TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA**

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do balanço.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

### **3.2.17. CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS**

A Companhia emite contratos com risco de seguro e ou risco financeiro. A classificação dos contratos tem por base o estipulado na IFRS 4, ou seja, existência de transferência de risco do segurado para a seguradora e de participação nos resultados discricionária.

Nos produtos em que são observadas as condições acima descritas, os prémios brutos emitidos relativos a esses contratos são registados como proveito na conta de ganhos e perdas, na rubrica "Prémios brutos emitidos", tendo em conta o princípio da especialização dos exercícios, através da contabilização dos prémios diferidos na rubrica "Provisão para prémios não adquiridos (variação)".

Nos restantes produtos, os valores entregues assumem a forma de uma responsabilidade financeira e são registados no passivo, na rubrica "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

### **3.2.18. RESSEGURO**

Os valores provenientes da aplicação dos contratos de resseguro são registados de acordo com a sua natureza, conforme o estipulado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros.

### **3.2.19. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

A participação nos resultados atribuída é calculada de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade e registada no passivo na rubrica "Provisão para participação nos resultados atribuída". Normalmente é distribuída no início do exercício seguinte por incorporação nas provisões matemáticas, dos contratos em vigor a 31 de dezembro do exercício anterior.

A participação nos resultados a atribuir refere-se aos ganhos e perdas potenciais dos ativos financeiros afetos aos fundos autónomos pertencentes a cada modalidade ou grupos de modalidades, desde que esses ganhos e perdas sejam positivos. O cálculo é efetuado como o descrito no parágrafo anterior e o seu valor registado no passivo, na rubrica "Provisão para participação nos resultados a atribuir".

### 3.3. Estimativas contábilísticas críticas e aspetos de julgamentos mais relevantes na aplicação das políticas contábilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contábilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contábilístico mais adequado. As principais estimativas contábilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contábilísticos pela Companhia são analisadas, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contábilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

#### 3.3.1. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Conforme descrito na alínea 3.2.6.1. das bases de mensuração e políticas contábilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego – planos de benefício definido – são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais de acordo com a melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

#### 3.3.2. DETERMINAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES POR CONTRATOS DE SEGUROS

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos nas alíneas 3.2.8. e 3.2.9. das bases de mensuração e políticas contábilísticas e na nota 4.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa nesta data das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

#### 3.3.3. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 40% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 18 meses é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

#### **3.3.4. IMPOSTOS DIFERIDOS**

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- As quantias dos componentes dos resultados líquidos do exercício não coincidam com as correspondentes quantias relevantes para determinação do imposto liquidado com referência ao período e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – determinantes tanto de passivos por impostos diferidos como de ativos por impostos diferidos;
- Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos; e
- As variações de justo valor, geradoras de aumentos ou diminuições de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ou inferior ao inerente valor relevante ao cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos ou ativos por impostos diferidos, respetivamente.

#### **3.3.5. DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS**

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

## 4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguros e ativos de resseguro

### 4.1. Identificação e explicação das quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro.

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

As políticas contábilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro são descritas na nota 3.

**a) Processos usados na determinação dos pressupostos que tiveram maior efeito na mensuração das quantias indicadas nas demonstrações financeiras:**

#### **Provisão matemática**

As provisões matemáticas correspondem à diferença entre o valor atuarial estimado dos compromissos da Companhia, incluindo as participações nos resultados já atribuídas, e o valor atuarial dos prêmios futuros.

As provisões matemáticas são calculadas apólice a apólice, através de métodos atuariais prospectivos, em conformidade com as bases técnicas das respectivas modalidades.

A Companhia aplica no momento da contratação e para efeitos do cálculo do valor do prêmio, as bases técnicas que se mostram mais ajustadas ao tipo de produto, são chamadas bases técnicas iniciais (BTI). No decorrer do contrato, e sempre que se comprove essa necessidade essas bases técnicas são modificadas e dão lugar às bases técnicas contábilísticas (BTC), a partir das quais se passam a registrar as responsabilidades no âmbito desta provisão.

As tábuas de mortalidade e as taxas técnicas de juro utilizadas no cálculo das provisões matemáticas são as seguintes:

Modalidade	Taxa técnica	Tábua mortalidade
<b>Seguros não ligados a fundos de investimento</b>		
Rendas	Taxa variável em função do ativo	GRM/F 95, PERM 2000P e Modificadas
<b>Mistos</b>		
Mistos	entre 1,25% e 4%	GKM 80, GKM 95
<b>Temporários</b>		
Temporário	entre ,25% e 4%	GKM/F 80, GKM/F 95 e Modificadas
Temporário Anual Renovável	entre 0,5% e 4%	GKM/F 80, GKM/F 95, PASEM 2010 e Modificadas
<b>Capitais Diferidos</b>		
Prémios Periódicos	entre 2,25% e 4%	GKM 95
Prémios únicos	entre 0,2% e 4,4%	GRM 80, GKM 95 e Modificadas
PPR	entre 0,75% e 4%	GKM 95
Universal Life	entre 0,75% e 3,8%	GKM 95 e Modificadas
<b>Seguros ligados a fundos de investimento</b>		
Com Risco de Investimento	entre 2% e 3,5%	GKM 95 e Modificadas

O valor da provisão matemática referente ao seguro direto apresenta, para os exercícios de 2015 e de 2014, a seguinte composição por famílias de produtos:

Euros

Exercício de 2015				
Prov. matemática – Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
<b>Contratos de seguros</b>				
Rendas	17.389.895,57	6.249.033,77	1.264.538,90	22.374.390,44
Risco	173.105,64	413.625,66	22.302,81	564.428,49
Mistos	27.369.436,38	4.451.107,98	5.257.705,43	26.562.838,93
Capitalização	26.733.552,41	13.560.824,32	2.279.423,90	38.014.952,83
PPR	140.797.539,90	35.840.440,28	18.376.391,51	158.261.588,67
Universal Life	3.881.308,89	1.829.776,15	363.037,12	5.348.047,92
<b>TOTAL</b>	<b>216.344.838,79</b>	<b>62.344.808,16</b>	<b>27.563.399,67</b>	<b>251.126.247,28</b>

Euros

Exercício de 2014				
Prov. matemática – Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
<b>Contratos de seguros</b>				
Rendas	13.233.211,85	4.156.683,72	0,00	17.389.895,57
Risco	70.490,21	102.615,43	0,00	173.105,64
Mistos	28.747.118,09	0,00	1.377.681,71	27.369.436,38
Capitalização	17.622.231,06	9.111.321,35	0,00	26.733.552,41
PPR	102.937.629,90	37.859.910,00	0,00	140.797.539,90
Universal Life	3.329.249,45	552.059,44	0,00	3.881.308,89
<b>TOTAL</b>	<b>165.939.930,56</b>	<b>51.782.589,94</b>	<b>1.377.681,71</b>	<b>216.344.838,79</b>

### Provisão para sinistros

O Anexo 2 a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas explicita os reajustamentos efetuados no exercício de 2015, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

### Provisão para participação nos resultados atribuída

No quadro abaixo demonstra-se a movimentação referente à Participação nos Resultados atribuída no exercício de 2015 e 2014:

Euros

Participação nos resultados atribuída	Exercício de 2015			
	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	Saldo final
<b>Modalidade</b>				
Vida Inteira	283,00	193,20	283,00	193,20
Quatrum	91,20	0,00	91,20	0,00
Reforma Assegurada	217.663,51	0,00	217.663,51	0,00
Futuro Jovem Garantido	3.638,98	9.333,97	3.638,98	9.333,97
Seg. Reforma Completo	60.848,55	9.213,64	60.848,55	9.213,64
P. Poup. Criança Futuro	2.363,02	0,00	2.363,02	0,00
Reforma Flexível	0,00	17.227,98	0,00	17.227,98
Invida Individual	0,00	0,00	0,00	0,00
Invida Coletivo	3.917,57	0,00	3.917,57	0,00
PPR Pré-Reforma MAPFRE	2.564,28	373,87	2.564,29	373,86
Ref. Garant. MAPFRE PPR	973.871,13	321.581,19	973.871,13	321.581,19
PPR Plano A	35.931,58	16.744,41	35.931,58	16.744,41
PPR Super 3	1.530,55	10.735,92	1.530,55	10.735,92
Universal Life Aegon	19.746,42	5.262,15	19.746,42	5.262,15
Postal PPR Seguro	127.558,17	102.800,85	127.558,15	102.800,87
Super PPR Plano A	0,00	11.215,13	0,00	11.215,13
MAPFRE Inv. Cresc. 2015	0,00	20.283,50	0,00	20.283,50
Coletivo – Proteção & Reforma	0,00	3.495,74	0,00	3.495,74
<b>TOTAL</b>	<b>1.450.007,96</b>	<b>528.461,55</b>	<b>1.450.007,96</b>	<b>528.461,55</b>

Euros

Participação nos resultados atribuída	Exercício de 2014			
	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	Saldo final
<b>Modalidade</b>				
Vida Inteira	162,50	129,99	9,49	283,00
Quatrum	80,26	10,94	0,00	91,20
Reforma Assegurada	134.614,43	141.106,70	58.057,62	217.663,51
Futuro Jovem Garantido	5.732,52	2.079,58	4.173,12	3.638,98
Seg. Reforma Completo	53.254,60	33.834,62	26.240,67	60.848,55
P. Poup. Criança Futuro	4.660,26	0,00	2.297,24	2.363,02
Reforma Flexível	0,00	0,00	0,00	0,00
Invida Individual	0,00	0,00	0,00	0,00
Invida Coletivo	4.210,65	0,00	293,08	3.917,57
PPR Pré-Reforma MAPFRE	1.460,58	1.103,71	0,00	2.564,28
Ref. Garant. MAPFRE PPR	913.498,34	451.813,23	391.440,44	973.871,13
PPR Plano A	56.729,51	35.837,65	56.635,58	35.931,58
PPR Super 3	0,00	1.530,55	0,00	1.530,55
Universal Life Aegon	12.905,99	8.435,41	1.594,98	19.746,42
Postal PPR Seguro	60.497,89	93.948,59	26.888,32	127.558,17
<b>TOTAL</b>	<b>1.247.807,53</b>	<b>769.830,98</b>	<b>567.630,54</b>	<b>1.450.007,96</b>



A participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros, de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade. A participação nos resultados foi distribuída por incorporação nas provisões matemáticas.

A participação nos resultados a atribuir (*Shadow accounting*) correspondente às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de Vida com participação nos resultados, na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato, ascende a 11,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 (31 de dezembro de 2014: 15,6 milhões de euros).

#### Provisão para prémios não adquiridos

A variação dos prémios não adquiridos no seguro direto e no resseguro cedido e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto são apresentadas em rubricas específicas da conta de ganhos e perdas. A variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao resseguro cedido está incluída na conta de ganhos e perdas na rubrica de "Comissões e participação nos resultados de resseguro".

#### Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro

As provisões dos seguros de Vida em que contratualmente se estipulou que o risco do investimento é suportado integralmente pelo tomador do seguro, são calculadas apólice por apólice e o seu valor é encontrado em função dos ativos especificamente afetos para determinar o valor dos direitos.

#### b) Reconciliação dos passivos resultantes de contratos de seguro e dos ativos resultantes de contratos de resseguro para os exercícios de 2015 e de 2014 – Provisões técnicas:

##### I. DE CONTRATOS DE SEGURO

Euros

Provisões técnicas – Seguro direto	Exercício de 2015			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
<b>Contratos de seguros</b>				
Provisão matemática	216.344.838,79	62.344.808,16	27.563.399,67	251.126.247,28
Provisão para sinistros	6.261.005,77	3.694.793,26	1.533.735,01	8.422.064,02
Prestações	6.247.225,25	3.689.394,29	1.530.745,18	8.405.874,36
IBNR	13.780,52	5.398,97	2.989,83	16.189,66
Provisão para participação nos resultados	17.037.346,23	1.880.107,22	6.594.269,98	12.323.183,47
Provisão para prémios não adquiridos	727.519,89	745.945,78	727.519,89	745.945,78
Prémios não adquiridos	832.338,64	869.778,98	832.338,64	869.778,98
Custos de aquisição diferidos	-104.818,75	-123.833,20	-104.818,75	-123.833,20
Provisão técnica de seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	1.226.807,70	0,00	587.357,59	639.450,11
<b>TOTAL</b>	<b>241.597.518,38</b>	<b>68.665.654,42</b>	<b>37.006.282,14</b>	<b>273.256.890,66</b>

Euros

Provisões técnicas – Seguro direto	Exercício de 2014			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
<b>Contratos de seguros</b>				
Provisão matemática	165.939.930,56	50.404.908,23	0,00	216.344.838,79
Provisão para sinistros	7.480.539,43	0,00	1.219.533,66	6.261.005,77
Prestações	7.464.235,20	0,00	1.217.009,95	6.247.225,25
IBNR	16.304,23	0,00	2.523,71	13.780,52
Provisão para participação nos resultados	6.775.124,76	10.262.221,47	0,00	17.037.346,23
Provisão para prémios não adquiridos	645.721,71	89.944,81	8.146,63	727.519,89
Prémios não adquiridos	742.393,83	89.944,81	0,00	832.338,64
Custos de aquisição diferidos	-96.672,12	0,00	8.146,63	-104.818,75
Provisão técnica de seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	2.023.290,92	0,00	796.483,22	1.226.807,70
<b>TOTAL</b>	<b>182.864.607,38</b>	<b>60.757.074,51</b>	<b>2.024.163,51</b>	<b>241.597.518,38</b>

## II. DE CONTRATOS DE RESSEGURO

Euros

Exercício de 2015				
Provisões técnicas – Resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
<b>Contratos de seguros</b>				
Provisão para sinistros	1.082.629,15	702.922,25	503.885,82	1.281.665,58
Prestações	1.078.292,73	700.256,12	503.885,82	1.274.663,03
IBNR	4.336,42	2.666,13	0,00	7.002,55
Provisão para prémios não adquiridos	133.348,93	141.746,82	133.348,93	141.746,82
Prémios não adquiridos	143.746,54	149.929,64	143.746,54	149.929,64
Custos de aquisição diferidos	-10.397,61	-8.182,82	-10.397,61	-8.182,82
<b>TOTAL</b>	<b>1.215.978,08</b>	<b>844.669,07</b>	<b>637.234,75</b>	<b>1.423.412,40</b>

Euros

Exercício de 2014				
Provisões técnicas – Resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
<b>Contratos de seguros</b>				
Provisão para sinistros	872.525,50	210.406,76	303,11	1.082.629,15
Prestações	867.885,97	210.406,76	0,00	1.078.292,73
IBNR	4.639,53	0,00	303,11	4.336,42
Provisão para prémios não adquiridos	120.540,93	15.854,45	3.046,45	133.348,93
Prémios não adquiridos	127.892,09	15.854,45	0,00	143.746,54
Custos de aquisição diferidos	-7.351,16	0,00	3.046,45	-10.397,61
<b>TOTAL</b>	<b>993.066,43</b>	<b>226.261,21</b>	<b>3.349,56</b>	<b>1.215.978,08</b>

### 4.2. Avaliação da natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

#### a) Objetivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados na gestão desses riscos

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A Área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos, seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões do Comité de Steering respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comités setoriais, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- Rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência;
- Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o *rating A* da Standard & Poors;

Por sua vez, a política de gestão de sinistros, privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e encerramento dos processos.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- O manual de sinistros, contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.



A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelos comités operativos, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

Os comités operativos existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são os seguintes:

- **Comité de Gestão de Riscos e Solvência** assegura o seguimento da estrutura de gestão de riscos implementada e a coordenação das funções de controlo (Gestão de Risco e Controlo Interno);
- **Comité de Negócio**, no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais, a aprovação da abertura de pontos de venda, etc.;
- **Comité Técnico**, em sede do qual se define as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio;
- **Comité de Sinistros**, no qual se efetua o acompanhamento das variáveis mais importantes desta área, como é o caso, por exemplo, da velocidade de liquidação e dos custos médios;



- Comit  de Projetos analisa e aprova as propostas oriundas da metodologia da gestão de projetos já referida;
- Comit  de Altera es, onde se atribui prioridades e se discutem as solicita es das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas.

De acordo com o previsto, esta metodologia alargou-se   área de Segurança criando-se assim o Comit  de Segurança.

Estes comit s desenvolveram as suas atividades com normalidade ao longo de 2015.

Por outro lado, mensalmente, a  rea Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstra es (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolu o das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos e taxa de rentabilidade financeira), o qual   analisado pelo  rgo de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto de a política de remunera es da Companhia prever a atribui o de remunera o variável, indexada ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

## b) Análises de sensibilidade – taxa de juro dos passivos, risco do seguro

### I. Sensibilidade à taxa de juro dos passivos

A partir dos fluxos do *European Embedded Value* (sem gastos de administração) foram determinadas as TIRs implícitas nas reservas de balanço, por modalidade. Foi aplicado um incremento/decremento de 1 p.p. a estas TIRs e recalculada a reserva com base nos fluxos e na nova TIR. Neste recálculo consideram-se excluídos os produtos puros de risco e ainda aqueles cujo risco é por conta do tomador.

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações aos pressupostos acima mencionados causariam no resultado antes de impostos:

Milhares de euros

Exercício de 2015	
Variação	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de balanço	-12.350
Decremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de balanço	13.487

### II. Sensibilidade ao risco do seguro

Para a atividade de Vida, o nível de sensibilidade mede-se em função do valor implícito (também chamado intrínseco), calculado de acordo com os princípios e metodologia estabelecidos no *European Embedded Value*. O valor implícito obtém-se adicionando ao património líquido ajustado o valor atual dos lucros futuros e subtraindo o valor temporal das garantias e opções e os custos friccionais dos capitais requeridos.

A metodologia para cálculo do valor implícito está baseada na avaliação de cada um dos componentes de risco do negócio de forma isolada e diferenciando entre a carteira existente e o novo negócio captado no ano.

Existe alguma sensibilidade dos resultados obtidos a alguns dos pressupostos usados, mais concretamente:

- Um aumento da mortalidade em cinco pontos percentuais teria um impacto muito significativo nos produtos de morte podendo reduzir o *Value In-Force* (VIF) apesar da compensação em sentido contrário nas rendas vitalícias;
- Uma descida da rentabilidade dos ativos financeiros em um ponto percentual pode reduzir o VIF, sobretudo pelo impacto que tem nos produtos financeiros e nas rendas vitalícias.

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações aos pressupostos acima mencionados causariam no VIF:

Euros

Variação	Exercício de 2015		Total
	Produtos de morte e invalidez	Produtos financeiros	
<i>Value In-Force</i> (VIF) do negócio	6.829.528,00	6.251.106,00	13.080.634,00
Aumento de mortalidade em 5 p.p.	-507.736,00	739.799,00	232.063,00
Diminuição de 1 p.p. na rentabilidade financeira	553.932,00	360.495,00	914.427,00

## c) Concentração do risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de várias modalidades de seguro, tanto de produtos de risco como de capitalização, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Exercício de 2015							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	Total
Prémios brutos emitidos	5.634	5.035	3.734	1.478	13.343	32.854	62.079
Prémios de resseguro cedido	0	801	51	9	0	0	861
% Composição da carteira	9,1%	8,1%	6,0%	2,4%	21,5%	52,9%	100,0%
% Média de retenção	100,0%	84,1%	98,6%	99,4%	100,0%	100,0%	98,6%

Exercício de 2014							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	Total
Prémios brutos emitidos	4.731	3.822	4.051	1.106	13.115	47.134	73.959
Prémios de resseguro cedido	0	774	3	1	0	0	778
% Composição da carteira	6,4%	5,2%	5,5%	1,5%	17,7%	63,7%	100,0%
% Média de retenção	100,0%	79,7%	99,9%	99,9%	100,0%	100,0%	98,9%

Exercício de 2015			
Contratos de resseguro	Risco	Mistos	Universal Life
Proporcional		√	
Não proporcional			√
Facultativo	√		
Excedente		√	
XL – Cobertura por evento			√

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios brutos emitidos respeitam ao território de Portugal e a euros, respetivamente.

### 4.3. Informação quantitativa e qualitativa sobre riscos de mercado, crédito, liquidez e operacionais

#### 4.3.1. RISCO DE MERCADO

Efetua-se uma análise detalhada relativa ao risco de mercado inerente a investimentos financeiros na nota 6.

#### 4.3.2. RISCO DE CRÉDITO

A análise de risco de crédito associada a investimentos financeiros encontra-se detalhada na nota 6.

##### a) Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 13% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 50% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, ou seja, um total de 63% da carteira é cobrada sem intervenção de mediadores, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada, quer da não mediada é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento.

A Companhia calcula um ajustamento para recibos por cobrar conforme nota 11.

#### b) Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., detêm apenas 37,0% da carteira da Companhia, e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais, o que diminui a exposição ao risco.

#### c) Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a "A", conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Exercício de 2015	
Resseguro cedido	Valor contabilístico
Provisão para sinistros	1.281.665,58
Provisão para prémios não adquiridos	141.746,82
Créditos por operações de resseguro cedido	0,00
Dívidas por operações de resseguro cedido	-112.275,75
<b>TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>1.311.136,65</b>

Exercício de 2014	
Resseguro cedido	Valor contabilístico
Provisão para sinistros	1.082.629,15
Provisão para prémios não adquiridos	133.348,93
Créditos por operações de resseguro cedido	0,00
Dívidas por operações de resseguro cedido	-6.507,12
<b>TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>1.209.470,96</b>

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

Exercício de 2015	
Classificação creditícia dos resseguradores	Valor contabilístico
A	1.311.136,65
<b>TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>1.311.136,65</b>

Exercício de 2014	
Classificação creditícia dos resseguradores	Valor contabilístico
A	1.209.470,96
<b>TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>1.209.470,96</b>

#### 4.3.3. RISCO DE LIQUIDEZ

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem" considerados suficientes para responder a necessidades de liquidez de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem" era de 2.388.695,18 euros e representava 0,7% do total de investimentos financeiros e caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem.



Adicionalmente, a maioria dos investimentos financeiros encontram-se classificados como disponíveis para venda e são negociados em mercados regulamentados, o que garante a possibilidade imediata de os transformar em liquidez. Na nota 6 dá-se uma informação quantitativa do risco de liquidez dos instrumentos financeiros.

Os calendários estimados de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontram-se nos quadros seguintes relativos aos exercícios de 2015:

Milhares de euros

Conceito	Exercício de 2015						
	Seguro direto						Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	
Provisão matemática	45.388	31.156	41.282	43.873	29.634	121.467	312.800
Provisão para sinistros	7.455	897	58	3	1	8	8.422
Provisão para participação nos resultados	2.200	1.907	1.653	1.375	907	4.281	12.323
Provisão para prémios não adquiridos	746						746
Provisão técnica de seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	716	293	191	740	491	70	2.501
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3.635	6.667	2.796	1.102	905	2.584	17.689
Dívidas por operações de seguro direto	938	42	31	21	10	0	1.043
Dívidas por operações de resseguro	112						112
<b>TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>61.191</b>	<b>40.962</b>	<b>46.011</b>	<b>47.113</b>	<b>31.949</b>	<b>128.410</b>	<b>355.636</b>

#### 4.3.4. RISCO OPERACIONAL E REPUTACIONAL

Bianualmente é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Este levantamento inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

#### 4.3.5. MONITORIZAÇÃO GLOBAL DA EXPOSIÇÃO AO RISCO

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

##### a) A quantificação global da exposição aos riscos

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo *standard* de fatores fixos no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

Ao fecho do exercício 2015, a taxa de cobertura da margem de solvência foi de 306,55%, como se apresenta no quadro abaixo:

Milhares de euros

Margem de solvência	2015	2014
Elementos constitutivos do fundo de garantia	35.125	35.093
Elementos constitutivos da margem de solvência	35.125	35.093
Atividade vida e de fundos de pensões		
Montante total da margem de solvência a constituir	11.458	10.018
Montante total do fundo de garantia a constituir	3.819	3.700
Excesso/insuficiência da margem de solvência	23.667	25.074
Taxa de cobertura da margem de solvência	306,55%	350,28%

#### b) A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

#### c) O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática.

#### d) A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

### 4.5. Prestação de informação qualitativa relativa à adequação dos prémios e das provisões

A Companhia dispõe, anualmente, de um estudo atuarial pormenorizado dos produtos em carteira, com o intuito de adequar os prémios a todas as suas responsabilidades, nomeadamente encargos de aquisição, gastos gerais e sinistros a pagar.

Em relação à suficiência das provisões para sinistros, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, detalhadas por modalidades, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR concluindo pela sua adequação.

A suficiência das provisões matemáticas foi também objeto de análise pelo Atuário Responsável, por cada modalidade, em função das notas técnicas dos respetivos produtos.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro rata temporis*, tendo sido validadas pelo Atuário Responsável através de amostragem.

Relativamente à provisão para participação nos resultados, a mesma é calculada, por produto e de acordo com as respetivas notas técnicas.

### 4.6. Informação quantitativa e qualitativa de alguns rácios

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para o conjunto de ramos da carteira da Companhia:

Exercício de 2015	
Rácios*	Ramo Vida
Rácio de sinistralidade	52%
Rácio de custos de exploração	10%
Rácio combinado	62%
Rácio operacional	65%

\* Calculados brutos de resseguro cedido.

## 5. Passivos financeiros

O valor de 16.227.989,76 euros, apresentado nas demonstrações da posição financeira, na rubrica de "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento" refere-se, à responsabilidade assumida com contratos de seguro, considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

No quadro abaixo demonstra-se a movimentação referente aos passivos financeiros nos exercícios de 2015 e 2014:

Euros

Exercício de 2015					
Passivos financeiros	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Saldo final
Valorizados ao justo valor	0,00	1.857.500,87	0,00	-32.141,37	1.825.359,50
Capitalização	0,00	1.857.500,87	0,00	-32.141,37	1.825.359,50
Valorizados ao custo amortizado	17.202.444,71	121.606,88	3.340.823,19	419.401,86	14.402.630,26
Capitalização	2.565.245,01	0,00	2.603.963,76	62.105,01	23.386,26
PPR	14.637.199,70	121.606,88	736.859,43	357.296,85	14.379.244,00
<b>TOTAL</b>	<b>17.202.444,71</b>	<b>1.979.107,75</b>	<b>3.340.823,19</b>	<b>387.260,49</b>	<b>16.227.989,76</b>

Euros

Exercício de 2014					
Passivos financeiros	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Saldo final
Valorizados ao custo amortizado	28.195.333,05	127.486,88	11.679.963,54	559.588,32	17.202.444,71
Capitalização	2.591.206,58	0,00	108.814,90	82.853,33	2.565.245,01
PPR	25.604.126,47	127.486,88	11.571.148,64	476.734,99	14.637.199,70
<b>TOTAL</b>	<b>28.195.333,05</b>	<b>127.486,88</b>	<b>11.679.963,54</b>	<b>559.588,32</b>	<b>17.202.444,71</b>

Apresentam-se os mesmos passivos financeiros ao justo valor e por níveis de valorização:

Euros

Exercício de 2015		
Passivos financeiros	Justo valor – Níveis de valorização	
	Nível 1	Nível 2
Valorizados ao justo valor	1.825.359,50	0,00
Capitalização	1.825.359,50	
Valorizados ao custo amortizado	0,00	15.621.950,02
Capitalização		23.386,26
PPR		15.598.563,76
<b>TOTAL</b>	<b>1.825.359,50</b>	<b>15.621.950,02</b>

# 6. Instrumentos financeiros

## 6.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário, classificados nas categorias de “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” e “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Euros

Exercício de 2015				
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Empréstimos concedidos e contas a receber	Valor contabilístico
Saldo inicial	282.091.171,31	9.603.954,95	3.499.396,57	295.194.522,83
Aquisições (a valor aquisição)	73.132.792,39	7.892.118,39		81.024.910,78
Reembolso	6.470.000,00	0,00		6.470.000,00
Alienações (a valor aquisição)	38.121.833,46	1.853.989,72		39.975.823,18
Ajust. valor aquisição reclassif. contab.	0,00			0,00
Variação do justo valor	-4.117.611,70	-628.341,67		-4.745.953,37
Variação do custo amortizado	-322.291,13			-322.291,13
Variação juro decorrido	83.448,14			83.448,14
Outras diminuições			3.204.947,50	3.204.947,50
<b>SALDO FINAL</b>	<b>306.275.675,55</b>	<b>15.013.741,95</b>	<b>294.449,07</b>	<b>321.583.866,57</b>

Euros

Exercício de 2014 (Reexpresso)				
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Empréstimos concedidos e contas a receber	Valor contabilístico
Saldo inicial	213.738.414,66	9.927.879,85	562.500,71	224.228.795,22
Aquisições (a valor aquisição)	101.280.409,33	6.716.900,99		107.997.310,32
Reembolso	6.930.000,00	0,00		6.930.000,00
Alienações (a valor aquisição)	49.393.146,32	7.568.669,45		56.961.815,77
Ajust.. valor aquisição reclassif. contab.	0,00			0,00
Variação do justo valor	23.866.344,91	527.843,56		24.394.188,47
Variação do custo amortizado	-1.228.009,70			-1.228.009,70
Variação juro decorrido	757.158,43			757.158,43
Outras diminuições			-2.936.895,86	-2.936.895,86
<b>SALDO FINAL</b>	<b>282.091.171,31</b>	<b>9.603.954,95</b>	<b>3.499.396,57</b>	<b>295.194.522,83</b>

Apresenta-se no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Euros

Classificações do ativo	Exercício de 2015				
	Valor contabilístico				Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.149.365,76	0,00	110.323,80	0,00	2.259.689,56
Unidades de participação	2.149.365,76		110.323,80		2.259.689,56
Ativos financeiros disponíveis para venda	281.172.803,12	1.048.310,98	31.305.267,86	5.503.345,98	319.029.727,94
Instrumentos de capital	8.223.605,03		1.219.294,74		9.442.899,77
Unidades de participação	3.079.705,92		231.446,70		3.311.152,62
Títulos de dívida – pública	217.065.329,30	991.519,01	25.337.361,92	3.999.871,43	247.394.081,66
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	9.965.076,26	54.590,08	587.252,95	276.032,89	10.882.952,18
Títulos de dívida – de outros emissores	42.839.086,61	2.201,89	3.929.911,55	1.227.441,66	47.998.641,71
Empréstimos concedidos e contas a receber	294.449,07	0,00	0,00	0,00	294.449,07
Outros depósitos	0,00				0,00
Empréstimos concedidos	294.449,07				294.449,07
<b>TOTAL</b>	<b>283.616.617,95</b>	<b>1.048.310,98</b>	<b>31.415.591,66</b>	<b>5.503.345,98</b>	<b>321.583.866,57</b>

Euros

Classificações do ativo	Exercício de 2014				
	Valor contabilístico				Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.393.797,75	0,00	229.636,18	0,00	1.623.433,93
Unidades de participação	1.393.797,75		229.636,18		1.623.433,93
Ativos financeiros disponíveis para venda	247.349.283,53	1.370.602,11	35.931.908,85	5.419.897,84	290.071.692,33
Instrumentos de capital	5.122.727,22		1.585.598,66		6.708.325,88
Unidades de participação	898.023,07		374.172,07		1.272.195,14
Títulos de dívida – pública	187.598.194,47	1.291.828,95	27.490.637,18	3.746.368,16	220.127.028,76
Títulos de dívida – de outros emissores	53.730.338,77	78.773,16	6.481.500,94	1.673.529,68	61.964.142,55
Empréstimos concedidos e contas a receber	3.499.396,57	0,00	0,00	0,00	3.499.396,57
Outros depósitos	3.000.775,00				3.000.775,00
Empréstimos concedidos	498.621,57				498.621,57
<b>TOTAL</b>	<b>252.242.477,85</b>	<b>1.370.602,11</b>	<b>36.161.545,03</b>	<b>5.419.897,84</b>	<b>295.194.522,83</b>

No Anexo 1 às Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros (Anexo 1), no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no balanço em “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” e “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

## 6.2. Justo valor

### 6.2.1. MÉTODOS DE APURAMENTO DO JUSTO VALOR

Na nota 3 são descritos os critérios e bases de mensuração aplicados aos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da Bloomberg, podendo existir algumas exceções, que se valorizam através de um modelo interno, conforme descrito abaixo:

#### a) Modelo interno

- Através da Bloomberg obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtêm-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- Automaticamente é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes *spreads* são revistos semanalmente;
- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* fixo obtêm-se a cotação de valorização do título.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 292.997,50 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
NL0000122489	ING BANK NV AMSTERDAM

### 6.2.1. NÍVEIS DE VALORIZAÇÃO

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;

Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;

Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte.

Apresenta-se no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Euros

Exercício de 2015			
Conceito	Justo valor – Níveis de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	2.259.689,56	2.259.689,56
Unidades participação	0,00	2.259.689,56	2.259.689,56
Ativos financeiros disponíveis para venda	318.505.762,17	523.965,77	319.029.727,94
Instrumentos de capital	9.442.899,77	0,00	9.442.899,77
Unidades participação	3.080.184,35	230.968,27	3.311.152,62
Títulos de dívida – pública	247.394.081,66	0,00	247.394.081,66
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	10.882.952,18	0,00	10.882.952,18
Títulos de dívida – de outros emissores	47.705.644,21	292.997,50	47.998.641,71
<b>TOTAL</b>	<b>318.505.762,17</b>	<b>2.783.655,33</b>	<b>321.289.417,50</b>

Euros

Exercício de 2014 (Reexpresso)			
Conceito	Justo valor – Níveis de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.623.433,93	0,00	1.623.433,93
Unidades participação	1.623.433,93	0,00	1.623.433,93
Ativos financeiros disponíveis para venda	287.747.942,58	2.323.749,75	290.071.692,33
Instrumentos de capital	6.708.325,88	0,00	6.708.325,88
Unidades participação	0,00	1.272.195,14	1.272.195,14
Títulos de dívida – pública	220.127.028,76	0,00	220.127.028,76
Títulos de dívida – de outros emissores	60.912.587,94	1.051.554,61	61.964.142,55
<b>TOTAL</b>	<b>289.371.376,51</b>	<b>2.323.749,75</b>	<b>291.695.126,26</b>

Nos exercícios de 2015 e 2014 não houve investimentos classificados no nível 3 de valorização.

### 6.3. Imparidade

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado nas políticas contabilísticas na nota 3, dos quais não resultou qualquer valor a registar a título de imparidade ao final do exercício de 2015.

### 6.4. Natureza e extensão dos riscos resultantes dos instrumentos financeiros

#### 6.4.1. INFORMAÇÃO QUALITATIVA PARA AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo.

A política de investimentos aponta para uma distribuição de referência de 90% para títulos de rendimento fixo e 10% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

#### a) Risco de taxa de juro

A variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%.

#### b) Risco de câmbio

A exposição a este risco, apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos.

#### c) Outros riscos de mercado

Relativamente a outros possíveis riscos de mercado, que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e setorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 50% de títulos de rendimento fixo de estados da União Europeia e 50% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo, como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por setores de atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco, se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

### 6.4.2. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA PARA AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR TIPO DE RISCO

#### a) Risco de crédito

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia dos emissores de valores de títulos de dívida:

Euros

Classificação creditícia dos emissores	Exercício de 2015			
	Valor mercado			Total
	Estado	Bancos e instituições financeiras	Outros	
AAA	0,00	0,00	0,00	0,00
AA	512.630,00	4.809.700,00	80.480,00	5.402.810,00
A	0,00	28.385.462,15	3.027.790,00	31.413.252,15
BBB	135.082.200,00	4.686.333,40	7.008.880,00	146.777.413,40
BB ou menor	122.682.200,00	0,00	0,00	122.682.200,00
<b>TOTAL</b>	<b>258.277.030,00</b>	<b>37.881.495,55</b>	<b>10.117.150,00</b>	<b>306.275.675,55</b>

Euros

Classificação creditícia dos emissores	Exercício de 2014			
	Valor mercado			Total
	Estado	Bancos e instituições financeiras	Outros	
AAA	0,00	0,00	0,00	0,00
AA	515.499,93	4.436.788,18	771.092,50	5.723.380,61
A	0,00	24.647.116,94	1.633.497,24	26.280.614,18
BBB	137.723.639,23	12.193.009,25	7.020.465,94	156.937.114,42
BB ou menor	93.150.062,10	0,00	0,00	93.150.062,10
<b>TOTAL</b>	<b>231.389.201,26</b>	<b>41.276.914,37</b>	<b>9.425.055,68</b>	<b>282.091.171,31</b>



A persistente deterioração da situação europeia e a existência de vários riscos fez com que as agências financeiras tenham, ao longo do ano de 2012, baixado o *rating* a vários países e instituições financeiras, baixa esta responsável pela acumulação de valores em *ratings* de menor classificação, situação que se tem apresentado de difícil recuperação.

#### b) Risco de concentração

No quadro abaixo, apresenta-se a exposição por setor, do total das participações financeiras à data de encerramento das contas dos exercícios de 2015 e 2014:

Euros

Setor de atividade	Valor balanço 2015	Valor balanço 2014
Dívida pública e de outros emissores públicos	258.277.033,84	231.389.201,26
Instituições financeiras	46.246.133,93	46.578.334,52
Energia	5.982.346,45	5.041.789,04
Petrolíferas	5.299.439,65	4.589.491,26
Comunicações	2.470.612,92	1.947.827,56
Indústrias	2.196.401,04	1.771.595,97
Tecnológicas	473.971,83	278.051,46
Outras	343.477,84	98.835,19
<b>TOTAL</b>	<b>321.289.417,50</b>	<b>291.695.126,26</b>

#### c) Risco de câmbio

No seguinte quadro, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Euros

Exercício de 2015					
Tipo de moeda	Valor contabilístico				Total
	Ações	Unidades particip. fundos invest.	Títulos de dívida	Outros depósitos	
Euro	8.611.718,74	5.570.842,18	306.275.675,55	294.449,07	320.752.685,54
Franco suíço	697.579,55	0,00	0,00	0,00	697.579,55
Libras	133.601,48	0,00	0,00	0,00	133.601,48
<b>TOTAL</b>	<b>9.442.899,77</b>	<b>5.570.842,18</b>	<b>306.275.675,55</b>	<b>294.449,07</b>	<b>321.583.866,57</b>

Euros

Exercício de 2014					
Tipo de moeda	Valor contabilístico				Total
	Ações	Unidades particip. fundos invest.	Títulos de dívida	Outros depósitos	
Euro	6.053.040,05	2.895.629,07	282.091.171,31	3.499.396,57	294.539.237,00
Franco suíço	558.568,63	0,00	0,00	0,00	558.568,63
Libras	96.717,20	0,00	0,00	0,00	96.717,20
<b>TOTAL</b>	<b>6.708.325,88</b>	<b>2.895.629,07</b>	<b>282.091.171,31</b>	<b>3.499.396,57</b>	<b>295.194.522,83</b>

#### d) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e os fluxos prováveis de entradas e saídas apresentam os seguintes valores ao encerramento do exercício de 2015:

Milhares de euros

Conceito	Exercício de 2015						Após o 5.º ano	Saldo final
	Seguro direto							
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano			
<b>Ativo</b>								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.389						2.389	
Ativos financeiros disponíveis para venda	57.935	46.179	31.346	48.239	8.888	159.555	352.142	
Empréstimos concedidos e contas a receber	42	82	27	28	16	101	295	
Contas a receber por operações de seguro direto	1.840	82	61	41	20	0	2.045	
	<b>62.206</b>	<b>46.343</b>	<b>31.435</b>	<b>48.308</b>	<b>8.924</b>	<b>159.655</b>	<b>356.871</b>	
<b>Passivo</b>								
Provisão matemática	45.388	31.156	41.282	43.873	29.634	121.467	312.800	
Provisão para sinistros	7.455	897	58	3	1	8	8.422	
Provisão para participação nos resultados	2.200	1.907	1.653	1.375	907	4.281	12.323	
Provisão para prémios não adquiridos	746						746	
Provisão técnica de seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	716	293	191	740	491	70	2.501	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3.635	6.667	2.796	1.102	905	2.584	17.689	
Dívidas por operações de seguro direto	938	42	31	21	10	0	1.043	
Dívidas por operações de resseguro	112						112	
	<b>61.191</b>	<b>40.962</b>	<b>46.011</b>	<b>47.113</b>	<b>31.949</b>	<b>128.410</b>	<b>355.636</b>	

#### e) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro.

No quadro abaixo detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Milhares de euros

Tipo de ativo	Saldo final	Exercício de 2015					Após 5 anos	Taxa de juro	Duração modificada
		Vencimento a:							
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos			
Ativos financeiros disponíveis p/ venda									
Títulos de dívida	306.276	35.678	39.942	23.716	47.792	4.162	154.985	1,0470	5,2252
<b>TOTAL</b>	<b>306.276</b>	<b>35.678</b>	<b>39.942</b>	<b>23.716</b>	<b>47.792</b>	<b>4.162</b>	<b>154.985</b>	-	-

Milhares de euros

Tipo de ativo	Saldo final	Exercício de 2014					Após 5 anos	Taxa de juro	Duração modificada
		Vencimento a:							
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos			
Ativos financeiros disponíveis p/ venda									
Títulos de dívida	282.091	6.726	37.101	41.972	28.336	44.697	123.259	1,1884	5,5311
<b>TOTAL</b>	<b>282.091</b>	<b>6.726</b>	<b>37.101</b>	<b>41.972</b>	<b>28.336</b>	<b>44.697</b>	<b>123.259</b>	-	-

No quadro que se segue mostra-se os impactos estimados com base na duração média modificada do risco, resultante das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

Milhões de euros

Capital próprio	2015	2014
Capital próprio	35,29	35,17
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	-7,59	-12,09
Capital próprio após o impacto	27,70	23,07
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	7,59	12,09
Capital próprio após o impacto	42,88	47,26

No quadro que se segue pode-se observar os impactos estimados com base na duração média modificada do risco, resultante das alterações da taxa de juro, na taxa de cobertura da margem de solvência da Companhia:

Milhões de euros

Margem de solvência	2015	2014
Margem de solvência disponível	23,67	25,07
Taxa de cobertura	307%	350%
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto na margem disponível	-7,59	-12,09
Impacto na taxa de cobertura	-66%	-121%
Taxa de cobertura após impacto	240%	230%
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto na margem disponível	7,59	12,09
Impacto na taxa de cobertura	66%	121%
Taxa de cobertura após impacto	373%	471%

O seguinte quadro, reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR, o valor em risco (máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%):

Milhões de euros

Exercício de 2015		
Tipo de ativo	Valor contabilístico	VaR
Ativos financeiros disponíveis p/ venda		
Instrumentos de rendimento variável	15,01	5,120
<b>TOTAL</b>	<b>15,01</b>	<b>5,120</b>

Milhões de euros

Exercício de 2014		
Tipo de ativo	Valor contabilístico	VaR
Ativos financeiros disponíveis p/ venda		
Instrumentos de rendimento variável	9,60	2,490
<b>TOTAL</b>	<b>9,60</b>	<b>2,490</b>

## 7. Caixa e equivalente e depósitos à ordem

7.1. Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro abaixo:

	Euros	
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem	2015	2014
Caixa e equivalentes	88,18	254.383,91
Depósitos à ordem	2.388.607,00	1.579.806,92
<b>TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM NO FIM DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.388.695,18</b>	<b>1.834.190,83</b>

## 8. Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)

As taxas são calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

Euros	
Outros ativos tangíveis	N.º anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Euros					
Exercício de 2015					
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. abates e alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento administrativo	27.222,74	127,08	0,00	4.143,67	23.206,15
Máquinas e ferramentas	5.338,20	425,09	0,00	752,57	5.010,72
Equipamento informático	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instalações interiores	0,00	22.985,00	0,00	1.132,23	21.852,77
Outro equipamento	2.851,53	0,00	0,00	360,19	2.491,34
Outros ativos tangíveis	11.449,90	0,00	0,00	9.814,21	1.635,69
Ativos tangíveis em curso	14.056,17	0,00	14.056,17	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>60.918,54</b>	<b>23.537,17</b>	<b>14.056,17</b>	<b>16.202,87</b>	<b>54.196,67</b>

Euros					
Exercício de 2014					
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. abates e alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento administrativo	377,06	29.666,00	0,00	2.820,32	27.222,74
Máquinas e ferramentas	0,00	5.510,40	0,00	172,20	5.338,20
Equipamento informático	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outro equipamento	0,00	2.881,53	0,00	30,00	2.851,53
Outros ativos tangíveis	0,00	19.628,41	0,00	8.178,51	11.449,90
Ativos tangíveis em curso	0,00	14.056,17	0,00	0,00	14.056,17
<b>TOTAL</b>	<b>377,06</b>	<b>71.742,51</b>	<b>0,00</b>	<b>11.201,03</b>	<b>60.918,54</b>

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica "Ativos tangíveis em curso", evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer deles se encontra dado como garantia de passivos.

Não existe qualquer item de "Outros ativos tangíveis" em imparidade ou cedido.

# 9. Afetação dos investimentos e outros ativos

Os investimentos e os outros ativos encontram-se distribuídos pelas provisões técnicas, como demonstrado no quadro abaixo:

Euros

Exercício de 2015				
Rubrica	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.547.357,03	229.910,39	611.427,76	2.388.695,18
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	0,00	771.950,94	1.392.310,73	2.164.261,67
Ativos financeiros disponíveis para venda	183.913.985,75	115.385.223,89	19.825.946,19	319.125.155,83
Empréstimos concedidos e contas a receber	294.449,07	0,00	0,00	294.449,07
Outros ativos tangíveis	54.196,67	0,00	0,00	54.196,67
Parte dos resseguradores nas provisões técnicas	0,00	1.423.412,40	0,00	1.423.412,40
Custos de aquisição diferidos	0,00	123.833,20	0,00	123.833,20
<b>TOTAL</b>	<b>185.809.988,52</b>	<b>117.934.330,82</b>	<b>21.829.684,68</b>	<b>325.574.004,02</b>

Euros

Exercício de 2014				
Rubrica	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.833.942,10	248,73	0,00	1.834.190,83
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	0,00	1.623.433,93	0,00	1.623.433,93
Ativos financeiros disponíveis para venda	158.170.774,16	111.088.440,14	20.812.478,03	290.071.692,33
Investimentos a deter até à maturidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos concedidos e contas a receber	3.499.396,57	0,00	0,00	3.499.396,57
Outros ativos tangíveis	60.918,54	0,00	0,00	60.918,54
Outros ativos	0,00	1.320.796,83	0,00	1.320.796,83
<b>TOTAL</b>	<b>163.565.031,37</b>	<b>114.032.919,63</b>	<b>20.812.478,03</b>	<b>298.410.429,03</b>

# 10. Ativos intangíveis

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Euros

Exercício de 2015					
Outros ativos intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. abates e alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	73.478,53	52.529,25	0,00	43.396,34	82.611,44
Ativos intangíveis em curso	0,00	78.178,02	0,00	0,00	78.178,02
<b>TOTAL</b>	<b>73.478,53</b>	<b>130.707,27</b>	<b>0,00</b>	<b>43.396,34</b>	<b>160.789,46</b>

Euros

Exercício de 2014					
Outros ativos intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. abates e alienações	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	35.654,40	59.982,77	0,00	22.158,64	73.478,53
<b>TOTAL</b>	<b>35.654,40</b>	<b>59.982,77</b>	<b>0,00</b>	<b>22.158,64</b>	<b>73.478,53</b>

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica "Ativos intangíveis em curso", evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

# 11. Outros ativos, passivos, ajustamentos e provisões

O saldo da rubrica de "Contas a receber por operações de seguro direto" e "Outras operações líquidas de ajustamentos" é decomposto como segue:

Euros

Exercício de 2015			
Rubrica	Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor líquido
<b>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</b>			
Contas a receber por operações de seguro direto	2.060.622,52	15.835,46	2.044.787,06
Contas de cobrança	1.834.240,09	15.835,46	1.818.404,63
Mediadores	226.382,43	0,00	226.382,43
Contas a receber por outras operações	328.801,54	0,00	328.801,54
Empréstimos ao pessoal	213.739,04	0,00	213.739,04
Outros devedores	115.062,50	0,00	115.062,50
<b>TOTAL</b>	<b>2.389.424,06</b>	<b>15.835,46</b>	<b>2.373.588,60</b>

Euros

Exercício de 2014			
Rubrica	Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor líquido
<b>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</b>			
Contas a receber por operações de seguro direto	1.481.948,94	9.501,99	1.472.446,95
Contas de cobrança	1.476.917,01	9.501,99	1.467.415,02
Mediadores	5.031,93	0,00	5.031,93
Contas a receber por outras operações	343.720,50	262,96	343.457,54
Empréstimos ao pessoal	213.441,57	0,00	213.441,57
Outros devedores	130.278,93	262,96	130.015,97
<b>TOTAL</b>	<b>1.825.669,44</b>	<b>9.764,95</b>	<b>1.815.904,49</b>

Os ajustamentos para recibos por cobrar destinam-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e são calculados mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia e aos recibos com cobranças em atraso, nos termos definidos na Norma 16/2006-R da ASF.

O ajustamento registado, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.



O valor contabilizado em outras provisões desagrega-se como segue:

Euros

Exercício de 2015				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução e utilização	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	9.501,99	6.333,47	0,00	15.835,46
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	262,96	0,00	262,96	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>9.764,95</b>	<b>6.333,47</b>	<b>262,96</b>	<b>15.835,46</b>

Euros

Exercício de 2014				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução e utilização	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	11.075,88	0,00	1.573,89	9.501,99
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	119.409,24	0,00	119.146,28	262,96
<b>TOTAL</b>	<b>130.485,12</b>	<b>0,00</b>	<b>120.720,17</b>	<b>9.764,95</b>

No que se refere aos outros credores por operações de seguros e outras operações, a desagregação é como segue:

Euros

Rubrica	2015	2014
<b>Outros credores por operações de seguros e outras operações</b>		
Contas a pagar por operações de seguro direto	1.042.698,23	271.267,76
Prémios recebidos antecipadamente e estornos a pagar	471.762,15	57.575,44
Mediadores	103.581,92	86.321,14
Outros saldos credores por operações de seguro direto	467.354,16	127.371,18
Contas a pagar por operações de resseguro	112.275,75	6.507,12
Contas a pagar por outras operações	197.258,86	1.086.946,56
Fornecedores	143.097,73	252.989,28
Outros credores	54.161,13	833.957,28
<b>TOTAL</b>	<b>1.352.232,84</b>	<b>1.364.721,44</b>

O passivo contabilizado com acréscimos e diferimentos desagrega-se da seguinte forma:

Euros

Rubrica	2015	2014
Acréscimos de gastos com o pessoal	326.571,47	315.015,20
Subsídio de férias e mês de férias	238.804,10	233.377,30
Outros acréscimos e encargos sobre remunerações	87.767,37	81.637,90
Outros acréscimos de gastos	669.752,27	806.990,60
Incentivos a pessoal	384.658,83	484.156,47
Incentivos a mediadores	174.244,44	200.841,84
Trabalhos especializados	68.619,00	69.042,00
Outros acréscimos	42.230,00	52.950,29
<b>TOTAL</b>	<b>996.323,74</b>	<b>1.122.005,80</b>

## 12. Prémios de contratos de seguro

**12.1.** A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., encerrou o exercício de 2015, reconhecendo na rubrica de ganhos e perdas "Prémios brutos emitidos de seguro direto", o valor de 62.078.999,38 euros referentes a contratos de seguros, provenientes do ramo Vida.

Exercício de 2015		
Prémios brutos emitidos de seguro direto		62.078.999,38
Relativos a contratos individuais	61.048.212,45	
Relativos a contratos de grupo	1.030.786,93	62.078.999,38
Periódicos	10.177.382,12	
Não periódicos	51.901.617,26	62.078.999,38
De contratos sem participação nos resultados	12.638.425,96	
De contratos com participação nos resultados	49.440.573,42	62.078.999,38
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		0,00
Saldo de resseguro		116.809,04

Exercício de 2014		
Prémios brutos emitidos de seguro direto		73.959.134,61
Relativos a contratos individuais	72.005.558,44	
Relativos a contratos de grupo	1.953.576,17	73.959.134,61
Periódicos	19.475.032,13	
Não periódicos	54.484.102,48	73.959.134,61
De contratos sem participação nos resultados	36.384.823,87	
De contratos com participação nos resultados	37.574.310,74	73.959.134,61
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		0,00
Saldo de resseguro		292.852,58

## 13. Custos de aquisição

Nos exercícios de 2015 e 2014, a rubrica da demonstração de ganhos e perdas relativa a custos de aquisição, apresenta o seguinte detalhe:

Euros

Custos de aquisição	Exercício 2015	Exercício 2014
Custos imputados	3.052.905,35	2.851.517,56
Comissões de mediação	1.499.487,47	698.742,46
Outros	503.975,56	613.594,44
<b>TOTAL</b>	<b>5.056.368,38</b>	<b>4.163.854,46</b>

O montante das comissões de mediação e corretagem relativa ao seguro direto, contabilizadas no exercício de 2015 foi de 1.499.487,47 euros, distribuído pelos seguintes segmentos de negócio:

Euros

Rubrica	Exercício de 2015						Total
	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	
Comissões de mediação e corretagem	17.046,11	1.105.089,56	40.594,57	15.085,56	82.718,80	238.952,87	1.499.487,47

Euros

Rubrica	Exercício de 2014						Total
	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	
Comissões de mediação e corretagem	28.895,02	230.697,67	49.692,43	11.588,44	65.124,70	312.744,20	698.742,46

Nestas contas, para além das comissões de mediação e cobrança indicadas nos quadros, estão registados incentivos processados aos mediadores (*Profit Commissions*), que ascenderam no exercício de 2015 a 503.975,56 euros e no exercício anterior a 613.594,44 euros.



# 14. Rendimentos e gastos financeiros

## 14.1. As políticas de reconhecimento dos réditos estão descritas na nota 3

## 14.2. Informação por categoria de investimento dos rendimentos e gastos financeiros

### 14.2.1. RENDIMENTOS FINANCEIROS

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas, compreendem os juros dos títulos de dívida e de depósitos em bancos contabilizados, tendo em conta, o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica, os ganhos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros

Exercício de 2015			
Rendimentos/Réditos	Juros de ativos financeiros não valorizados justo valor por via de ganhos e perdas	Outros	Total
De ativos disponíveis para venda	11.705.425,65		11.705.425,65
De juros de títulos de dívida	10.583.710,15		10.583.710,15
Dividendos de ações	227.730,49		227.730,49
Rendimento custo amortizado	893.985,01		893.985,01
De outros	0,00	4.178,81	4.178,81
De juros de depósitos em bancos		2.288,79	2.288,79
De empréstimos sobre apólices		1.890,02	1.890,02
<b>TOTAL</b>	<b>11.705.425,65</b>	<b>4.178,81</b>	<b>11.709.604,46</b>

Euros

Exercício de 2014			
Rendimentos/Réditos	Juros de ativos financeiros não valorizados justo valor por via de ganhos e perdas	Outros	Total
De ativos disponíveis para venda	10.473.161,45		10.473.161,45
De juros de títulos de dívida	9.345.026,43		9.345.026,43
Dividendos de ações	179.624,34		179.624,34
Rendimento custo amortizado	948.510,68		948.510,68
De outros	0,00	13.983,75	13.983,75
De juros de depósitos em bancos		8.373,24	8.373,24
De empréstimos sobre apólices		5.610,51	5.610,51
<b>TOTAL</b>	<b>10.473.161,45</b>	<b>13.983,75</b>	<b>10.487.145,20</b>

### 14.2.2. GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros

Exercício de 2015				
Gastos financeiros	Juros de ativos financeiros não valorizados justo valor por via de ganhos e perdas	Juros de passivos financeiros não valorizados justo valor por via de ganhos e perdas	Outros	Total
Gasto custo amortizado	1.508.761,48			1.508.761,48
Perdas em passivos financeiros		419.401,86		419.401,86
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza			308.469,98	308.469,98
<b>TOTAL</b>	<b>1.508.761,48</b>	<b>419.401,86</b>	<b>308.469,98</b>	<b>2.236.633,32</b>

Euros

Exercício de 2014				
Gastos financeiros	Juros de ativos financeiros não valorizados justo valor por via de ganhos e perdas	Juros de passivos financeiros não valorizados justo valor por via de ganhos e perdas	Outros	Total
Gasto custo amortizado	680.005,19			680.005,19
Perdas em passivos financeiros		559.588,32		559.588,32
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza			230.867,43	230.867,43
<b>TOTAL</b>	<b>680.005,19</b>	<b>559.588,32</b>	<b>230.867,43</b>	<b>1.470.460,94</b>

# 15. Ganhos e perdas em investimentos

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e de terrenos e edifícios, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Euros

Exercício de 2015			
Ganhos e perdas em investimentos	Ganhos	Perdas	Ganho/Perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	720.531,81	408.974,28	311.557,53
De ativos disponíveis para venda	720.531,81	408.974,28	311.557,53
De títulos de dívida	671.912,11	161.331,23	510.580,88
De ações	48.619,70	247.643,05	-199.023,35
De fundos de investimento	0,00	0,00	0,00
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	0,00	0,00	0,00
De títulos de dívida	0,00	0,00	0,00
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	135.666,79	88.718,37	46.948,42
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	135.666,79	88.718,37	46.948,42
De fundos de investimento	135.666,79	88.718,37	46.948,42
Juro técnico dos passivos financeiros	32.141,37	0,00	32.141,37
<b>TOTAL</b>	<b>888.339,97</b>	<b>497.692,65</b>	<b>390.647,32</b>

Euros

Exercício de 2014			
Ganhos e perdas em investimentos	Ganhos	Perdas	Ganho/Perda líquido
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.554.154,86	45.463,37	1.508.691,49
De ativos disponíveis para venda	1.206.755,34	45.463,37	1.161.291,97
De títulos de dívida	1.078.598,67	11.554,39	1.067.044,28
De ações	126.773,08	32.721,32	94.051,76
De fundos de investimento	1.383,59	1.187,66	195,93
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	347.399,52	0,00	347.399,52
De títulos de dívida	347.399,52	0,00	347.399,52
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	63.384,36	2.632,73	60.751,63
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	63.384,36	2.632,73	60.751,63
De fundos de investimento	63.384,36	2.632,73	60.751,63
<b>TOTAL</b>	<b>1.617.539,22</b>	<b>48.096,10</b>	<b>1.569.443,12</b>

# 16. Custos e gastos por natureza a imputar

## 16.1. Critério de imputação dos custos e gastos por natureza às funções

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, sinistros, aquisição, administrativa e investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

### a) Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- Por empregado são encontrados em percentagem os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos por área e pelo valor total dos vencimentos.

### b) Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos às diversas áreas funcionais, pelos diversos ramos é efetuada da seguinte forma:

- Custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos e custos com investimentos: 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

## 16.2. Custos e gastos por natureza e imputados às funções

No quadro abaixo, demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza, assim como a sua imputação às diversas funções:

Exercício de 2015				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	344.410,82	2.467.535,03	36.751,89	2.848.697,74
Fornecimentos e serviços externos	164.267,15	1.442.628,82	17.597,35	1.624.493,32
Impostos e taxas	3.966,20	29.512,53	436,35	33.915,08
Amortizações do exercício	7.158,37	51.672,84	768,00	59.599,21
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros suportados	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	252.916,39	252.916,39
<b>TOTAL</b>	<b>519.802,54</b>	<b>3.991.349,22</b>	<b>308.469,98</b>	<b>4.819.621,74</b>

Euros

Euros

Exercício de 2014				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	421.773,28	2.416.457,62	6.848,03	2.845.078,93
Fornecimentos e serviços externos	188.503,97	1.550.935,67	3.049,86	1.742.489,50
Impostos e taxas	5.211,04	30.371,41	85,44	35.667,89
Amortizações do exercício	4.941,38	28.337,51	80,78	33.359,67
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros suportados	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	220.803,32	220.803,32
<b>TOTAL</b>	<b>620.429,67</b>	<b>4.026.102,21</b>	<b>230.867,43</b>	<b>4.877.399,31</b>

### 16.3. Honorários do ROC

Os honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins encontram-se incluídos na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferê as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários nos exercícios de 2015 e de 2014 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Euros

Âmbito	2015	2014
Serviços de revisão legal das contas anuais	23.652,00	32.360,00
Serviços de garantia de fiabilidade	2.628,00	4.300,00
<b>TOTAL</b>	<b>26.280,00</b>	<b>36.660,00</b>

### 16.4. Desdobramento dos custos por natureza

Os custos por natureza são analisados, relativamente à execução do orçamento e respetivos desvios, ao longo de cada um dos exercícios, agrupados de acordo com o orçamentado.

Apresenta-se abaixo um detalhe desses grupos, para os exercícios de 2015 e 2014:

Euros

Rubrica	2015	2014
Pessoal	2.848.697,74	2.845.078,93
Viagens e relações públicas	226.931,13	217.438,09
Locais e Imóveis	188.486,29	178.514,94
Informática	468.778,70	332.330,01
Publicidade	154.131,87	391.696,19
Campanhas comerciais	100.660,52	134.070,59
Serviços profissionais externos	396.260,64	381.977,87
Outros gastos internos	435.674,85	396.292,69
<b>TOTAL</b>	<b>4.819.621,74</b>	<b>4.877.399,31</b>

# 17. Gastos com pessoal

**17.1.** O número total de trabalhadores, no fim do período, era de 62, mais quatro do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupo profissional/categoria conforme apresentado no seguinte quadro:

Grupo profissional/Categoria	N.º de trabalhadores
Dirigente	3
Diretor	3
Gestor	8
Gestor Comercial	2
Gestor Operacional	3
Gestor Técnico	3
Operacional	47
Coordenador Operacional	14
Especialista Operacional	32
Estagiário (especialista operacional)	0
Secretário	1
Técnico	4
Técnico	4
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>

Euros

**17.2.** Os gastos com pessoal, por natureza, registados nos exercícios de 2015 e de 2014 apresentam o seguinte detalhe:

Rubrica	2015	2014
Remunerações	2.206.781,67	2.167.823,33
Dos órgãos sociais	0,00	0,00
Do pessoal	2.206.781,67	2.167.823,33
Encargos sobre remunerações	462.138,42	488.776,23
Benefícios pós-emprego	32.491,61	28.946,47
Planos de contribuição definida	33.778,27	28.380,30
Planos de benefícios definidos	-1.286,66	566,17
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	0,00	0,00
Benefícios de cessação de emprego	0,00	21.652,00
Seguros obrigatórios	60.431,58	56.191,31
Gastos de ação social	8.077,72	7.623,54
Outros gastos com o pessoal	78.776,74	74.066,05
<b>TOTAL</b>	<b>2.848.697,74</b>	<b>2.845.078,93</b>

Euros

O Conselho de Administração da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. é composto por quatro membros, um dos quais, o seu Presidente, que apenas auferir remuneração como Administrador-Delegado da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., dois são trabalhadores dependentes desta Sociedade e um é trabalhador de outra empresa que integra o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

A Companhia não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.



# 20. Obrigações com benefícios dos empregados

## 20.1. Plano de contribuição definida

### a) Descrição geral do plano

1. Conforme o Contrato Coletivo da Atividade Seguradora e sem prejuízo do descrito a seguir no n.º 2, a Companhia efetuará, anualmente, contribuições para o Plano Individual de Reforma de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador:

Ano Civil	% Contribuição para o PIR
2012 – Contribuição anual	1,00%
2013 – Contribuição anual	2,25%
2014 – Contribuição anual	2,50%
2014 – Contribuição extraordinária*	1,25%
2015 e seguintes – Contribuição anual	3,25%

\* Alteração do CCT publicado em 2012, publicada no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 45 de 08.12.2014.

2. A primeira contribuição da Companhia para o Plano Individual de Reforma verificar-se-á:

i. Para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora, antes de 22 de Junho de 1995:

1. No ano de 2012 a conversão do valor da responsabilidade por serviços passados calculados nos termos da cláusula 56.ª do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que esteve em vigor até 14/01/2012; e
2. No ano de 2012, conforme tabela do n.º 1, desta nota.

ii. Para os restantes trabalhadores no ano de 2012, conforme a tabela do n.º 1, desta nota.

As contribuições para o Plano Individual de Reforma relativas ao exercício de 2015 e anterior, foram as apresentadas no quadro abaixo:

Exercício de 2015	
Conceito	Contribuição do Exercício
Contribuição para o Plano Individual de Reforma para os trabalhadores no ativo	33.778,27
<b>TOTAL</b>	<b>33.778,27</b>

Euros

Exercício de 2014	
Conceito	Contribuição do Exercício
Contribuição para o Plano Individual de Reforma para os trabalhadores no ativo	24.457,86
<b>TOTAL</b>	<b>24.457,86</b>

Euros

3. A Companhia efetuou apólices de seguro individuais, num produto Universal Life, com garantia de capital, na própria Companhia. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no Anexo V do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora.

Dado que as apólices foram contratadas na própria Companhia, de acordo com os parágrafos 25 a 27 da IAS 19, o plano deverá continuar a ser tratado para efeitos contabilísticos de forma equivalente aos planos de benefícios definidos.

#### **b) Universo do plano**

Fazem parte do plano os 61 trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que entrou em vigor em 15/01/2012.

## **20.2. Plano de benefícios definidos**

#### **a) Descrição geral do plano**

O plano destina-se a garantir os compromissos com pensões dos trabalhadores da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., que não aderiram ao Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que entrou em vigor em 15/01/2012 e que preenchem as condições da cláusula 56.ª do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora, vigente de 22 de Junho de 1995 a 14 de janeiro de 2012, segundo o qual têm acesso a este benefício todos os trabalhadores que tenham entrado na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995 e que se reformem na atividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, dez anos de serviço na mesma.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preencham as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2015, apenas um trabalhador era abrangido pelo plano de benefícios definidos.

Ainda nos termos do anterior Contrato Coletivo da Atividade Seguradora, a Companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez relativamente a um colaborador.

A quantia da pensão mensal é calculada segundo a fórmula:

$P = (0,022 * t * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60)$  em que:

- R = último salário efetivo mensal na data da reforma;
- n = n.º de anos civis com entrada de contribuições para a Segurança Social;
- S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos; dez sobre os quais incidem contribuições para a Segurança Social;
- t = anos de serviço na atividade seguradora;
- $0,5 \geq 0,022 * t \leq 0,8$ ; e
- $0,3 \geq 0,022 * n \leq 0,8$ .

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar no mínimo com cinco anos de serviço na atividade seguradora e qualquer fração de ano conta como um ano completo e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Para cobrir estas responsabilidades, a Companhia contratou uma apólice de seguro do tipo Temporário Anual Renovável realizada na MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. que apresenta em 2015 um capital coberto no montante de 24.373,43 euros.

#### **b) Veículo de financiamento utilizado**

As responsabilidades da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., no âmbito deste plano, encontram-se garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.

Estas apólices são de rendas vitalícias, no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado e apólices de Capital Diferido a Prémio Único, adquiridas anualmente para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no ativo.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

Exercício de 2015				
N.º apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
201000022	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	18.689,06
<b>TOTAL APÓLICES</b>				<b>18.689,06</b>

Exercício de 2014				
N.º apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
201000022	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	16.693,70
<b>TOTAL APÓLICES</b>				<b>16.693,70</b>

### c) Responsabilidade passada

Euros

Responsabilidade passada		
Conceito	2015	2014
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo	12.381,27	14.294,54
Valor atual serviços passados – reformados	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>12.381,27</b>	<b>14.294,54</b>

### d) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Euros

Responsabilidades com pessoal no ativo		
Conceito	2015	2014
Valor responsabilidades janeiro	14.294,54	16.893,44
Custo serviço corrente	487,13	585,44
Custo dos juros	221,57	451,05
Resgates	0,00	0,00
Ganhos atuariais	2.621,97	3.635,39
Perdas atuariais	0,00	0,00
Valor responsabilidades dezembro	12.381,27	14.294,54

### e) Análise da obrigação em planos que não têm financiamento

No caso da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., a totalidade dos planos de benefícios definidos encontra-se totalmente financiada.

#### f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

No quadro seguinte apresentamos a reconciliação do saldo do ativo:

Euros

Apólices capital diferido prêmio único		
Conceito	2015	2014
Valor ativos janeiro	16.693,70	16.223,38
Contribuições empresa	0,00	0,00
Resgates	0,00	0,00
Retorno ativos	375,61	349,13
Ganhos atuariais	1.619,75	121,19
Perdas atuariais	0,00	0,00
Valor ativos dezembro	18.689,06	16.693,70

#### g) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade dos ativos e obrigações relativos ao Plano de Benefícios Definido da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., descritos nas alíneas b) e c), anteriores são relevados no balanço na linha de "Ativos por benefícios pós-emprego" e outros benefícios de longo prazo e na linha de "Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo".

#### h) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas

Euros

Custo reconhecido em resultados		
Conceito	2015	2014 (Reexpresso)
Custo serviço corrente	487,13	585,44
Custo transferência de plano	0,00	0,00
Custo dos juros	221,57	451,05
Retorno ativos	375,61	349,13
Pagamentos	0,00	0,00
Ganhos atuariais	4.241,72	3.756,58
Perdas atuariais	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.908,63</b>	<b>3.069,22</b>

#### i) Quantias reconhecidas em ganhos e perdas

Não foram registados quaisquer outros ganhos ou perdas do exercício corrente.

#### j) Descrição dos principais pressupostos atuariais usados

O cálculo da responsabilidade foi efetuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- Método de valorização atuarial *Unit Credit* ou Método da Unidade de Crédito Projetada;
- Hipóteses atuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras;
- Tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres;
- Não se considerou taxa de rotação;
- Taxa de juro para estimação do valor atual das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2015 de 1,44%;
- Crescimento no valor das pensões da Segurança Social de 1,75% ao ano;
- Incremento do valor das pensões a cargo da Companhia de 1,75% ao ano;
- Taxa de inflação anual de 1,75%;
- Incremento salarial à taxa de crescimento anual de 1,75%;
- Idade normal de reforma os 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- Terá direito à prestação de reforma o trabalhador com data de ingresso no setor segurador anterior a 22 de junho de 1995, de acordo com o estipulado no anterior Contrato Coletivo de Trabalho.
- Os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como ativos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da Companhia, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (0,8 \cdot 14 / 12 \cdot R) - (0,022 \cdot N \cdot S / 60) \text{ em que,}$$

- P = prestação a pagar pela Companhia;
- R = último salário efetivo no momento da reforma;
- N = número de anos de contribuição para a Segurança Social;
- S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez anos; e
- $0,3 \geq 0,022 \cdot N \leq 0,8$ .

- Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar dez anos de serviço na atividade seguradora;
- Qualquer fração de ano conta como um ano completo; e
- Atualização anual da prestação à taxa de inflação de 1,75%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa atualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

■ **Valor atual das responsabilidades**

Corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital e aplicando o método *Unit Credit*, obteve-se a parte do capital total, que atendendo ao período de trabalho na Companhia até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31 de dezembro de 2015, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto efetuou-se a atualização atuarial e financeira desse capital à data de 31 de dezembro de 2015.

■ **Custo do serviço corrente**

Corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

■ **Custo dos juros**

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (1,55% anual) pelo valor atual das responsabilidades existente a 31 de dezembro de 2015 e corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

**k) Quantias do período corrente e dos períodos anteriores**

Euros

Conceito	2015	2014	2013	2012
Valor das responsabilidades	12.381,27	14.294,54	16.893,44	15.042,64
Valor dos ativos	18.689,06	16.693,70	16.223,38	15.086,69
Excesso/(Insuficiência)	6.307,79	2.399,16	-670,06	44,05
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	2.621,97	3.635,39	0,00	0,00
% sobre responsabilidades	21,18%	25,43%	0,00%	0,00%
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	1.619,75	121,19	0,00	19,37
% sobre ativos	8,67%	0,73%	0,00%	0,13%

# 21. Imposto sobre o rendimento

Detalham-se no quadro abaixo as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico por a taxa de imposto aplicada:

Euros

Exercício de 2015			
Demonstração do imposto corrente	Ganhos e perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	603.361,20		603.361,20
Variações patrimoniais neg. não refletidas no resultado líquido			0,00
Varição do justo valor dos inst. financ. a representar as prov.téc. com particip.benef.		1.509.553,19	1.509.553,19
<b>21% do resultado antes de impostos</b>	<b>126.705,85</b>	<b>317.006,17</b>	<b>443.712,02</b>
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	85,49		85,49
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	230,61		230,61
Menos-valias contabilísticas	85.884,60		85.884,60
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	94.835,34		94.835,34
Custos extraordinários	2.013,49		2.013,49
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	0,00		0,00
Mais-valias contabilísticas	-179.476,76		-179.476,76
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	-18.352,41		-18.352,41
Benefícios fiscais	-1.144,83		-1.144,83
Proveitos extraordinários	0,00		0,00
<b>TOTAL DO IMPOSTO</b>	<b>110.781,37</b>	<b>317.006,17</b>	<b>427.787,54</b>
Derrama	23.686,11	67.778,95	91.465,06
Tributação autónoma	43.443,18		43.443,18
<b>Imposto sobre lucros a pagar</b>	<b>177.910,67</b>	<b>384.785,12</b>	<b>562.695,79</b>
<b>Imposto sobre lucros a pagar/receber</b>			
Retenções na fonte			-18.400,26
Entregas por conta			-1.566.719,00
<b>IMPOSTO SOBRE LUCROS A PAGAR/RECEBER LÍQUIDO</b>	<b>177.910,67</b>	<b>384.785,12</b>	<b>-1.022.423,47</b>

Euros

Exercício de 2014			
Demonstração do imposto corrente	Ganhos e perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	2.078.868,81		2.078.868,81
Variações patrimoniais neg. não refletidas no resultado líquido			0,00
Varição do justo valor dos inst. financ. a representar as prov.téc. com particip.benef.		6.438.626,19	6.438.626,19
<b>25% do resultado antes de impostos</b>	<b>478.139,83</b>	<b>1.480.884,02</b>	<b>1.959.023,85</b>
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	40,96		40,96
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	816,50		816,50
Menos-valias contabilísticas	10.456,58		10.456,58
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	361.528,35		361.528,35
Custos extraordinários	4.585,75		4.585,75
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-229,70		-229,70
Mais-valias contabilísticas	-371.984,93		-371.984,93
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	-20.647,06		-20.647,06
Benefícios fiscais	-1.251,78		-1.251,78
Proveitos extraordinários	-213,84		-213,84
<b>TOTAL DO IMPOSTO</b>	<b>461.240,66</b>	<b>1.480.884,02</b>	<b>1.942.124,69</b>
Derrama	83.838,98	269.177,94	353.016,92
Tributação autónoma	45.353,52	0,00	45.353,52
<b>Imposto sobre lucros a pagar</b>	<b>590.433,16</b>	<b>1.750.061,96</b>	<b>2.340.495,12</b>
<b>Imposto sobre lucros a pagar/receber</b>			
Retenções na fonte	-12.594,61		-12.594,61
Entregas por conta	-1.273.293,00		-1.273.293,00
<b>IMPOSTO SOBRE LUCROS A PAGAR/RECEBER LÍQUIDO</b>	<b>-695.454,45</b>	<b>1.750.061,96</b>	<b>1.054.607,51</b>

Os ativos por impostos correntes desagregam-se da seguinte forma:

Euros

Impostos correntes	2015	2014
Ativos por impostos correntes	2.689.896,80	1.265.188,94
Imposto sobre o rendimento	1.022.423,47	0,00
IRC: Reclamações impugnações	1.628.247,65	1.243.646,38
Outros impostos e taxas	39.225,68	21.542,56
Passivos por impostos correntes	-379.320,73	-1.300.399,10
Imposto corrente	0,00	-1.054.607,51
Retenções na fonte	-138.047,89	-74.207,50
Outros impostos e taxas	-241.272,84	-171.584,09
<b>TOTAL</b>	<b>2.310.576,07</b>	<b>-35.210,16</b>

A linha de "IRC: Reclamações e impugnações" corresponde ao valor de imposto corrente liquidado a mais relativamente aos exercícios de 2012 e 2013, nomeadamente no que se refere a variações patrimoniais negativas (variações negativas na reserva de justo valor de produtos vida com participação nos resultados).

Em 31 de dezembro de 2015, o imposto sobre o rendimento apresenta um saldo ativo, justificado pelo valor superior de entregas por conta já liquidadas em 2015 no montante de 1.566.719 euros, quando comparado com o imposto sobre os lucros a pagar no montante de 562.695,79 euros.

## 21.2. Impostos diferidos

### a) Decomposição do saldo de passivos por impostos diferidos

Euros

Passivos por impostos diferidos	Exercício de 2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	3.709.220,39	0,00	0,00	0,00	527.305,02	3.181.915,37
Do reconhecimento dos ativos/passivos por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.709.220,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>527.305,02</b>	<b>3.181.915,37</b>

Euros

Passivos por impostos diferidos	Exercício de 2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	1.327.353,67	0,00	2.381.866,72	0,00	0,00	3.709.220,39
Do reconhecimento dos ativos/passivos por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.327.353,67</b>	<b>0,00</b>	<b>2.381.866,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.709.220,39</b>

## 22. Capital

### 22.1. Indicações sobre o capital social

O capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2015, é de 21.000.000,00 euros, dividido em 4.200.000 ações nominativas, no valor nominal de 5,00 € cada:

Entidade acionista	2015		2014	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE - Seguros Gerais, S.A.	4.200.000	21.000.000,00	4.200.000	21.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.200.000</b>	<b>21.000.000,00</b>	<b>4.200.000</b>	<b>21.000.000,00</b>



## 23. Reservas

**23.1.** As reservas de reavaliação compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferentes ativos, que segundo as IFRS devem ter reflexo direto nas contas de capital próprio da Companhia.

A reserva por impostos diferidos corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efetivo, derivado dos ajustamentos para o justo valor dos ativos financeiros.

**23.2.** No quadro abaixo apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2015 em cada uma das reservas:

Euros

Exercício de 2015				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/ Diminuições	Imparidades/ Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	20.344.570,58	-834.024,64	0,00	19.510.545,94
Ações/Unid. part. fundos invest.	1.959.770,73	-509.029,29	0,00	1.450.741,44
Títulos de dívida	33.972.138,12	-4.117.611,70	0,00	29.854.526,42
Participação nos resultados a atribuir	-15.587.338,27	3.792.616,35	0,00	-11.794.721,92
Reserva por impostos diferidos	-3.709.220,39	527.305,02	527.305,02	-3.181.915,37
Outras reservas	-3.957.514,26	1.489.513,53	0,00	-2.468.000,73
Reserva legal	486.831,72	148.843,57	0,00	635.675,29
Outras reservas	-2.997.238,85	1.339.592,08	0,00	-1.657.646,77
Reserva por impostos correntes	-1.447.107,13	1.077,88	0,00	-1.446.029,25
<b>TOTAL</b>	<b>12.677.835,93</b>	<b>1.182.793,91</b>	<b>527.305,02</b>	<b>13.860.629,84</b>

Euros

Exercício de 2014 (Reexpresso)				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/ Diminuições	Imparidades/ Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	2.532.599,80	17.811.970,78	0,00	20.344.570,58
Ações/Unid. part. fundos invest.	1.429.508,01	530.262,72	0,00	1.959.770,73
Títulos de dívida	6.630.409,02	27.341.729,10	0,00	33.972.138,12
Participação nos resultados a atribuir	-5.527.317,23	-10.060.021,04	0,00	-15.587.338,27
Reserva por impostos diferidos	101.733,29	-3.810.953,68	0,00	-3.709.220,39
Outras reservas	-4.194.356,29	236.842,03	0,00	-3.957.514,26
Reserva legal	419.058,70	67.773,02	0,00	486.831,72
Outras reservas	-3.672.723,45	675.484,60	0,00	-2.997.238,85
Reserva por impostos correntes	-940.691,54	-506.415,59	0,00	-1.447.107,13
<b>TOTAL</b>	<b>-1.560.023,20</b>	<b>14.237.859,13</b>	<b>0,00</b>	<b>12.677.835,93</b>

O valor negativo de 2.468.000,73, apresentado na rubrica de outras reservas, no saldo final do exercício de 2015, contém a anulação do *goodwill* gerado na aquisição, com efeito a 1 de janeiro de 2010, da carteira de apólices, bem como dos respetivos ativos e passivos, à Agência Geral em Portugal, da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros y Resseguros sobre la Vida Humana, S.A., no valor de 7.411.488,05.

Entendeu-se proceder a esta anulação porque a aludida transação foi efetuada entre entidades sujeitas a um controlo comum (MAPFRE - Seguros Gerais, S.A.) e ocorreu no âmbito do processo de reorganização empresarial do Grupo MAPFRE, não se encontrando dentro do âmbito dos requisitos de contabilização impostos pela IFRS 3.

## 24. Resultados por ação

**24.1.** Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

Conceito	2015	2014
Resultado líquido atribuído aos acionistas	425.450,53	1.488.435,65
Numero médio de ações	4.200.000	4.200.000
Resultado por ação (em euros)	0,10	0,35

## 25. Dividendos por ação

**25.1.** O Conselho de Administração propôs que o resultado do exercício 2015, no montante de 425.450,53 euros (quatrocentos e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta euros e cinquenta e três centavos), seja integralmente aplicado no reforço dos capitais próprios, da seguinte forma:

- Reserva legal: 42.545,05 euros (quarenta e dois mil quinhentos e quarenta e cinco euros e cinco centavos).
- Reserva livre: 382.905,48 euros (trezentos e oitenta e dois mil novecentos e cinco euros e quarenta e oito centavos).

# 26. Transações entre partes relacionadas

## 26.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do grupo

A MAPFRE nasceu em 1933 como Mutualidad de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década dos anos 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as Atividades de Assistência e Resseguro, como pontas de lança do negócio de Seguros. Em 1975, inicia as suas atividades a Fundação MAPFRE e nos anos 80, a MAPFRE – que já era a primeira entidade seguradora de Espanha – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante esforço de investimento, que culminou nos anos 90 com a criação de uma rede de seguro que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano de 2000, começou-se a sentir a aceleração do crescimento das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que se combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma reorganização que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A Fundação MAPFRE, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se na acionista maioritária e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade *holding*, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo.

Desde 2007, impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na diversificação geográfica e por mercados de elevado potencial de crescimento, como os Estados Unidos e a Turquia.

Em 2012, Antonio Huertas assumiu a Presidência do Grupo, uma seguradora global com presença em 51 países nos cinco continentes.

- A MAPFRE é a maior seguradora espanhola no mundo, a décima seguradora da Europa, e está implementada em praticamente todos os países da América Latina – região onde é o segundo grupo segurador e líder nos ramos Não Vida, nos Estados Unidos da América – onde está no Top 20 das seguradoras do ramo Automóvel – na Alemanha, Filipinas, Itália, Malta, Portugal e Turquia;
- Na atividade de Assistência, é a terceira seguradora mundial;
- A resseguradora da MAPFRE, a MAPFRE RE, encontra-se entre as 15 primeiras entidades no *ranking* mundial e desenvolve a sua atividade em todo o mundo.

No seu conjunto, a MAPFRE conta com mais de 34 milhões de clientes, 38.000 empregados, 5.800 escritórios próprios em todo o mundo e mais de 80.000 intermediários.

A MAPFRE S.A. cotiza nas Bolsas de Madrid e Barcelona, e faz parte dos índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. é uma das sociedades do Grupo que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE Familiar, e esta última detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

## 26.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa-mãe, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa-mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

## 26.3. Informação relacionada com o órgão de administração

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração, de acordo com a Norma Regulamentar N.º 5/2010-R, de 1 de abril, está relatada no Relatório de Gestão.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração pelo desempenho do cargo na MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.

No quadro abaixo, apresentam-se as entidades do Grupo MAPFRE das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

Administrador	Grupo MAPFRE	
	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração	
António Manuel Cardoso Belo	MAPFRE - Seguros Gerais, S.A.	
Vítor Manuel da Silva Reis		
Juan Fernández Palacios	MAPFRE Vida	
Pedro Ribeiro e Silva	MAPFRE - Seguros Gerais, S.A.	

**26.4.** Apresentam-se de seguida, as operações ocorridas e saldos do exercício com todas as outras entidades relacionadas:

Milhares de euros

Conceito	Gastos		Rendimentos	
	2015	2014	2015	2014
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	229	63	249	225
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	0	0	0	0
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	211	188	2	0
<b>TOTAL</b>	<b>440</b>	<b>252</b>	<b>251</b>	<b>225</b>

Milhares de euros

Conceito	Operações gerais	
	2015	2014
Créditos e dívidas	-2	-2
Depósitos	230	254
<b>TOTAL</b>	<b>2.242</b>	<b>2.266</b>

Em outubro de 2015, a MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. contraiu um empréstimo junto da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. pelo montante de 1.000.000,00 euros, com vencimento a 31 de dezembro de 2015 e com uma taxa de juro de 1,70% somando-lhe a taxa Euribor a três meses.

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Milhares de euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2015	2014
Prémios adquiridos	855	762
Sinistros recebidos	504	223
Variação de provisões técnicas	199	210
Comissões	35	35
Juros sobre depósitos	0	0

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Milhares de euros

Conceito	Resseguro cedido	
		2014
Créditos e dívidas	-112	-7
Depósitos	0	0
Provisões técnicas	1.423	1.216
<b>TOTAL</b>	<b>1.311</b>	<b>1.209</b>

Euros

Entidade	Tipo de relação/ transação	Saldo em	Saldo em	Operações de resseguro			Outras operações	
		31.12.2015	31.12.2015	Ganhos e perdas			Ganhos e perdas	
		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Prémios adq.	Comissões	Sinistros	Custo	Proveito
<b>Em Portugal</b>		<b>Deved. e cred. por outras operações</b>	<b>Conta corrente de resseguro</b>					
	Seguradora/ Segurado						37.358,77	230.260,66
	Prestação serviços no âmbito assessorias						3.639,12	
MAPFRE - Seguros Gerais	Juros de empréstimos							2.392,27
	Pagamentos/ Recebimentos lançados em conta corrente	-2.358,00						
MAPFRE Assistência	Seguradora/ Segurado							11.477,39
	Resseguradora		-40.462,47	80.057,28	-210,69	0,00		
Iberoassistência	Seguradora/ Segurado							3.403,69
	Prestação serviços						62.202,47	
MAPFRE RE – Portugal	Seguradora/ Segurado							3.855,96
	Resseguradora		-2.546,07					
<b>Em Espanha</b>		<b>Deved. e cred. por outras operações</b>	<b>Conta corrente de resseguro</b>	<b>Prémios adq.</b>	<b>Comissões</b>	<b>Sinistros</b>	<b>Custo</b>	<b>Proveito</b>
MAPFRE Soft	Prestação serviços no âmbito informático						251,40	
MAPFRE Inversion	Entidade gestora dos investimentos financeiros						211.432,40	
MAPFRE RE – Espanha	Resseguradora		-69.267,21	774.620,83	35.157,51	702.922,25		
MAPFRE Tech	Prestação serviços no âmbito informático						107.920,64	
Consultora Actuarial y de Pensiones MAPFRE Vida, S.A.	Prestação serviços no âmbito de consultadoria atuarial						17.329,62	
<b>TOTAL</b>		<b>-2.358,00</b>	<b>-112.275,75</b>	<b>854.678,11</b>	<b>34.946,82</b>	<b>702.922,25</b>	<b>440.134,42</b>	<b>251.389,97</b>

## 28. Acontecimentos após a data de balanço não descritos em pontos anteriores

Com efeito a partir de 1 de janeiro de 2016 passou a ser aplicável de forma integral o regime de Solvência II, através da transposição da Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), alterada pelas Diretivas n.º 2011/89/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro de 2011, 2012/23/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de setembro de 2012, 2013/23/UE, do Conselho, de 13 de maio de 2013, 2013/58/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013 e 2014/51/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.

À data da aprovação das demonstrações financeiras da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. o último estudo quantitativo efetuado referente à solvência da Companhia aplicando o regime de Solvência II com referência a 31 de dezembro de 2014, apresenta uma insuficiência de 6.875 milhares de euros de capitais próprios.

Atendendo à insuficiência anteriormente mencionada, foi solicitada à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) a possibilidade de utilização do regime de medidas transitórias aplicáveis à transição para o regime de Solvência II. Adicionalmente, e embora não seja expectável a não aprovação pela ASF das medidas transitórias, a MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., detentora da totalidade do capital da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., apresenta capacidade financeira ao nível do Solvência II para financiar esta insuficiência.

# 29. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

## Interpretações que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2015

### IFRIC 21 – TAXAS

A IFRIC 21 é uma interpretação da IAS 37, essencialmente relativa ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não imposto sobre o rendimento – IRC) corresponde ao exigido/regulamentado na legislação relevante que obriga ao pagamento.

Esta nova interpretação define taxas (*Levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo Governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o evento específico que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

### Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 634/2014 de 13 de junho.

### Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 17 de junho de 2014.

## Alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2015

### Ciclo anual de melhorias 2011-2013

#### IFRS 1 – ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS IFRS

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

### Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 1361/2014 de 18 de dezembro.

### Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2015.

#### IFRS 3 – CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A melhoria à IFRS 3 clarifica que este normativo não se aplica à contabilização inicial de um acordo conjunto, constituído no âmbito da IFRS 11 – Acordos conjuntos, nas Demonstrações Financeiras do próprio Acordo Conjunto. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

### Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 1361/2014 de 18 de dezembro.

### Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2015.

#### IFRS 13 – JUSTO VALOR: MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

### Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 1361/2014 de 18 de dezembro.

### Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2015.

#### IAS 40 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

### Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 1361/2014 de 18 de dezembro.

### Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2015.

## Alterações endossadas pela UE mas ainda não efetivas

### Ciclo anual de melhorias 2010-2012

#### IFRS 2 – PAGAMENTOS COM BASE EM AÇÕES

A alteração clarifica a definição de condição de aquisição (*vesting*) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da “condição de aquisição”, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

**Regulamento de Endosso pela União Europeia**  
Regulamento (CE) N.º 2015/28 de 17 de dezembro.

**Data de eficácia**  
Períodos anuais com início em ou após 1 de fevereiro de 2015.

**IFRS 3 – CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS**  
O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

**Regulamento de Endosso pela União Europeia**  
Regulamento (CE) N.º 2015/28 de 17 de dezembro.

**Data de eficácia**  
Períodos anuais com início em ou após 1 de fevereiro de 2015.

**IFRS 8 – SEGMENTOS OPERACIONAIS**  
A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

**Regulamento de Endosso pela União Europeia**  
Regulamento (CE) N.º 2015/28 de 17 de dezembro.

**Data de eficácia**  
Períodos anuais com início em ou após 1 de fevereiro de 2015.

**IFRS 13 – JUSTO VALOR: MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO**  
O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39, não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

**Regulamento de Endosso pela União Europeia**  
Regulamento (CE) N.º 2015/28 de 17 de dezembro.

**Data de eficácia**  
Períodos anuais com início em ou após 1 de fevereiro de 2015.

**IAS 16 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E IAS 38 – ATIVOS INTANGÍVEIS**  
De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i)

a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

**Regulamento de Endosso pela União Europeia**  
Regulamento (CE) N.º 2015/28 de 17 de dezembro.

**Data de eficácia**  
Períodos anuais com início em ou após 1 de fevereiro de 2015.

**IAS 24 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS**  
Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal-chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

**Regulamento de Endosso pela União Europeia**  
Regulamento (CE) N.º 2015/28 de 17 de dezembro.

**Data de eficácia**  
Períodos anuais com início em ou após 1 de fevereiro de 2015.

**ALTERAÇÃO À IAS 19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS – CONTRIBUIÇÕES DOS EMPREGADOS**  
A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo, uma percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

**Regulamento de Endosso pela União Europeia**  
Regulamento (CE) N.º 2015/29 de 17 de dezembro.

**Data de eficácia**  
Períodos anuais com início em ou após 1 de fevereiro de 2015.

**IAS 16 E IAS 38 – MÉTODOS DE CÁLCULO DE AMORTIZAÇÃO E DEPRECIAÇÃO PERMITIDOS**  
Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/amortizações de ativos com base no réditto obtido, não são, regra geral, consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo.



## Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/2231 de 2 de dezembro.

### Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

## IAS 16 E IAS 41 – AGRICULTURA: PLANTAS QUE PRODUZEM ATIVOS BIOLÓGICOS CONSUMÍVEIS

A alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para a IAS 16 – Ativos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura.

## Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/2113 de 23 de novembro.

### Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

## IFRS 11 – CONTABILIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE INTERESSE NUMA OPERAÇÃO CONJUNTA

Esta alteração introduz uma orientação sobre a contabilização a efetuar na aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais.

## Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/2173 de 24 de novembro.

### Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

## ALTERAÇÃO À IAS 1 – REVISÃO ÀS DIVULGAÇÕES

Esta alteração à IAS 1 resulta de um projeto de revisão às divulgações das IFRS e refere-se a materialidade e agregação e à apresentação de subtotais nas demonstrações financeiras IFRS.

## Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/2406 de 18 de dezembro.

### Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

## IAS 27 – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas.

## Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/2441 de 18 de dezembro.

### Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

## Ciclo anual de melhorias 2012-2014

### IFRS 5 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice-versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração de resultados ou na demonstração de rendimento integral.

## Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/2343 de 15 de dezembro.

### Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

### IFRS 7 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS: DIVULGAÇÕES

As alterações à IFRS 7 clarifica – adicionando orientação de aplicação adicional – quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

Adicionalmente a presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 – compensação de ativos e passivos financeiros – não são necessários em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

## Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/2343 de 15 de dezembro.

### Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

### IAS 19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada a nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

## Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/2343 de 15 de dezembro.

### Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

### IAS 34 – RELATO FINANCEIRO INTERCALAR

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

**Regulamento de Endosso pela União Europeia**  
Regulamento (CE) N.º 2015/2343 de 15 de dezembro.

**Data de eficácia**  
Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

### Alterações às normas ainda não endossadas pela UE

#### IFRS 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS (A IFRS 9 SUBSTITUI A IAS 39 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em Outro Rendimento Integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em OCI, mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivativos embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivativos embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito ter aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

#### **Regulamento de Endosso pela União Europeia**

Pendente de endosso.

#### **Data de eficácia**

Data estimada, 1 de janeiro de 2018.

#### **IFRS 15 – RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES**

A IFRS 15 determina um modelo baseado em cinco passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ii) Ao longo do período, na medida em que retrata a *performance* da entidade.

#### **Regulamento de Endosso pela União Europeia**

Pendente de endosso.

#### **Data de eficácia**

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

#### **IFRS 16 – LOCAÇÕES**

A IFRS 16 remove a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Loções de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

#### **Regulamento de Endosso pela União Europeia**

Pendente de endosso.

#### **Data de eficácia**

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

#### **Novas decisões tomadas pela UE quanto a normas já publicadas**

O IASB decidiu iniciar um projeto que visa desenvolver uma norma, que permita dar resposta às questões contabilísticas (complexas e fundamentais) levantadas/colocadas pelas entidades que exploram Atividades Reguladas.

Dadas as implicações e alcance dos temas em questão, o IASB está a desenvolver um *research project*, o qual tem enfoque nas características mais críticas das Atividades Reguladas (pretende-se, por exemplo, apresentar uma definição clara dos direitos e obrigações inerentes a estas atividades, distinguindo-as dos direitos e obrigações de Atividades Não Reguladas).

Este projeto deu origem a uma norma interina, emitida pelo IASB em janeiro de 2014, a IFRS 14 – Desvios Tarifários, a qual incorpora orientações contabilísticas de curto-prazo para os adotantes pela primeira vez das IFRS, aplicáveis até à conclusão do projeto.

A UE, contudo, pronunciou-se negativamente sobre a adoção deste normativo, em outubro de 2015. A Comissão Europeia decidiu não propor a adoção desta norma, dado o número reduzido de entidades às quais a IFRS 14 se aplicaria atualmente. Este órgão da UE irá tomar as devidas considerações, aquando da emissão da norma final.

Lisboa, 08 de março de 2016

#### **Manuela Mendes**

(Contabilista Certificada)

#### **O Conselho de Administração**

**António Manuel Cardoso Belo**  
(Presidente)

**Vítor Manuel da Silva Reis**  
(Vice-Presidente)

**Juan Fernández Palacios**  
(Vogal)

**Pedro Ribeiro e Silva**  
(Vogal-Secretário)

# Inventário de participações e instrumentos financeiros

## Anexo 1.1.

(2015)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	<b>1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes</b>							
	1.1. Títulos nacionais							
	1.1.1. Partes de capital em filiais							
	1.1.2. Partes de capital em associadas							
	1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	1.1.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	1.1.9. Outros títulos em filiais							
	1.1.10. Outros títulos em associadas							
	1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	<b>Subtotal 1.1.</b>							
	1.2. Títulos estrangeiros							
	1.2.1. Partes de capital em filiais							
	1.2.2. Partes de capital em associadas							
	1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	1.2.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	1.2.9. Outros títulos em filiais							
	1.2.10. Outros títulos em associadas							
	1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	<b>Subtotal 1.2.</b>							
	<b>TOTAL 1.</b>							
	2. Outros							
	2.1. Títulos nacionais							
	2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. Ações							

\* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
<b>Subtotal</b>								
2.1.1.2. Títulos de participação								
<b>Subtotal</b>								
2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento								
<b>Subtotal</b>								
2.1.1.4. Outros								
<b>Subtotal</b>								
<b>Subtotal 2.1.1.</b>								
2.1.2. Títulos de dívida								
2.1.2.1. De dívida pública								
PTOTE6OE0006	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,2 10/2016		2.200.000,00	2.273.700,07	94,85	2.086.614,68	104,25	2.293.391,87
PTOTEAOE0021	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,95 10/2023		11.514.500,00	13.809.853,88	116,27	13.388.348,04	120,85	13.915.749,53
PTOTELOE0010	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,35 10/2017		23.900.000,00	25.724.401,46	96,41	23.041.950,75	108,55	25.943.125,64
PTOTEMOE0027	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,75 6/2019		25.020.000,00	28.510.200,63	102,70	25.695.297,09	116,56	29.162.873,99
PTOTENOE0018	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,45 6/2018		1.875.000,00	2.070.760,41	102,28	1.917.780,00	112,87	2.116.354,67
PTOTEYOE0007	REPUBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021		14.059.000,00	15.850.229,10	95,19	13.383.463,89	115,49	16.236.217,80
PTOTEQOE0015	REPUBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024		7.505.000,00	9.321.032,66	117,88	8.846.905,10	129,15	9.692.787,18
PTOTE5OE0007	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,1 4/2037		882.000,00	962.649,88	102,45	903.639,90	112,07	988.437,54
PTOTEROE0014	REPUBLICA DE PORTUGAL 3,875 2/2030		2.287.000,00	2.486.050,30	109,80	2.511.042,11	112,10	2.563.745,64
PTOTEKOE0011	REPUBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		2.588.000,00	2.670.250,79	105,46	2.729.244,92	103,79	2.686.107,60
PTOTESOE0013	REPUBLICA DE PORTUGAL 2,2 10/2022		15.000.000,00	15.325.401,62	99,79	14.968.050,00	102,85	15.428.214,99
PTOTEBOE0020	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,1 2/2045		1.489.000,00	1.597.325,87	111,11	1.654.414,54	111,16	1.655.196,98
<b>Subtotal</b>		<b>0</b>	<b>108.319.500,00</b>	<b>120.601.856,67</b>		<b>111.126.751,02</b>		<b>122.682.203,43</b>
2.1.2.2. De outros emissores públicos								
<b>Subtotal</b>								
2.1.2.3. De outros emissores								
<b>Subtotal</b>								
<b>Subtotal 2.1.2.</b>		<b>0</b>	<b>108.319.500,00</b>	<b>120.601.856,67</b>		<b>111.126.751,02</b>		<b>122.682.203,43</b>
<b>Subtotal 2.1.</b>		<b>0</b>	<b>108.319.500,00</b>	<b>120.601.856,67</b>		<b>111.126.751,02</b>		<b>122.682.203,43</b>
2.2. Títulos estrangeiros								
2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.2.1. Ações								
CH0012005267	NOVARTIS AG	2.700		215.453,91	61,82	166.910,64	79,80	215.453,91
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	1.034		262.742,00	111,59	115.384,62	254,10	262.742,00
CH0038863350	NESTLE SA REGISTERED	3.201		219.383,64	31,58	101.073,70	68,54	219.383,64
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	17.127		285.849,63	11,00	188.312,53	16,69	285.849,63
DE0007236101	SIEMENS AG	2.841		255.349,08	84,98	241.440,28	89,88	255.349,08
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	1.612		297.494,60	139,66	225.123,91	184,55	297.494,60
DE000BAY0017	BAYER A.G.	3.344		387.235,20	54,44	182.037,97	115,80	387.235,20
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	10.895		156.996,95	10,93	119.041,79	14,41	156.996,95
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	82.951		559.006,77	7,66	635.412,99	6,74	559.006,77
ES0113679137	BANKINTER	15.576		101.929,34	2,85	44.391,37	6,54	101.929,34
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	155.610		709.270,37	5,17	804.636,33	4,56	709.270,37
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	8.838		166.286,96	18,24	161.223,59	18,81	166.286,96
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	1.975		17.121,27	9,44	18.636,47	8,67	17.121,27
ES0130960018	ENAGAS	6.374		165.724,00	16,32	104.023,71	26,00	165.724,00

\* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	131.556		861.691,80	4,18	550.210,37	6,55	861.691,80
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	9.716		262.477,74	23,82	231.418,10	27,02	262.477,74
ES0173093115	RED ELECTRICA CORPORACIÓN S.A.	1.332		102.710,52	36,12	48.113,25	77,11	102.710,52
ES0173516115	REPSOL YPF, S.A.	23.718		240.026,16	12,01	284.904,23	10,12	240.026,16
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	55.430		567.326,05	11,92	660.801,53	10,24	567.326,05
FR0000120172	CARREFOUR SA	9.659		257.412,35	27,94	269.845,19	26,65	257.412,35
FR0000120271	TOTAL SA	14.861		613.239,16	42,68	634.249,94	41,26	613.239,16
FR0000120578	SANOFI-AVENTIS	1.416		111.297,60	60,73	85.990,61	78,60	111.297,60
FR0000120644	DANONE S.A.	4.511		280.945,08	49,46	223.117,94	62,28	280.945,08
FR0000125486	VINCI S.A.	2.137		126.382,18	48,15	102.896,13	59,14	126.382,18
FR0000127771	VIVENDI SA	13.075		259.669,50	19,05	249.066,77	19,86	259.669,50
FR0000131104	BNP PARIBAS SA. PARIS	7.084		369.997,32	49,20	348.515,21	52,23	369.997,32
FR0000133308	ORANGE S.A.	22.412		347.049,81	11,27	252.553,26	15,48	347.049,81
FR0010208488	ENGIE S.A.	8.016		130.861,20	17,09	136.998,72	16,33	130.861,20
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	2.269		42.303,20	14,33	32.508,14	18,64	42.303,20
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	5.151		108.660,34	23,19	119.451,73	21,09	108.660,34
IT0003132476	ENI SPA	14.553		200.831,40	16,09	234.139,46	13,80	200.831,40
NL0000009355	UNILEVER PLC	3.271		131.183,45	25,74	84.205,51	40,10	131.183,45
DE0007164600	SAP SE	2.746		201.501,48	62,93	172.797,35	73,38	201.501,48
IT0003128367	ENEL-SOCIETA PER AZIONI	57.183		222.556,23	4,10	234.279,58	3,89	222.556,23
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.	1.435		45.475,15	23,51	33.740,88	31,69	45.475,15
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP	30.423		91.298,28	1,81	54.950,62	3,00	91.298,28
ES0126775032	DISTRIBUIDORA INTERNAL DE ALIM	7.456		40.590,46	5,44	40.529,95	5,44	40.590,46
ES0178430049	TELEFONICA, S.A.	1.630		16.683,04	12,04	19.622,73	10,23	16.683,04
ES0673516979	REPSOL YPF, S.A.	23.718		10.886,55	0,47	11.047,93	0,46	10.886,55
	<b>Subtotal</b>	<b>768.836</b>		<b>9.442.899,77</b>		<b>8.223.605,03</b>		<b>9.442.899,77</b>
	2.2.2.2. Títulos de participação							
	<b>Subtotal</b>							
	2.2.2.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0138395035	MAPFRE PUENTE GARANTÍA 5, F.I.	79.233		699.822,41	7,57	600.000,01	8,83	699.822,41
ES0138708039	MAPFRE PUENTE GARANTÍA 12, F.I.	8.807		138.175,91	14,52	127.862,57	15,69	138.175,91
ES0138777034	MAPFRE PUENTE GARANTIA 3, F.I.	2.643		23.161,96	7,32	19.353,00	8,76	23.161,96
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA F.I.	820		23.143,81	20,92	17.160,23	28,21	23.143,81
ES0138903036	FONDMAPFRE RENTA MEDIO F.I.	7.372		141.758,93	16,54	121.930,30	19,23	141.758,93
ES0138956034	MAPFRE PUENTE GARANTIA 10, F.I.	37		50.428,27	1.059,07	39.217,51	1.361,82	50.428,27
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	4.141		1.316.803,95	212,51	880.000,02	317,99	1.316.803,95
FR0010654913	AMUNDI ETF EURO STOXX 50 UCITS	12.780		824.054,40	70,48	900.680,96	64,48	824.054,40
LU0592216393	DB X-TRACKERS IBEX 35 INDEX ET	45.400		939.326,00	24,25	1.101.001,89	20,69	939.326,00
ES0165197031	FONDMAPFRE RENTA CORTO F.I.	1.660		21.855,81	13,18	21.865,19	13,17	21.855,81
ES0112835006	P/F. FONDMAPFRE ELECCION PRUDENTE F.I.	137.731		824.700,91	6,03	830.000,00	5,99	824.700,91
ES0137910008	P/F. FONDMAPFRE ELECCION MODERADA F.I.	53.413		326.062,46	6,18	330.000,00	6,10	326.062,46
ES0138022001	P/F. FONDMAPFRE ELECCION DECIDIDA F.I.	38.749		241.547,36	6,19	240.000,00	6,23	241.547,36
	<b>Subtotal</b>	<b>392.786</b>		<b>5.570.842,18</b>		<b>5.229.071,68</b>		<b>5.570.842,18</b>
	2.2.2.4. Outros							
	<b>Subtotal</b>							
	<b>Subtotal 2.2.1.</b>	<b>1.161.622</b>		<b>15.013.741,95</b>		<b>13.452.676,71</b>		<b>15.013.741,95</b>
	2.2.2. Títulos de dívida							
	2.2.2.1. De dívida pública							
ES0000011868	TESORO PUBLICO 6 1/2029		675.000,00	967.918,87	103,01	695.317,62	148,90	1.005.090,10
ES0000011967	TESORO PUBLICO 100 1/2022		4.200.000,00	3.927.323,42	72,19	3.032.073,07	93,51	3.927.323,42
ES00000120G4	TESORO PUBLICO 3,15 1/2016		840.000,00	842.409,79	102,75	863.129,63	103,18	866.695,00
ES00000120J8	TESORO PUBLICO 3,8 1/2017		1.970.000,00	2.052.162,06	98,54	1.941.246,27	107,66	2.120.869,19

\* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES00000120N0	TESORO PUBLICO 4,9 7/2040		4.260.000,00	5.780.070,89	88,17	3.756.101,66	137,76	5.868.471,70
ES0000012157	TESORO PUBLICO 4,7 7/2041		25.000,00	33.118,57	99,77	24.943,70	134,46	33.616,18
ES00000122E5	TESORO PUBLICO 4,65 7/2025		4.545.000,00	5.724.883,87	103,14	4.687.645,26	127,93	5.814.386,85
ES00000122T3	TESORO PUBLICO 4,85 10/2020		875.000,00	1.046.543,46	108,08	945.720,00	120,43	1.053.732,32
ES00000123B9	TESORO PUBLICO 5,5 4/2021		9.050.000,00	11.263.544,74	101,89	9.221.369,97	128,16	11.598.098,02
ES00000123C7	TESORO PUBLICO 5,9 7/2026		4.250.000,00	5.888.896,65	117,45	4.991.623,42	141,06	5.995.088,59
ES00000123J2	TESORO PUBLICO 4,25 10/2016		7.200.000,00	7.460.438,88	99,31	7.150.653,02	104,34	7.512.274,95
ES00000123K0	TESORO PUBLICO 5,85 1/2022		1.865.000,00	2.400.703,43	104,61	1.950.912,11	134,09	2.500.838,60
ES00000123N4	TESORO PUBLICO 100 1/2022		2.800.000,00	2.631.538,03	70,49	1.973.854,55	93,98	2.631.538,03
ES00000123Q7	TESORO PUBLICO 4,5 1/2018		3.500.000,00	3.821.426,24	102,68	3.593.775,12	113,31	3.965.981,03
ES00000123X3	TESORO PUBLICO 4,4 10/2023		1.725.000,00	2.109.496,92	102,35	1.765.592,50	123,04	2.122.354,30
ES0000012411	TESORO PUBLICO 5,75 7/2032		2.365.000,00	3.431.496,36	101,83	2.408.301,33	147,53	3.489.086,69
ES00000124B7	TESORO PUBLICO 3,75 10/2018		6.000.000,00	6.605.648,72	104,01	6.240.432,91	110,73	6.643.763,48
ES00000124C5	TESORO PUBLICO 5,15 10/2028		1.484.000,00	1.976.257,13	115,50	1.714.013,60	134,04	1.989.203,61
ES00000124H4	TESORO PUBLICO 5,15 10/2044		3.296.000,00	4.673.385,56	122,69	4.043.958,87	142,66	4.702.140,01
ES0000012619	TESORO PUBLICO 100 7/2016		3.900.000,00	3.898.886,89	82,91	3.233.400,13	99,97	3.898.886,89
ES0000012726	TESORO PUBLICO 100 7/2027		700.000,00	539.696,67	43,26	302.837,99	77,10	539.696,67
ES0000012767	TESORO PUBLICO 100 7/2031		700.000,00	462.719,30	34,45	241.146,79	66,10	462.719,30
ES0000012783	TESORO PUBLICO 5,5 7/2017		7.535.000,00	8.190.798,99	105,73	7.967.078,53	111,03	8.366.306,85
ES0000012932	TESORO PUBLICO 4,2 1/2037		5.560.000,00	6.850.863,85	89,21	4.960.082,00	127,07	7.065.190,42
FR0120746609	REPUBLICA DE FRANCIA 1 7/2017		500.000,00	510.446,91	100,17	500.845,30	102,53	512.632,70
IT0003256820	REPUBLICA DE ITALIA 5,75 2/2033		350.000,00	526.020,23	108,85	380.965,12	152,68	534.387,44
IT0004273493	REPUBLICA DE ITALIA 4,5 2/2018		1.500.000,00	1.639.767,19	104,22	1.563.270,00	111,19	1.667.830,99
IT0004423957	REPUBLICA DE ITALIA 4,5 3/2019		4.500.000,00	5.108.271,13	102,30	4.603.533,26	115,03	5.176.141,93
ES00000124W3	TESORO PUBLICO 3,8 4/2024		1.900.000,00	2.232.305,33	106,31	2.019.903,59	120,04	2.280.833,20
ES00000126B2	TESORO PUBLICO 2,75 10/2024		3.500.000,00	3.823.444,94	104,77	3.666.950,00	109,71	3.839.749,58
IT0004987191	REPUBLICA DE ITALIA 1,5 12/2016		2.550.000,00	2.587.715,78	101,69	2.593.175,57	101,55	2.589.492,37
ES00000121A5	TESORO PUBLICO 4,1 7/2018		3.450.000,00	3.800.319,74	111,53	3.847.657,75	111,89	3.860.223,43
ES0000012676	TESORO PUBLICO 100 7/2022		4.000.000,00	3.694.210,77	75,21	3.008.580,64	92,36	3.694.210,77
ES0000012106	TESORO PUBLICO 4,3 10/2019		1.150.000,00	1.318.454,92	115,23	1.325.179,50	115,38	1.326.831,70
ES00000124V5	TESORO PUBLICO 2,75 4/2019		4.600.000,00	4.971.167,33	102,68	4.723.307,50	109,92	5.056.191,92
	<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>107.320.000</b>	<b>122.792.354</b>		<b>105.938.578,28</b>		<b>124.711.878,23</b>
	2.2.2.2. De outros emissores públicos							
XS0544695272	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,125 9/2017		1.450.000,00	1.551.035,92	97,03	1.406.905,02	108,04	1.566.561,03
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		1.000.000,00	1.258.645,12	98,90	989.000,00	130,77	1.307.661,52
XS0613543957	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 5 7/2016		5.700.000,00	5.844.854,85	99,50	5.671.599,75	105,00	5.985.018,78
XS0740606768	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,875 2/2018		400.000,00	438.857,07	100,34	401.360,00	114,18	456.700,91
XS0829125847	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,5 3/2016		1.500.000,00	1.513.526,33	99,75	1.496.211,49	104,47	1.567.009,94
	<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>10.050.000</b>	<b>10.606.919</b>		<b>9.965.076,26</b>		<b>10.882.952,18</b>
	2.2.2.3. De outros emissores							
ES0314950694	BANCO FINANCIERO Y DE AHORROS 5,25 4/2016		850.000,00	861.386,47	107,56	914.260,00	105,20	894.184,63
ES0370148019	AYT CÉDULAS CAJAS V.F.T.A. 4,75 12/2018		500.000,00	563.526,46	97,20	486.000,00	113,07	565.343,40
ES0413211113	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,25 1/2016		800.000,00	801.810,02	94,13	753.040,00	103,27	826.171,66
ES0413211428	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 4,75 2/2016		1.800.000,00	1.810.080,28	99,51	1.791.224,76	104,79	1.886.210,42
ES0413790074	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 4,125 4/2018		2.250.000,00	2.445.591,35	98,27	2.211.090,90	111,70	2.513.298,83
ES0414970246	CAIXABANK S.A. 3,625 1/2021		1.800.000,00	2.066.065,43	86,55	1.557.874,11	118,24	2.128.276,39
ES0414970303	CAIXABANK S.A. 4,5 1/2022		4.250.000,00	5.167.582,55	93,29	3.965.003,78	125,78	5.345.733,23
ES0414970402	CAIXABANK S.A. 4,625 6/2019		900.000,00	1.029.313,60	98,93	890.367,01	117,03	1.053.310,53
ES0414970535	CAIXABANK S.A. 3,5 3/2016		600.000,00	605.146,09	103,23	619.396,91	103,50	620.982,15
ES0414970683	CAIXABANK S.A. 5,125 4/2016		3.000.000,00	3.047.400,63	100,48	3.014.400,00	105,07	3.152.001,04

\* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0458759034	UNICAJA BANCO, S.A. 5,5 3/2016		3.300.000,00	3.340.729,70	99,74	3.291.408,42	105,50	3.481.565,77
FR0011318658	ELECTRICITE DE FRANCE S.A. 2,75 3/2023		900.000,00	991.819,72	99,26	893.349,00	112,43	1.011.903,74
NL0000122489	ING BANK NV AMSTERDAM 5,25 6/2019		250.000,00	285.538,48	99,34	248.346,07	117,20	292.997,50
XS0148579153	E.ON INTERNATIONAL FINANCE BV 6,375 5/2017		300.000,00	325.933,35	99,88	299.652,00	112,42	337.272,49
XS0359388690	UBS AG LONDON 6 4/2018		930.000,00	1.055.125,46	110,05	1.023.451,70	117,68	1.094.459,89
XS0412842857	RWE FINANCE BV 6,5 8/2021		600.000,00	756.188,19	99,97	599.790,91	128,59	771.532,46
XS0432092137	CREDIT AGRICOLE SA 5,875 6/2019		1.000.000,00	1.169.349,84	111,84	1.118.385,46	120,21	1.202.095,74
XS0451457435	ENI SPA 4,125 9/2019		200.000,00	224.796,76	105,04	210.079,87	113,60	227.208,65
XS0555977312	INTESA SANPAOLO SPA 4 11/2018		300.000,00	328.714,11	99,57	298.719,00	110,16	330.484,60
XS0611398008	BARCLAYS BANK PLC LONDON 6,625 3/2022		1.100.000,00	1.385.385,57	112,80	1.240.835,74	130,96	1.440.539,60
XS0627188468	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S. 5,375 5/2019		600.000,00	695.672,78	99,46	596.760,00	119,21	715.234,26
XS0733696495	REPSOL INTL. FINANCE 4,875 2/2019		2.900.000,00	3.203.277,93	100,07	2.901.961,55	114,68	3.325.673,82
XS0765299572	ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM 4,125 3/2022		740.000,00	872.603,66	107,03	792.022,00	121,06	895.872,72
XS0801636902	NORDEA BANK AB. SUECIA 3,25 7/2022		3.280.000,00	3.757.488,64	99,25	3.255.236,00	116,16	3.809.914,87
XS0828735893	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 4,625 3/2016		100.000,00	100.992,25	105,96	105.960,00	104,61	104.606,32
XS0834643727	ENAGAS FINANCIACIONES SAU 4,25 10/2017		500.000,00	535.035,34	102,63	513.140,91	108,03	540.144,63
XS0907289978	TELEFONICA EMISIONES SAU 3,961 3/2021		300.000,00	338.584,60	100,64	301.928,22	115,90	347.707,89
XS0914400246	GAS NATURAL FENOSA FINANCE BV 3,875 4/2022		300.000,00	343.715,04	100,13	300.375,00	117,38	352.132,05
XS0954025267	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING 2,25 7/2020		700.000,00	748.997,92	99,69	697.802,00	108,01	756.098,33
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP 1,875 1/2019		240.000,00	249.295,19	99,56	238.955,29	105,70	253.684,23
XS0828012863	TELEFONICA EMISIONES SAU 5,811 9/2017		500.000,00	545.661,23	114,88	574.380,00	111,01	555.028,69
XS1330948818	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 1,375 12/2022		3.200.000,00	3.171.535,93	99,92	3.197.568,00	99,18	3.173.699,86
ES0440609305	CAIXABANK S.A. 0,625 11/2020		100.000,00	99.534,68	99,64	99.639,00	99,62	99.620,06
XS0954928783	BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU 2,625 2/2021		400.000,00	435.538,48	108,55	434.180,00	111,12	444.485,06
XS0972165681	BP CAPITAL MARKETS PLC 2,517 2/2021		450.000,00	482.565,83	107,82	485.190,00	109,43	492.433,85
XS0997520258	CREDIT AGRICOLE LONDON 2,375 11/2020		500.000,00	538.542,05	107,19	535.970,00	107,94	539.677,64
XS1291175161	CREDIT SUISSE LONDON 1,125 9/2020		600.000,00	608.780,50	99,94	599.664,00	101,80	610.772,30
XS0595092098	DNB BANK ASA 4,375 2/2021		100.000,00	117.996,40	117,82	117.821,00	121,72	121.724,14
XS0827692269	ENEL FINANCE INTERNATIONAL NV 4,875 3/2020		500.000,00	584.583,00	117,38	586.900,00	120,86	604.296,11
XS1308674131	ROYAL BANK OF CANADA (CANADA) 0,377 10/2018		500.000,00	501.139,66	100,03	500.150,00	100,30	501.511,42
XS1272154565	ROYAL BANK OF CANADA (CANADA) 0,361 8/2020		500.000,00	497.990,24	99,44	497.200,00	99,65	498.271,02
XS1292484323	SHELL INTERNATIONAL FINANCE BV 1,25 3/2022		80.000,00	80.184,64	99,51	79.608,00	100,60	80.479,72
	<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>42.720.000,00</b>	<b>46.771.200,05</b>		<b>42.839.086,61</b>		<b>47.998.641,71</b>
	<b>Subtotal 2.2.2.</b>	<b>0</b>	<b>160.090.000,00</b>	<b>180.170.472,90</b>		<b>158.742.741,15</b>		<b>183.593.472,12</b>
	<b>Subtotal 2.2.</b>	<b>1.161.622</b>	<b>160.090.000,00</b>	<b>195.184.214,85</b>		<b>172.195.417,86</b>		<b>198.607.214,07</b>
	2.3. Derivados de negociação							
	<b>Subtotal 2.3.</b>							
	2.4. Derivados de cobertura							
	<b>Subtotal 2.4.</b>							
	<b>TOTAL 2</b>	<b>1.161.622</b>	<b>268.409.500,00</b>	<b>315.786.071,52</b>		<b>283.322.168,88</b>		<b>321.289.417,50</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.161.622</b>	<b>268.409.500,00</b>	<b>315.786.071,52</b>		<b>283.322.168,88</b>		<b>321.289.417,50</b>

\* Inclui o valor dos juros decorridos.



# Inventário de participações e instrumentos financeiros

## Anexo 1.2.

(2014)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	<b>1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes</b>							
	1.1. Títulos nacionais							
	1.1.1. Partes de capital em filiais							
	1.1.2. Partes de capital em associadas							
	1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	1.1.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	1.1.9. Outros títulos em filiais							
	1.1.10. Outros títulos em associadas							
	1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	<b>Subtotal 1.1.</b>							
	1.2. Títulos estrangeiros							
	1.2.1. Partes de capital em filiais							
	1.2.2. Partes de capital em associadas							
	1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	1.2.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	1.2.9. Outros títulos em filiais							
	1.2.10. Outros títulos em associadas							

\* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	<b>Subtotal</b>							
	<b>Subtotal 1.2.</b>							
	<b>TOTAL 1</b>							
	2. Outros							
	2.1. Títulos nacionais							
	2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. Ações							
	<b>Subtotal</b>							
	2.1.1.2. Títulos de participação							
	<b>Subtotal</b>							
	2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
	<b>Subtotal</b>							
	2.1.1.4. Outros							
	<b>Subtotal</b>							
	<b>Subtotal 2.1.1.</b>							
	2.1.2. Títulos de dívida							
	2.1.2.1. De dívida pública							
PTOTE6OE0006	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,2 10/2016	2.200.000	2.200.000,00			2.086.614,68		2.368.862,03
PTOTEAOE0021	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,95 10/2023	6.150.000	6.150.000,00			6.776.934,24		7.352.441,35
PTOTELOE0010	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,35 10/2017	23.900.000	23.900.000,00			23.039.191,67		26.361.972,16
PTOTEMOE0027	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,75 6/2019	21.020.000	21.020.000,00			21.129.777,09		24.558.757,58
PTOTENOE0018	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,45 6/2018	1.875.000	1.875.000,00			1.917.780,00		2.129.253,17
PTOTEYOE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021	14.900.000	14.900.000,00			14.133.245,02		16.970.607,84
PTOTECOE0029	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,8 6/2020	2.350.000	2.350.000,00			2.691.256,50		2.792.020,04
PTOTEQOE0015	REPÚBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024	7.505.000	7.505.000,00			8.873.357,86		9.678.361,59
PTOTE5OE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 4/2037	615.000	615.000,00			589.546,03		671.608,87
PTOTEROE0014	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,875 2/2030	250.000	250.000,00			244.542,50		266.177,47
	<b>Subtotal</b>	<b>80.765.000</b>	<b>80.765.000,00</b>			<b>81.482.245,59</b>		<b>93.150.062,10</b>
	2.1.2.2. De outros emissores públicos							
	<b>Subtotal</b>							
	2.1.2.3. De outros emissores							
	<b>Subtotal</b>							
	<b>Subtotal 2.1.2.</b>	<b>80.765.000</b>	<b>80.765.000,00</b>			<b>81.482.245,59</b>		<b>93.150.062,10</b>
	<b>Subtotal 2.1.</b>	<b>80.765.000</b>	<b>80.765.000,00</b>			<b>81.482.245,59</b>		<b>93.150.062,10</b>
	2.2. Títulos estrangeiros							
	2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.2.1. Ações							
CH0012005267	NOVARTIS AG-REG	1.650			51,41	84.820,78	76,79	126.703,55
CH0012032048	ROCHE HOLDINGS AG	1.034			111,59	115.384,62	224,42	232.055,24
CH0038863350	NESTLE SA REGISTERED	3.294			30,27	99.694,43	60,66	199.809,84
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	13.554			9,69	131.375,42	13,25	179.590,50
DE0007037129	RWE AG	850			24,36	20.704,35	25,65	21.802,50
DE0007236101	SIEMENS AG	2.378			84,35	200.573,60	93,75	222.937,50
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVER	1.303			128,96	168.029,56	165,75	215.972,25
DE000BAY0017	BAYER A.G.	3.344			54,44	182.037,97	113,00	377.872,00

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
DE000ENAG999	E.ON SE	5.645			13,62	76.867,12	14,19	80.130,77
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	10.377			11,47	119.054,28	16,43	170.494,11
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	52.179			7,30	381.009,02	7,85	409.813,85
ES0113679137	BANKINTER	18.923			2,85	53.930,26	6,70	126.803,02
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	100.816			5,33	537.572,70	7,00	705.308,72
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	3.296			12,60	41.515,98	20,81	68.589,76
ES0130960018	ENAGAS	6.374			16,32	104.023,71	26,19	166.903,19
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	101.574			3,71	377.205,78	5,60	568.509,66
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	5.190			20,43	106.027,07	28,97	150.354,30
ES0173093115	RED ELECTRICA DE ESPAÑA S.A.	1.872			33,98	63.614,44	73,21	137.049,12
ES0173516115	REPSOL YPF, S.A.	25.675			14,58	374.296,82	15,54	399.117,87
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	25.856			11,38	294.311,64	11,92	308.203,52
FR0000120172	CARREFOUR SA	2.562			25,06	64.194,69	25,30	64.818,60
FR0000120271	TOTAL SA	8.636			40,43	349.130,55	42,52	367.202,72
FR0000120578	SANOFI-AVENTIS	1.416			60,73	85.990,61	75,66	107.134,56
FR0000120644	GROUPE DANONE	4.511			49,46	223.117,94	54,45	245.623,95
FR0000125486	VINCI S.A.	949			39,14	37.147,43	45,51	43.188,99
FR0000127771	VIVENDI SA	6.786			16,54	112.253,09	20,69	140.402,34
FR0000131104	BNP PARIBAS SA. PARIS	3.330			42,99	143.146,37	49,26	164.035,80
FR0000133308	ORANGE SA	14.762			9,33	137.679,71	14,15	208.882,30
FR0010208488	GAZ DE FRANCE	4.667			19,46	90.806,77	19,43	90.679,81
GB0005405286	HSBC HOLDINGS PLC	1.106			8,47	9.365,35	7,81	8.642,82
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	2.269			14,33	32.508,14	17,67	40.088,62
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	1.360			21,53	29.284,87	27,66	37.617,60
IT0003132476	ENI SPA	4.817			17,39	83.765,88	14,51	69.894,67
NL0000009355	UNILEVER PLC	2.398			20,84	49.978,16	32,64	78.270,72
DE0007164600	SAP SE	946			57,52	54.409,46	58,26	55.113,96
ES0613211996	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	52.179			0,08	4.174,32	0,08	4.122,13
ES0673516953	REPSOL YPF, S.A.	25.675			0,47	12.113,39	0,46	11.733,46
IT0003128367	ENEL-SOCIETA PER AZIONI	5.641			4,04	22.763,53	3,70	20.849,13
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.	1.435			23,51	33.740,88	23,70	34.016,67
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP	16.785			0,90	15.106,53	2,86	47.985,76
	<b>Subtotal</b>	<b>547.414</b>				<b>5.122.727,22</b>		<b>6.708.325,88</b>
	2.2.2.2. Títulos de participação							
	<b>Subtotal</b>							
	2.2.2.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0122067038	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1107 F.	21.726			6,88	149.507,71	7,69	167.173,57
ES0138395035	MAPFRE PUENTE GARANTÍA 5, F.I.	79.233			7,57	600.000,01	8,80	697.498,19
ES0138396033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1111, F	73.182			1,90	138.904,63	2,42	176.844,00
ES0138599032	FONDMAPFRE GARANTIZADO 1104, F	27.344			7,29	199.243,77	7,41	202.507,09
ES0138708039	MAPFRE PUENTE GARANTÍA 12, F.I.	8.807			14,52	127.862,57	15,52	136.719,85
ES0138777034	MAPFRE PUENTE GARANTIA 3, F.I.	2.643			7,32	19.353,00	8,20	21.660,34
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA F.I.	8.320			20,92	174.033,66	28,42	236.470,14
ES0138902038	FONDMAPFRE CORTO PLAZO F.I.	14			1.517,74	20.717,18	1.518,10	20.722,06
ES0138903036	FONDMAPFRE RENTA F.I.	7.372			16,54	121.930,30	19,27	142.022,34
ES0138956034	MAPFRE PUENTE GARANTIA 10, F.I.	37			1.059,07	39.217,51	1.373,77	50.870,84
ES0165196033	FONDMAPFRE GARANTIZADO 011 F.I.	98			10,76	1.050,46	11,75	1.146,70
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.551			197,14	700.000,02	293,45	1.041.993,95
	<b>Subtotal</b>	<b>232.327</b>				<b>2.291.820,82</b>		<b>2.895.629,07</b>
	2.2.2.4. Outros							
	<b>Subtotal</b>							
	<b>Subtotal 2.2.1.</b>	<b>779.741</b>				<b>7.414.548,04</b>		<b>9.603.954,95</b>
	2.2.2. Títulos de dívida							
	2.2.2.1. De dívida pública							
ES0000011868	TESORO PUBLICO 6 1/2029	675.000	675.000,00			695.317,62		1.015.976,59

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0000011967	TESORO PUBLICO 100 1/2022	4.200.000	4.200.000,00			3.032.073,07		3.851.976,77
ES00000120G4	TESORO PUBLICO 3,15 1/2016	840.000	840.000,00			863.129,63		890.218,58
ES00000120J8	TESORO PUBLICO 3,8 1/2017	1.970.000	1.970.000,00			1.941.246,27		2.176.251,18
ES00000120N0	TESORO PUBLICO 4,9 7/2040	4.260.000	4.260.000,00			3.756.101,66		5.983.094,51
ES00000121S7	TESORO PUBLICO 4,7 7/2041	25.000	25.000,00			24.943,70		34.067,73
ES00000122E5	TESORO PUBLICO 4,65 7/2025	4.345.000	4.345.000,00			4.379.532,11		5.636.929,34
ES00000122T3	TESORO PUBLICO 4,85 10/2020	300.000	300.000,00			267.795,00		368.460,06
ES00000123B9	TESORO PUBLICO 5,5 4/2021	7.950.000	7.950.000,00			7.861.791,97		10.411.522,08
ES00000123C7	TESORO PUBLICO 5,9 7/2026	2.320.000	2.320.000,00			2.281.108,22		3.324.473,35
ES00000123J2	TESORO PUBLICO 4,25 10/2016	7.200.000	7.200.000,00			7.150.653,02		7.760.033,35
ES00000123K0	TESORO PUBLICO 5,85 1/2022	1.865.000	1.865.000,00			1.950.912,11		2.560.783,02
ES00000123N4	TESORO PUBLICO 100 1/2022	2.800.000	2.800.000,00			1.973.854,55		2.578.751,77
ES00000123Q7	TESORO PUBLICO 4,5 1/2018	6.500.000	6.500.000,00			6.981.045,12		7.538.803,89
ES00000123X3	TESORO PUBLICO 4,4 10/2023	1.725.000	1.725.000,00			1.765.592,50		2.160.575,36
ES0000012411	TESORO PUBLICO 5,75 7/2032	2.365.000	2.365.000,00			2.408.301,33		3.545.999,20
ES00000124B7	TESORO PUBLICO 3,75 10/2018	6.000.000	6.000.000,00			6.240.432,91		6.736.063,14
ES00000124C5	TESORO PUBLICO 5,15 10/2028	1.284.000	1.284.000,00			1.442.343,60		1.735.776,41
ES00000124H4	TESORO PUBLICO 5,15 10/2044	2.385.000	2.385.000,00			2.647.824,45		3.441.782,06
ES0000012619	TESORO PUBLICO 100 7/2016	3.900.000	3.900.000,00			3.088.032,03		3.872.234,86
ES0000012726	TESORO PUBLICO 100 7/2027	700.000	700.000,00			302.837,99		520.583,01
ES0000012767	TESORO PUBLICO 100 7/2031	700.000	700.000,00			241.146,79		447.467,81
ES0000012783	TESORO PUBLICO 5,5 7/2017	8.535.000	8.535.000,00			9.034.483,25		9.826.545,40
ES0000012932	TESORO PUBLICO 4,2 1/2037	5.560.000	5.560.000,00			4.960.082,00		7.190.199,69
FR0120746609	REPUBLICA DE FRANCIA 1 7/2017	500.000	500.000,00			500.845,30		515.499,93
IT0003256820	REPUBLICA DE ITALIA 5,75 2/2033	350.000	350.000,00			380.965,12		507.930,57
IT0004273493	REPUBLICA DE ITALIA 4,5 2/2018	1.500.000	1.500.000,00			1.563.270,00		1.702.667,09
IT0004423957	REPUBLICA DE ITALIA 4,5 3/2019	4.500.000	4.500.000,00			4.603.533,26		5.247.493,25
ES00000124W3	TESORO PUBLICO 3,8 4/2024	1.900.000	1.900.000,00			2.019.903,59		2.323.805,13
ES00000126B2	TESORO PUBLICO 2,75 10/2024	3.500.000	3.500.000,00			3.666.950,00		3.878.980,23
IT0004987191	REPUBLICA DE ITALIA 1,5 12/2016	2.550.000	2.550.000,00			2.593.175,57		2.602.218,62
ES00000121A5	TESORO PUBLICO 4,1 7/2018	4.450.000	4.450.000,00			4.964.746,50		5.067.398,56
ES0000012676	TESORO PUBLICO 100 7/2022	4.000.000	4.000.000,00			3.008.580,64		3.595.585,28
ES00000126C0	TESORO PUBLICO 1,4 1/2020	1.450.000	1.450.000,00			1.474.911,00		1.498.769,44
ES0000012106	TESORO PUBLICO 4,3 10/2019	1.150.000	1.150.000,00			1.325.179,50		1.349.661,31
ES00000124V5	TESORO PUBLICO 2,75 4/2019	4.600.000	4.600.000,00			4.723.307,50		5.078.388,09
	<b>Subtotal</b>	<b>108.854.000</b>	<b>108.854.000</b>			<b>106.115.948,88</b>		<b>126.976.966,66</b>
	2.2.2.2. De outros emissores públicos							
	<b>Subtotal</b>							
	2.2.2.3. De outros emissores							
ES0314950694	BANCO FINANCIERO Y DE AHORROS 5,25 4/2016	850.000	850.000,00			914.260,00		931.304,36
ES0370148019	AYT CEDULAS CAJAS V, FONDO TIT 4,75 12/2018	500.000	500.000,00			486.000,00		580.968,51
ES0413211113	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,25 1/2016	800.000	800.000,00			753.040,00		850.481,70
ES0413211428	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 4,75 2/2016	1.800.000	1.800.000,00			1.791.224,76		1.966.508,24
ES0413790074	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 4,125 4/2018	2.300.000	2.300.000,00			2.259.165,90		2.637.282,26
ES0413790116	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 4,25 9/2015	1.150.000	1.150.000,00			1.144.224,85		1.195.742,34
ES0414970246	CAIXABANK S.A. 3,625 1/2021	1.800.000	1.800.000,00			1.557.874,11		2.182.592,82
ES0414970303	CAIXABANK S.A. 4,5 1/2022	4.250.000	4.250.000,00			3.965.003,78		5.531.298,45
ES0414970402	CAIXABANK S.A. 4,625 6/2019	1.000.000	1.000.000,00			988.357,01		1.208.609,12
ES0414970535	CAIXABANK S.A. 3,5 3/2016	600.000	600.000,00			619.396,91		640.141,35
ES0414970683	CAIXABANK S.A. 5,125 4/2016	3.000.000	3.000.000,00			3.014.400,00		3.294.849,53
ES0458759034	UNICAJA BANCO, S.A. 5,5 3/2016	3.300.000	3.300.000,00			3.291.408,42		3.644.606,06
FR0011318658	ELECTRICITE DE FRANCE 2,75 3/2023	900.000	900.000,00			893.349,00		1.045.147,42

\* Inclui o valor dos juros decorridos

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
NL0000122489	ING AMSTERDAM 5,25 6/2019	250.000	250.000,00			248.346,07		301.991,16
XS0148579153	E.ON INTERNATIONAL FIN. 6,375 5/2017	300.000	300.000,00			299.652,00		354.456,51
XS0335880463	JP MORGAN CHASE & CO. INC. 5,25 1/2015	250.000	250.000,00			247.059,48		263.124,36
XS0359388690	UBS AG LONDON 6 4/2018	930.000	930.000,00			1.023.451,70		1.139.747,93
XS0412842857	RWE FINANCE BV 6,5 8/2021	600.000	600.000,00			599.790,91		826.438,76
XS0432092137	CREDIT AGRICOLE SA 5,875 6/2019	1.000.000	1.000.000,00			1.118.385,46		1.239.684,80
XS0451457435	ENI SPA 4,125 9/2019	200.000	200.000,00			210.079,87		233.893,31
XS0469028582	NATIONAL AUSTRALIA BANK 3,5 1/2015	470.000	470.000,00			489.331,81		486.439,09
XS0482810958	BANK OF IRELAND 4 1/2015	4.000.000	4.000.000,00			4.008.729,76		4.158.739,28
XS0531068897	BBVA SENIOR FINANCE S.A.U 3,875 8/2015	600.000	600.000,00			599.265,00		621.953,00
XS0544695272	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,125 9/2017	1.450.000	1.450.000,00			1.406.905,02		1.601.848,04
XS0555977312	INTESA SANPAOLO SPA 4 11/2018	300.000	300.000,00			298.719,00		335.529,91
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021	1.000.000	1.000.000,00			989.000,00		1.340.211,76
XS0611398008	BARCLAYS BANK PLC LONDON 6,625 3/2022	1.100.000	1.100.000,00			1.240.835,74		1.478.235,58
XS0613543957	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 5 7/2016	5.700.000	5.700.000,00			5.671.599,75		6.225.018,99
XS0627188468	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S. 5,375 5/2019	600.000	600.000,00			596.760,00		740.618,63
XS0733696495	REPSOL INTL. FINANCE 4,875 2/2019	2.900.000	2.900.000,00			2.901.961,55		3.470.031,63
XS0740606768	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,875 2/2018	400.000	400.000,00			401.360,00		468.679,35
XS0765299572	ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM 4,125 3/2022	740.000	740.000,00			792.022,00		939.922,19
XS0801636902	NORDEA BANK AB 3,25 7/2022	3.280.000	3.280.000,00			3.255.236,00		3.950.349,09
XS0828735893	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 4,625 3/2016	100.000	100.000,00			105.960,00		108.670,94
XS0829125847	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,5 3/2016	1.500.000	1.500.000,00			1.496.211,49		1.626.414,36
XS0834643727	ENAGAS FINANCIACIONES SAU 4,25 10/2017	500.000	500.000,00			513.140,91		556.015,09
XS0907289978	TELEFONICA EMISIONES SAU 3,961 3/2021	400.000	400.000,00			401.788,22		483.408,12
XS0914400246	GAS NATURAL FENOSA FINANCE BV 3,875 4/2022	300.000	300.000,00			300.375,00		364.598,69
XS0954025267	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING 2,25 7/2020	700.000	700.000,00			697.802,00		771.092,50
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP. 1,875 1/2019	240.000	240.000,00			238.955,29		256.249,02
XS0828012863	TELEFONICA EMISIONES SAU 5,811 9/2017	500.000	500.000,00			574.380,00		579.355,02
ES0413860034	BANCO SABADELL 3,5 1/2016	300.000	300.000,00			312.180,00		319.848,63
XS1046498157	BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU 0,799 3/2019	1.000.000	1.000.000,00			1.013.350,00		1.012.044,65
	<b>Subtotal</b>	<b>53.860.000</b>	<b>53.860.000,00</b>			<b>53.730.338,77</b>		<b>61.964.142,55</b>
	<b>Subtotal 2.2.2.</b>	<b>162.714.000</b>	<b>162.714.000,00</b>			<b>159.846.287,65</b>		<b>188.941.109,21</b>
	<b>Subtotal 2.2.</b>	<b>163.493.741</b>	<b>162.714.000,00</b>			<b>167.260.835,69</b>		<b>198.545.064,16</b>
	2.3. Derivados de negociação							
	<b>Subtotal 2.3.</b>							
	2.4. Derivados de cobertura							
	<b>Subtotal 2.4.</b>							
	<b>TOTAL 2</b>	<b>244.258.741</b>	<b>243.479.000,00</b>			<b>248.743.081,28</b>		<b>291.695.126,26</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>244.258.741</b>	<b>243.479.000,00</b>			<b>248.743.081,28</b>		<b>291.695.126,26</b>

\* Inclui o valor dos juros decorridos.

# Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)

## Anexo 2.1.

(2015)

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2014 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2015 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Vida</b>	<b>6.261.005,77</b>	<b>3.542.694,63</b>	<b>2.726.268,96</b>	<b>7.957,82</b>
<b>Não Vida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Acidentes e Doença	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de Trabalho				0,00
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas				0,00
Doença				0,00
Incêndio e Outros Danos				0,00
<b>Automóvel</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Responsabilidade Civil				0,00
Outras Coberturas				0,00
Marítimo e Transportes				0,00
Aéreo				0,00
Mercadorias Transportadas				0,00
Responsabilidade Civil Geral				0,00
Crédito e Caução				0,00
Proteção Jurídica				0,00
Diversos				0,00
<b>TOTAL</b>	<b>6.261.005,77</b>	<b>3.542.694,63</b>	<b>2.726.268,96</b>	<b>7.957,82</b>

\* Sinistros ocorridos no ano 2014 e anteriores.

## Anexo 2.2.

(2014)

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2013 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2014 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Vida</b>	<b>7.480.539,43</b>	<b>4.052.976,19</b>	<b>3.226.717,09</b>	<b>-200.846,15</b>
<b>Não Vida</b>				
Acidentes e Doença				
Incêndio e Outros Danos				
Automóvel				
Responsabilidade Civil				
Outras Coberturas				
Marítimo, Aéreo e Transportes				
Responsabilidade Civil Geral				
Crédito e Caução				
Proteção Jurídica				
Assistência				
Diversos				
<b>TOTAL NÃO VIDA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7.480.539,43</b>	<b>4.052.976,19</b>	<b>3.226.717,09</b>	<b>-200.846,15</b>

\* Sinistros ocorridos no ano 2013 e anteriores.

## 5. Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **MAPFRE Seguros de Vida, S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 330.693.134,74 euros, e um total de capital próprio de 35.286.080,37 euros, incluindo um resultado líquido de 425.450,53 euros), a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de variações do capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça.

KPMG & Associados – S.R.O.C., S.A.  
Capital Social: 3 916 000 Euros - Pessoa  
Colectiva N.º PT 502 161 078 - inscrito na  
O.R.O.C. N.º 189 - inscrito na C.M.V.M. N.º  
20161489

Matriculada na Conservatória do  
registo Comercial de Lisboa sob o  
N.º PT 502 161 078



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **MAPFRE Seguros de Vida, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações do capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

#### **Ênfases**

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes situações:
- 8.1 As demonstrações financeiras da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., com referência a 31 de Dezembro de 2014, apresentadas para efeitos comparativos, foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que emitiu a Certificação Legal das Contas, datada de 24 de Março de 2015, sem reservas e sem ênfases. A nossa aceitação como revisores ocorreu em 23 de Abril de 2015, para efectuarmos a revisão legal das contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.



8.2 Com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2016 passou a ser aplicável de forma integral o regime de “solvência II”, através da transposição da Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009, relativa ao acesso à actividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), alterada pelas Directivas n.º 2011/89/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Novembro de 2011, 2012/23/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Setembro de 2012, 2013/23/UE, do Conselho, de 13 de Maio de 2013, 2013/58/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Dezembro de 2013 e 2014/51/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014. Conforme referido na nota 28 do anexo às demonstrações financeiras o último estudo quantitativo, disponível à data da nossa opinião, sobre o impacto da aplicação regime de solvência II com referência a 31 de Dezembro de 2014, apresentava uma insuficiência estimada de 6.875 milhares de euros ao nível dos capitais próprios da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das respectivas operações, as quais dependem da aprovação por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões da utilização de medidas transitórias ou alternativamente do aumento de capital a ser efectuado pela Mapfre Seguros Gerais, S.A., accionista único da Mapfre Seguros de Vida, S.A. não incluindo qualquer ajustamento caso se venha a constatar que esta base não foi a apropriada.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 22 de Março de 2016



**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

1. Dando cumprimento ao disposto na alínea g) do Art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal elaborou o presente relatório sobre a sua ação fiscalizadora durante o exercício de 2015, e emite, igualmente, Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas apresentados pela Administração da MAPFRE Seguros de Vida, S. A.
2. O Conselho Fiscal manteve ao longo do ano um diálogo permanente com a Administração da Sociedade, tendo sido realizadas reuniões periódicas para apreciação da informação financeira trimestral, oportunamente facultada, tendo sido obtidas as explicações solicitadas.
3. O contacto com os Auditores Externos / Revisores Oficiais de Contas da KPMG , SROC ocorreu, apenas em 26 de Fevereiro de 2016, depois desta Sociedade de Revisores Oficiais de Contas ter efetuado os trabalhos de revisão e auditoria sobre as contas de 2015 da MAPFRE Seguros de Vida S. A. , tendo emitido a Certificação Legal de Contas sem reservas e com duas ênfases com data de 22 de março de 2016 que faz parte integrante deste Relatório e Parecer.
4. O Conselho Fiscal entende que a responsabilidade pela emissão de uma opinião sobre as contas financeiras da MAPFRE Seguros de Vida, S.A cabe à KPMG SROC, S.A. ao emitir a Certificação Legal das Contas, documento essencial para que a ação fiscalizadora do Conselho Fiscal possa ser levada a cabo. Foram solicitados à KPMG e obtidos os documentos que o Conselho Fiscal considerou necessários.




5. Neste contexto, o Conselho Fiscal solicitou também à Administração todas as informações e documentos referentes à sociedade, nos diversos aspetos e áreas da sua atividade, tendo obtido todos os esclarecimentos que, em cada momento, entendeu necessários ou convenientes, não tendo experimentado quaisquer dificuldades ou constrangimentos nessa matéria.

6. Pelas razões expostas, o Conselho Fiscal está em condições de atestar que o Relatório de Gestão do Conselho de Administração descreve o que foi a atividade da MAPFRE Seguros de Vida, S.A. durante o exercício de 2015.

7. Pelo exposto, e em conformidade com o disposto no Artº 420º, nº 6 do Código das Sociedades Comerciais, cada um dos membros do Conselho Fiscal, signatários do presente documento, infra identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo e do Passivo, da situação financeira e dos resultados da MAPFRE Seguros de Vida, S.A e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição da MAPFRE Seguros de Vida, S.A.

8. Em conclusão, o Conselho Fiscal é de Parecer que a Assembleia Geral:
- a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015;
  - b) Aprove as Contas relativas a esse exercício;
  - c) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados feita no Relatório de Gestão do Conselho de Administração, a qual se encontra de acordo com as normas legais aplicáveis, como segue:



- Que o Resultado positivo apurado no exercício, no valor de 425.450,53 euros, seja aplicado da seguinte forma:

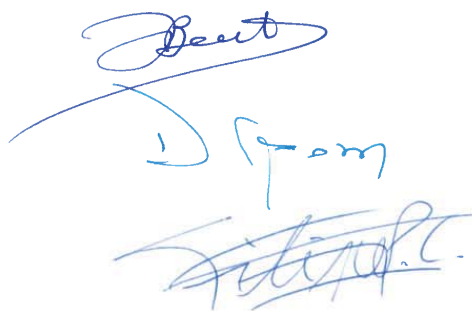
- Incorporação de 42.545,05 euros para Reserva Legal

- Incorporação de 382.905,48 euros para Reservas Livres, para reforço da solidez da Companhia

d) Nos termos do Art.º 455º do Código das Sociedades Comerciais, proceda à apreciação da administração e fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 22 de Março de 2016

O CONSELHO FISCAL



## RELATÓRIO E CONTAS MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. 2015

MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

Rua Castilho, 52  
1250-071 Lisboa  
Tels.: +351 210 739 283  
707 102 024  
mapfre.pt